

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

Patrini Viero Ferreira

**UMA VOZ ATRAVÉS DAS GRADES: TESTEMUNHO, CÁRCERE E
CONTEXTO EM *MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE* E *ÀS CEGAS*,
DE LUIZ ALBERTO MENDES**

Santa Maria, RS

2019

Patrini Viero Ferreira

**UMA VOZ ATRAVÉS DAS GRADES: TESTEMUNHO, CÁRCERE E
CONTEXTO EM *MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE* E *ÀS CEGAS*,
DE LUIZ ALBERTO MENDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Rosani Úrsula Ketzer Umbach

Santa Maria, RS, Brasil
2019

Ferreira, Patrini Viero

Uma voz através das grades: testemunho, cárcere e contexto em Memórias de um sobrevivente e Às cegas, de Luiz Alberto Mendes / Patrini Viero Ferreira.- 2019.
143 p.; 30 cm

Orientadora: Rosani Úrsula Ketzner Umbach
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2019

1. literatura de cárcere 2. testemunho 3. cárcere 4.
Luiz Alberto Mendes I. Ketzner Umbach, Rosani Úrsula II.
Titulo.

Patrini Viero Ferreira

**UMA VOZ ATRAVÉS DAS GRADES: TESTEMUNHO, CÁRCERE E
CONTEXTO EM MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE E ÀS CEGAS,
DE LUIZ ALBERTO MENDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

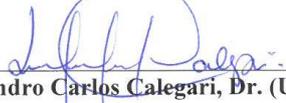
Aprovado em 18 de fevereiro de 2019:



Rosani Úrsula Ketzer Umbach, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Luana Teixeira Porto, Dra. (URI)



Lizandro Carlos Calegari, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Quando decidi seguir o caminho acadêmico, muitas dúvidas ainda permeavam minha mente e coração. Dúvidas essas que eu não tinha nenhuma garantia de ver solucionadas ao longo do percurso até a defesa do mestrado. No entanto, eu sempre tive a sorte de contar com pessoas que acreditavam em mim, até quando eu mesma já não conseguia mais me ver vencendo os desafios que se colocavam à frente. Este espaço é dedicado a essas pessoas.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter colocado em meu caminho oportunidades, por ter aberto as portas e me dado forças de ultrapassá-las sem medo. Agradeço também aos meus pais, os verdadeiros heróis que eu conheci e pelos quais eu sinto a maior admiração. Obrigada por todo o incentivo, desde sempre, pela dedicação e pelo incansável esforço para me ajudar a realizar cada projeto que sonhava. Eu tenho sorte em contar com vocês nessa caminhada e ao longo da vida e o orgulho em chamá-los de pai não cabe em mim. Meu amor eterno e incondicional é todo de vocês!

Àquele da voz mansa e olhar carinhoso, meu denço, Jonas Pinto Medeiros. Você não só me auxilia nas traduções do inglês, mas também dá forças para vencer cada dificuldade que se impõe no meu caminho. Obrigada por me ouvir, compreender, acolher e acalmar, em todas as tempestades. Tu é minha calma, e meu coração pertence a ti.

Preciso agradecer a todos os familiares e amigos que também foram grande impulso ao longo dessa trajetória. Obrigada por entenderem minhas ausências e sempre se fazerem presença quando eu mais precisei. Eu amo todos com todo meu coração!

Obrigada em especial à minha pessoa, Luciane de Lima Paim, responsável em grande parte pelo meu sucesso. Eu jamais teria chegado até aqui sem teu apoio, ombro amigo e incentivo constante. Tenho orgulho da mulher que se tornou e sorte em ter ela como amiga! I'll be there for you, always!

Obrigada, ainda e sempre, à professora Rosani Úrsula Ketzer Umbach, que não foi apenas orientadora desse estudo, mas também aquela que acolheu meu projeto com disponibilidade, coragem e amor. Obrigada pelos conselhos, pelas orientações e pelas leituras atentas. Este trabalho não seria o mesmo sem a sua dedicação e carinho. À banca, obrigada pela disposição e pelo cuidado com meu texto. Suas colaborações e apontamentos não melhoraram apenas a qualidade dessa dissertação, mas também a mim, como profissional e educadora.....

Obrigada também à professora Andrea do Roccio Souto, que além de disponibilizar seus livros para meus estudos, também me apresentou Bernardo Soares e constituiu o grande exemplo de profissional e pessoa que eu vou levar para a minha vida. Que sua paixão inspire

mais alunos ao longo do tempo, professora! Obrigada à Fabrícia Iansen, a grande e incansável Fabrícia. Sua atenção foi fundamental ao longo do mestrado e eu não tenho palavras para demonstrar como é importante contar com alguém como você nessa caminhada!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço, portanto, a este órgão, pelo fomento à pesquisa sem o qual não seria possível realizar este estudo. Obrigada, finalmente, a você leitor, que está agora lendo esta dissertação. Ela foi escrita para vocês e espero que sintam ao longo dessas páginas todo o amor e dedicação que esse estudo envolveu. Agradeço o tempo dispensado a essa leitura!

Ainda sou aquele, mas também sou outros.
(Luiz Alberto Mendes)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

UMA VOZ ATRAVÉS DAS GRADES: TESTEMUNHO, CÁRCERE E CONTEXTO EM *MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE* E *ÀS CEGAS*, DE LUIZ ALBERTO MENDES

AUTORA: PATRINI VIERO FERREIRA
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. ROSANI ÚRSULA KETZER UMBACH

Os dois títulos escolhidos como *corpus* de análise para este estudo fazem parte de um nicho literário ainda recentemente disseminado no cenário brasileiro: a literatura carcerária. *Memórias de um sobrevivente* (2001) e *Às cegas* (2005), de Luiz Alberto Mendes, narram a trajetória do protagonista ao longo de sua infância, juventude e vida adulta. O objetivo deste trabalho, além de tentar construir um panorama do país na época em que se passa a história, tanto no sentido político quanto social, é a busca de uma aproximação do *corpus* selecionado à literatura de *testimonio* e à própria literatura de cárcere, identificando e reconhecendo ao longo dos fragmentos retirados dos livros propriedades e particularidades que possam remeter às características intrínsecas a essas tendências literárias. Para tanto, a metodologia adotada é analítica, isto é, serão selecionados excertos de ambas as obras que possam contribuir para a identificação das questões determinadas nos objetivos deste estudo. Como base teórica para esta análise, são aqui mobilizados nomes como Aulus Mandagará Martins, Marcio Seligmann-Silva, Hugo Achugar, Jaime Ginzburg, Michel Foucault e Maria Rita Palmeira. Com este estudo pretende-se desenvolver no leitor não apenas uma nova maneira de enxergar a realidade social enfrentada pelo sujeito em situação de encarceramento, mas também dar a ele a possibilidade de realizar uma leitura, de certa forma, mais empática desse contexto de produção, levando em conta as individualidades das representações de sujeitos nesses relatos.

Palavras-chave: literatura de cárcere; testemunho; cárcere; Luiz Alberto Mendes.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

A VOICE THROUGH THE GRADES: TESTIMONY, CARCERE AND CONTEXT IN *MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE* AND *ÀS CEGAS*, BY LUIZ ALBERTO MENDES

AUTHOR: PATRINI VIERO FERREIRA
ADVISOR: Prof^a. Dr^a. ROSANI ÚRSULA KETZER UMBACH

The two titles chosen as the corpus of analysis for this study are part of a literary niche still recently disseminated in the Brazilian scenario: the literature de cárcere. *Memórias de um sobrevivente* (2001) and *Às cegas* (2005), by Luiz Alberto Mendes, narrate the trajectory of the protagonist throughout his childhood, youth and adult life. The objective of this work, besides trying to construct a panorama of the historical period in which the narrative occurs, both in the political and social sense, is the search for an approximation of the selected corpus to the literature of testimony and to the literature de cárcere itself, identifying and recognizing throughout the fragments extracted from the books properties and particularities that can refer to the characteristics intrinsic to these literary tendencies. Therefore, the methodology adopted is analytical, that is, excerpts will be selected from both works that may contribute to the identification of the issues determined in the objectives of this study. As a theoretical basis for this analysis, names such as Aulus Mandagará Martins, Marcio Seligmann-Silva, Hugo Achugar, Jaime Ginzburg, Michel Foucault and Maria Rita Palmeira are mobilized here. This study intends to develop in the reader not only a new way of seeing the social reality faced by the subject in a situation of imprisonment, but also to give him the possibility of carrying out a somewhat empathic reading of this context of production, taking into account the individualities of the representations of subjects in these reports.

Keywords: prison literature; testimony; prison; Luiz Alberto Mendes.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1 INTRODUÇÃO	19
2 TESTEMUNHO E CÁRCERE: INTERSECÇÕES	23
2.1 O TESTEMUNHO COMO GÊNERO LITERÁRIO.....	23
2.2 LITERATURA DE CÁRCERE: UMA NOVA TENDÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	33
3 MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE E ÀS CEGAS: O QUE RESTOU DEPOIS DO CÁRCERE	46
3.1 ELEMENTOS FORMAIS DA NARRATIVA	46
3.1.1 O narrador	49
3.1.2 Memória e identidade: (re)construção do indivíduo	56
3.1.3 o espaço	69
3.2 O PODER DOS LIVROS	83
4 SUJEITO E HISTÓRIA: O PANORAMA POLÍTICO NAS OBRAS DE MENDES	101
4.1 LITERATURA E HISTÓRIA: INTERSECÇÕES	101
4.2 <i>MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE E ÀS CEGAS</i> : REALIDADE E FICÇÃO.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

APRESENTAÇÃO

A literatura de cárcere se apresenta como um gênero de grande e rápida ascensão, talvez por suas características próximas a já consolidada literatura de testemunho ou, mais do que isso, por trazer à tona uma realidade ainda turva e omitida. No cenário brasileiro, ela vem ganhando força e espaço como tendência emergente principalmente a partir do ano de 2000, quando ocorreu uma enorme expansão de obras literárias publicadas, escritas por presos considerados comuns¹. Dentre estes presos e obras, encontra-se Luiz Alberto Mendes Júnior.

Nascido no bairro Vila Maria, em São Paulo, no dia 04 de maio do ano de 1952, Mendes não descobriu seu amor pelos livros tão cedo. Desde a infância, foi exposto à violência, principalmente familiar, mantendo uma relação conturbada e tensa com seu pai, homem rude e agressivo. Sua mãe, ao contrário, sempre foi seu ponto de apoio e amor, figura na qual encontrava segurança e abrigo. Por conta do ambiente complicado dentro da própria casa e levando em conta a sede de liberdade que Mendes já experimentava, saiu de casa aos onze anos para viver nas ruas, onde conheceu uma realidade diferente, tão difícil quanto a que já possuía.

Nas ruas acabou descobrindo uma segunda família, unida por interesses e conveniências. A necessidade de sobreviver o conduzia a atos ilícitos e foi a partir desse período que sua saga com a prisão teve início. Furtos, arrombamentos e outros pequenos delitos o levaram a ser capturado diversas vezes, bem como seus companheiros. Levados às instituições prisionais, passaram a reconhecer outro tipo de verdade: a da cadeia. De alguma forma, sempre conseguiam novamente a liberdade, fugindo ou sendo mandados às casas dos pais. Mendes por muitas vezes tentou retornar ao convívio familiar, mas seus desejos e medos o faziam partir.

Entre idas e vindas, aprendeu muito, mas também enfrentou situações extremas de violência e dor. Aos 19 anos foi preso definitivamente e passou a conviver com a realidade da prisão e da reclusão social cotidianamente. Ao todo, Mendes passou exatos 31 anos e 10 meses como detento, sendo liberto apenas aos 52 anos. Foi ainda no ambiente prisional, porém, que conheceu aquilo que mudaria definitivamente sua trajetória de vida: os livros.

O acesso primeiro a essa cultura letrada se deu quando Mendes se encontrava em regime de cela-forte, no qual conheceu e pode conversar com Henrique, um companheiro detento que possuía fortes ligações com a literatura, principalmente com a poesia e a filosofia. Henrique significou muito para Mendes ao longo de todo tempo que conviveram juntos, e foi o responsável por transmitir ao protagonista das memórias que são o *corpus* dessa pesquisa a

¹ Em oposição ao preso político.

paixão por livros, ensinando-o a valorizá-los e aprender com eles. Logo, ele estava passando a maior parte de seu tempo imerso nos livros. Lia desde os clássicos até as histórias mais supérfluas, e chegou à conclusão de que foram esses mesmos livros que o libertaram e o transformaram de alguma forma.

A experiência com a leitura logo evoluiu para a escrita, em uma tentativa de retomar sua trajetória desde o início, para compreender a si mesmo e preencher as lacunas de sua própria história. Os fatos dos quais não lembrava eram repassados com sua mãe, através de questionários feitos por ele próprio nas visitas que recebia da figura materna.

Nas próprias palavras de Mendes, a escrita dessas memórias nunca teve a pretensão de tornar-se um livro, mas a partir delas é que nasceu *Memórias de um sobrevivente*, composto ainda dentro da cadeia e publicado pela primeira vez no ano de 2001, pela editora Companhia das Letras. Depois dessa publicação inicial, o escritor entregou-se às palavras e passou por diversos gêneros literários. Seguiram-se mais cinco livros: *Tesão e prazer: memórias eróticas de um prisioneiro* (2004), *Às cegas* (2005), *Cela forte* (2012), *Desconforto* (2014) e *Confissões de um homem livre* (2015).

Atualmente, o escritor vive de forma simples na região norte da capital paulista e ressalta que as acusações e o rótulo de ex-presidiário ainda pesam sobre ele, até mesmo em sua vida profissional, e os valores que aprendeu dentro da cadeia ainda residem dentro de si, sendo necessário negociar consigo mesmo para superá-los. No seu caso, sua principal arma foram os livros.

Quando não está imerso nos livros ou nos projetos em andamento, Mendes dedica-se aos seus trabalhos como *freelancer* e a uma coluna na revista *Trip*, além de também dar palestras e oferecer oficinas de leitura e escrita em penitenciárias e na periferia paulista, nas quais tenta, a partir de sua própria experiência, desmistificar e desromantizar o glamour que seus aprendizes podem ter com relação à vida do crime e às prisões.

Memórias de um sobrevivente (vale ressaltar que este é o primeiro volume de uma trilogia, que inclui ainda *Às cegas* e *Confissões de um homem livre*), seu primeiro livro, é considerado um romance, mas pode-se concluir, a partir da leitura e da análise do título, que vários são os gêneros trabalhando ali dentro, tais como ensaio, diário, relato, romance, autobiografia. Todos eles de alguma forma encaixam-se e tornam o livro o que ele é, formando sua essência.

Em relação ao enredo, é possível classificá-lo como relativamente simples: a narrativa acompanha a vida do narrador desde a sua infância até a vida adulta, passando por todas as

situações-limite a que esse protagonista foi submetido, o que inclui a violência familiar, o convívio perigoso nas ruas, o tempo nas instituições penitenciárias e todas as violências sofridas e cometidas.

Na apresentação do livro, escrita por Fernando Bonassi, pode-se observar uma espécie de discurso do próprio autor, informando ao leitor não apenas o que ele vai encontrar nas páginas que se seguem, mas também um aspecto que, para ele, é considerado fundamental de ser apreendido, ao que parece: *Memórias de um sobrevivente* não foi escrito com a intenção de se redimir dos atos cometidos ou de justificá-los. A verdadeira intenção (e aqui compreende-se todas as inconsistências que a palavra pode gerar) do livro era contar uma história, refazer os passos daquele protagonista para compreender sua trajetória até então.

Às cegas é o segundo livro dessa duologia e inicia logo após o período já narrado em *Memórias de um sobrevivente*. Aqui, o narrador conta como se interessou definitivamente pela escrita e seus primeiros passos nesse universo dos livros. O livro acompanha o protagonista desde sua aprovação no vestibular de Direito, em 1982, até suas primeiras tentativas literárias, já nos anos 90. Em *Às cegas* o leitor encontrará o retrato de um homem sem esperança, que de alguma forma conseguiu reunir forças para mudar sua rota e transformar sua vida.

No que concerne à fortuna crítica acerca dos dois livros, observa-se uma discrepância grande ao realizar a comparação. Enquanto *Memórias de um sobrevivente* acumula trabalhos e estudos sobre suas propriedades e elementos, *Às cegas*, por outro lado, ainda não foi analisado detidamente em nenhum âmbito. Uma das razões para explicar essa diferença talvez seja o sucesso alcançado pela primeira publicação, dando aos leitores, assim, maior acesso ao livro a partir das reimpressões e reedições, o que não ocorreu com o segundo título citado. Outro ponto importante de ser mencionado nessa comparação é a data de publicação de cada livro: enquanto *Memórias de um sobrevivente* foi publicado exatamente no período de maior proliferação da tendência da literatura de cárcere e de crescente interesse do público por esse tipo de leitura, *Às cegas* foi publicado alguns anos mais tarde e serviu de continuação para o primeiro volume. Dessa forma, disseminou-se de maneira mais abrangente e efetiva entre aqueles leitores que já tinham certo grau de conhecimento da trajetória do autor e possuíam interesse em investigá-la mais profundamente.

Vale destacar que os dois livros escolhidos como *corpus* desta pesquisa partilham entre si diversas características, que vão desde sua construção, passando por enredo, apresentação de personagens, organização da narrativa, e chegando, enfim, ao processo de leitura desses títulos e quais os efeitos que ele desencadeia no leitor. Como obra estética, pode-se afirmar que o

primeiro e principal efeito de ambos os livros no leitor é, sem dúvidas, o estranhamento, o desconforto. Isso porque os títulos apresentam uma realidade pouco ou nada conhecida pelos leitores, tirando-os da zona de conforto e fazendo-os refletir sobre muitos aspectos daquele estilo de vida. De forma crítica, o narrador conduz o leitor pelos meandros da vida em sociedade, da vida nas ruas, da vida na cadeia, deixando explícitas todas as falhas e dificuldades que permeiam esses ambientes e não poupando detalhes acerca das experiências mais dolorosas e difíceis pelas quais passou. Apresentada como uma história real, as obras colocam aquele que lê frente a frente com personagens ambíguas em sua essência, deixando nas mãos desse leitor a responsabilidade por lidar com essas contradições e tomar a decisão de julgar ou não esses indivíduos, de compreendê-los ou, de alguma forma, condená-los.

Por se tratar de narrativas que priorizam o ponto de vista da voz marginalizada, os livros conduzem o leitor a um impasse: depois de conhecer a realidade a partir da perspectiva das personagens que protagonizam as histórias, é praticamente impossível simplesmente decidir por eliminá-las, no sentido de não reconhecer sua existência ou validade, pois são muitas as variáveis que surgem através dessa experiência de enxergar o outro. Assim, mais uma responsabilidade se junta à anterior, tornando o leitor não apenas um espectador, mas um verdadeiro elemento ativo nesse livro.

De acordo com Scapini (2015), um fator de fundamental importância dentro de *Memórias de um sobrevivente* é o reconhecimento de um caráter plural da narrativa, em jogo desde o início da história. De um lado, tem-se uma comunicação estritamente pragmática, que visa a transmitir ao leitor uma experiência vivida por um sujeito que encontra no texto literário uma forma de organizar o seu próprio passado a partir da memória e reconstituir significados, refletindo, dessa maneira, na criação da imagem do mundo social; de outro, observa-se uma comunicação subjetiva em sua essência, indo além de uma interpretação dos problemas enfrentados por esse sujeito, os possíveis causadores e soluções. Dessa perspectiva, o narrador partilha uma forma diferenciada e única de ver o mundo com o leitor e pede a ele uma espécie de cumplicidade, que envolve perceber mais do que as linhas e palavras ali escritas, além de qualquer aprendizagem que possa ser extraída daquelas vivências, entrando no terreno da compreensão dos desejos que motivaram tais ações.

Se colocadas lado a lado, as informações aferidas acerca de *Memórias de um sobrevivente* até o momento permitem chegar a uma conclusão dupla. À medida que se coloca como realidade, que apresenta os fatos ali narrados como verídicos, dando ao narrador o papel de protagonista nessas situações, o título constrói um pacto de verdade entre as instâncias do

autor, da obra e do leitor, fundamentando o aspecto documental da narrativa. No entanto, não é possível entrever o livro apenas como uma objetivação da realidade, visto que sua capacidade de comunicar não se esgota no registro de eventos ou na possibilidade de refletir e tecer críticas acerca de temas que não encontrariam espaço para debate em outro espaço. Esse aspecto documental tão intrínseco ao livro é exatamente o responsável por, ao mesmo tempo, desprendê-lo das relações que ele possa vir a ter com o social, exigindo, a partir da imagem incômoda e fluída que constrói dessas personagens e situações, um leitor aberto para pensar sobre determinados assuntos e preparado para modificar seus conceitos, se assim necessário. Dessa maneira, ainda que possa ser considerada como uma narrativa documental, a obra de Mendes abre-se para uma representação de aspectos envolvendo a própria essência do ser humano, abrangendo também características cuja função principal é a estética².

Essa dualidade no que concerne ao caráter ficcional e, ao mesmo tempo, documental do livro pode ser encontrada também em *Às cegas*, que compartilha com o primeiro volume da trilogia o pacto de verdade que exige entre as três instâncias do processo de produção e leitura de uma obra literária. Apesar de apresentar um contexto diferente de *Memórias de um sobrevivente*³, o livro pede ao leitor uma abertura, no sentido de estar disposto a refletir sobre questionamentos e fatos apresentados ao longo do livro, não apenas como indivíduo de um grupo diferente, que ocupa uma posição social distinta, mas como ser humano.

No que se refere à instituição penal em si, é válido destacar que o narrador compactua com o pensamento da reeducação como o único caminho possível para a transformação do indivíduo enclausurado e recluso. No entanto, a partir de passagens do texto que demonstram comportamentos de violência e abuso de autoridade, fica claro que as prisões não conseguem de forma alguma cumprir essa função. Nesse sentido, a instituição carcerária é retratada ao longo de ambas as narrativas, com exceção de alguns episódios esporádicos nos quais o narrador entrevê uma possível mudança ao longo do sistema prisional, como falida e propensa a métodos que, muito antes de buscar transformar o sujeito e recolocá-lo em sociedade, preferem eliminá-lo de forma definitiva. A insistência do narrador nessa visão pessimista do

² “Ainda que *Memórias de um sobrevivente* seja uma narrativa documental, em razão de seus elementos testemunhais e autobiográficos, e se baseie em um compromisso ético de não “enganar” o leitor, ela se abre para todos os aspectos do humano revelados por uma linguagem que só o discurso da arte é capaz de dar conta. Uma arte documental, é verdade, mas nem por isso desprovida de características exploradas por narrativas cuja única função seja a estética” (SCAPINI, 2015, p. 67).

³ *Às cegas*, diferente de *Memórias de um sobrevivente*, inicia sua narrativa a partir de um período de tempo mais à frente do primeiro livro (especificamente a partir dos anos 1980), e por isso o contexto de produção é diferente nas duas obras.

cárcere constrói um ponto de vista capaz de incidir sobre o mundo real, trazendo reflexões acerca da necessidade de reformulação dessa instituição e de seus parâmetros.

Fator também importante de ser destacado ao falar de *Memórias de um sobrevivente* e *Às Cegas* é a questão da memória, indispensável não apenas na construção das narrativas, mas também na compreensão do sujeito sobre sua própria história. É através da faculdade da memória que o narrador reconstrói seus passos desde a infância e reflete sobre sua trajetória dentro do próprio cárcere. É também esse recurso que permite recordar a instituição carcerária e as dificuldades lá enfrentadas, todos os questionamentos que aquele sistema fez surgir. Dessa maneira, pode-se afirmar que a memória também é um instrumento de crítica social dentro da obra.

A violência é tema presente e constantemente lembrado dentro das obras de Mendes, sendo ainda mais explícita em *Memórias de um sobrevivente* que em *Às Cegas*. É através desse elemento que surge mais um dos pontos levantados pelo narrador ao longo da narrativa: o processo de animalização do ser humano. A partir de cenas de torturas, de espancamentos, de crueldade e de covardia, o sujeito é despido de sua condição humana, percebendo-se perante situações nas quais só cabe a preocupação com sua própria sobrevivência, independentemente dos meios que precisar utilizar para alcançar esse feito. Levado a limites extremos, o sujeito perde sua humanidade, sendo conduzido não apenas à despersonalização, mas à reconstrução de sua subjetividade de modo tão profundo que, mesmo fora do ambiente prisional, os valores e artifícios aprendidos na instituição ainda imperam sobre a personalidade do indivíduo.

Dentro das narrativas de *Memórias de um sobrevivente* e *Às Cegas*, as normas sociais predominantes são as existentes dentro do sistema carcerário e transgredi-las não é uma opção. Além de estar em destaque ao longo da narrativa, o cárcere e tudo que nele reside apresentam-se como o único universo possível para aqueles indivíduos que habitam o espaço prisional, sujeitos, portanto, às mesmas regras e imposições.

Os livros de Mendes possuem muitas características que podem, de alguma maneira, ser associadas ao gênero autobiográfico, principalmente se pensarmos na questão do narrador. Ao mesmo tempo em que a narrativa mantém um elo com o mundo empírico a partir de seu caráter documental e da suposta veracidade dos fatos ali descritos, ela também dá ao leitor a possibilidade de ler o narrador como uma representação do autor real, à medida que parece haver uma correspondência entre a voz que fala no texto e a que escreve. Dessa maneira, o leitor pode conhecer Luiz Alberto Mendes através de seu texto, utilizando o narrador como intermediário nesse processo. A instância da personagem também entra nesse jogo, uma vez

que, assim como faz o narrador, de alguma maneira atualiza o autor empírico, revelando as facetas diversas que o constituem como sujeito.

Assim, as obras configuram-se como discursos autobiográficos também por construir entre os sujeitos da narrativa (a saber: autor, narrador e personagem) uma espécie de confluência, consolidando a identificação entre as três instâncias do discurso. Esse processo, ao mesmo tempo que reitera e confirma mais uma vez o caráter verossímil das obras, também encerra o autor dentro da narrativa, visto que é apenas a partir de narrador e personagem que se torna possível chegar até ele, ou seja, tudo a que se pode ter acesso do autor empírico está na obra.

Cabe destacar que, ao acompanhar a trajetória do narrador ao longo dos dois livros, é reafirmada a informação dada ainda no prefácio da obra *Memórias de um sobrevivente* de que o relato não pode ser confundido com uma tentativa de justificar as infrações cometidas. Fica no leitor a evidente sensação de que, muito antes disso, ambas as obras se propõem isentas, alheias a juízos de valor ou julgamentos, apesar de exporem pontos de amargura e revolta do sujeito, bem como opiniões próprias a ele.

Ao longo das memórias do autor, um elemento torna-se fundamental na sua trajetória: a leitura. Suas obras *Memórias de um sobrevivente* e *Às Cegas* permitem perceber a leitura como uma maneira distinta de ver o mundo e a si mesmo, bem como de se comunicar. Pode-se, por conseguinte, tecer representações sociais da leitura com base nas narrativas.

Uma das primeiras correspondências para a leitura no social que os livros de Mendes possibilitam se relaciona com os textos escritos, estritamente. Ao longo de sua trajetória de vida, o narrador inseriu-se no universo literário e, a partir dele, vislumbrou uma perspectiva de mudança no seu horizonte cultural de origem, do qual os livros não faziam parte. A leitura, nesse ponto, assume uma conotação social significativa, à medida que é associada à cultura e ao conhecimento, transformando-se em responsável por uma possível aceitação do narrador pela sociedade fora do contexto prisional.

Levando em consideração essas informações e a grande relevância que a leitura tem na história do protagonista, é possível concluir que foi ela própria uma espécie de salvação para o narrador. Dentre as representações de leitura intrínsecas à narrativa, se sobressai a representação que coloca a leitura como redentora, motivadora do processo de transformação do protagonista, que o levou ao desligamento da vida de crimes e da instituição carcerária. Dessa forma, a leitura propiciou ao narrador a construção de uma nova identidade, pautada na diferença e afastamento da vida que valorizava antes de sua relação com os livros.

Cabe destacar que não só a leitura foi responsável por essa transição entre as realidades realizada pelo autor. A escrita também tem grande importância nesse processo, uma vez que foi ela o instrumento utilizado pelo autor para organizar sua história de modo que ele pudesse compreender sua vida e a ele próprio de maneira mais completa. Além disso, foi a partir da escrita que surgiu o impulso primeiro do autor para mudar seu rumo e destino: ao colocar no papel sua trajetória, Mendes conseguiu perceber que sua vida precisava de uma mudança. Essa escrita funcionou como incentivo para modificar o que precisava ser modificado, mas também como maneira de aceitar o que não mais poderia ser mudado e ir em busca de novas perspectivas. Aliada à leitura, foi a escrita o elemento “salvador” deste sujeito e também o lugar no qual suas particularidades, sua subjetividade, pôde existir, primeiramente.

Como mencionado no início desta discussão, existe uma grande diferença entre os dois livros selecionados como *corpus* dessa pesquisa em termos de fortuna crítica. No entanto, ao ler e analisar os dois títulos, é possível observar que grande parte das características presentes em *Memórias de um sobrevivente* são novamente retomadas em *Às cegas*, mesmo que de maneira diferente ou de forma não explícita. Assim sendo, as duas obras relacionam-se de maneira a formar um conjunto de experiências de um narrador que traz a reflexão e até mesmo a mudança nos conceitos já concretos do leitor. Dessa maneira, o trânsito possível entre os dois livros se torna mais claro, bem como a ligação existente entre eles não apenas em termos de características, mas de estratégias de composição e estruturação da obra.

1 INTRODUÇÃO

Memórias de um sobrevivente e *Às cegas* são livros que provocam no leitor efeitos estéticos bastante contundentes, uma vez que o universo das vozes marginalizadas é posto frente a frente ao leitor, que precisa encontrar maneiras de lidar com as questões levantadas por ambas as obras. Muito mais do que simplesmente decidir entre julgar e condenar os indivíduos apresentados, cabe ao leitor buscar compreender esse novo mundo que se descortina diante de si, para só então ser capaz de analisar as variáveis e optar (ou não) por uma tomada de atitude perante as narrativas.

Esse processo é bastante particular de cada leitor e é impossível determinar até que ponto a leitura será influenciada por ele. Como o pesquisador é, antes de tudo, um leitor, não há uma maneira efetivamente verdadeira de eliminar essa subjetividade, porém, é necessária a capacidade de desconstruir as narrativas e analisá-las à luz de pressupostos teóricos, sem deixar de levar em conta os contextos externo e interno aos quais a obra se submete.

Tendo isso em mente, o pesquisador pode, no momento da análise, ser comparado a um caçador, em busca de pistas que o conduzam aos resultados pretendidos. Encarados como o mapa que guia o analista em sua procura, os livros serão analisados, selecionando-se, ao fim do processo, os fragmentos que mais dão conta da proposta do estudo. Os questionamentos que conduzem esse trabalho são três: em que medida as obras selecionadas podem ser associadas tanto à literatura de cárcere quanto à literatura de testemunho? Quais traços estão presentes dentro desses títulos e permitem essa aproximação? De que maneira o panorama traçado dentro dos livros se relaciona com o contexto externo da obra, ou seja, o cenário social e político do país à época dos acontecimentos narrados nos livros?

Com essas perguntas delimitadas, é possível traçar, além do percurso metodológico de leitura e análise das obras, os objetivos que se pretendem atingir. Em termos mais gerais, este estudo se propõe a associar as duas obras de Luiz Alberto Mendes tanto à literatura carcerária quanto à literatura de testemunho, mais precisamente à corrente do *testimonio* latino-americano, bem como conectar estes dois gêneros literários de alguma forma. Para isso, será necessário trazer conceitos e características inerentes a esses gêneros, explicitando semelhanças e diferenças entre ambos.

Além disso, será preciso catalogar e sistematizar as marcas e recursos (a saber: pessoa discursiva, vocabulário e tempos verbais escolhidos, caráter autobiográfico que permeia a narração, a questão da veracidade dos fatos narrados e a busca de autenticidade com a presença de vozes e nomes de terceiros dentro da narrativa) utilizados ao longo da escrita das narrativas

que permitem essa aproximação às tendências literárias já mencionadas, reconhecendo-os nos livros a serem analisados. Um outro objetivo mais específico remete ao contexto no qual a obra se insere e de que maneira o panorama histórico do Brasil na época dos episódios vividos pelo narrador e relatados nos livros pode ser detectado e representado nas obras. Para alcançar este objetivo, serão analisados aspectos intrínsecos, principalmente, à ditadura brasileira, pano de fundo que permeia o primeiro livro, *Memórias de um sobrevivente*, e ainda estende suas consequências à narrativa de *Às Cegas*.

Na intenção de possibilitar uma maior compreensão por parte dos leitores, este trabalho será organizado em três capítulos, cada qual contemplando um aspecto que se considera importante para a validação do estudo. Num primeiro momento, junto a uma contextualização dos gêneros, são trazidas definições e particularidades tanto da literatura de cárcere quanto da literatura de testemunho, priorizando o cenário brasileiro e o desenvolvimento dessas literaturas dentro dele. Para isso, são mobilizados teóricos e autores especializados no tema, com o intuito de buscar fazer com que o leitor deste estudo apreenda os elementos principais destes dois estilos literários antes de adentrar no processo de análise.

O segundo capítulo é dedicado exclusivamente à análise de elementos relativos ao aspecto formal dos dois títulos selecionados como *corpus*. Assim, entram em cena elementos como narrador, espaço e memória, bem como a construção das inúmeras identidades do protagonista ao longo das obras. A partir de um processo analítico, são discutidos os principais aspectos relacionados à enredo, estruturação da obra. Neste capítulo, ainda, elementos próprios da literatura de cárcere e da literatura de testemunho são entrelaçados às características intrínsecas aos textos literários analisados.

O terceiro e último capítulo será destinado às reflexões acerca de como a história do protagonista se relaciona à história do país como um todo, isto é, a forma como o panorama político-cultural do Brasil nos períodos de experiência do narrador atrás das grades se organiza dentro da ficção das obras. Para tanto, são mobilizados conceitos sobre a literatura e sua relação com a história, no sentido de sua representação, além de aspectos inerentes ao período ditatorial brasileiro, assim como a época que o segue, ou seja, o trajeto do país até a redemocratização após o governo autoritário. Trechos selecionados da obra serão relacionados a esses contextos e procurará discutir-se o quanto esses fragmentos podem ser considerados enquanto imagens representativas da história do país nesses momentos específicos.

Neste ponto da explanação, vale lembrar que os conceitos teóricos mobilizados não serão exclusividade do primeiro capítulo do estudo, podendo estar inseridos ao longo das

análises, quando necessário for. Vale deixar claro que toda argumentação e embasamento do processo de análise advém dessas teorias, mas escolheu-se não restringir essas reflexões acerca das obras apenas a elas, buscando ir além e trazer suposições e perspectivas próprias da autora do estudo. A autora reserva-se ainda o direito de não entrelaçar muitas citações teóricas ao longo do texto, deslocando-as em notas de rodapé sempre que forem referenciadas, e deixando o espaço do texto para a construção do processo de compreensão e reflexão sobre as obras selecionadas.

Antes de encerrar essa introdução, cabe ressaltar que a seleção do *corpus* a ser analisado ao longo deste trabalho deu-se através de um processo que buscava encontrar obras que pudessem ser comparadas entre si. *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas* são dois livros escritos pelo mesmo autor, porém em momentos diferentes. O que se procura ao trazer este *corpus* para análise é criar um panorama comparativo entre os títulos selecionados, tanto na perspectiva formal, de construção narrativa, quanto nas instâncias de contexto social e histórico externo às obras e possíveis modificações interna do próprio narrador-protagonista em diferentes etapas da vida e da trajetória carcerária. Esta justificativa serve, também, para explicar o porquê de terem sido apenas as duas obras escolhidas para este estudo: a comparação entre as duas dá conta de demonstrar os diferentes períodos históricos que o narrador e o próprio país viviam no momento dos episódios relatados nas narrativas.

É inegável, no entanto, que muitas vezes esse processo de escolha tomou proporções subjetivas, que se relacionavam ao gosto particular da autora do estudo. As obras *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas* foram escolhidas não só por já serem de conhecimento prévio da pesquisadora, mas também por encerrarem em si elementos que são pertinentes ao interesse e às questões de pesquisa deste estudo. Assim sendo, acredita-se que ambas as obras são mais do que suficientes para a realização de uma reflexão séria e ordenada, que colabore e vá ao encontro das discussões e dos trabalhos já realizados na academia acerca dos títulos e das tendências literárias trabalhadas ao longo deste estudo. Admite-se, no entanto, que esse pressuposto avaliativo particular não poderia ser usado como justificativa para a seleção das obras.

Sobre a justificativa para a existência deste trabalho, ela perpassa por duas perspectivas. Em primeiro lugar, ao trazer obras consideradas “marginais” para o âmbito da pesquisa acadêmica, pretende-se empreender uma reflexão assertiva a respeito do cânone literário já institucionalizado e a importância de rever o lugar dessas obras emergentes dentro dele, por conta da relevância social, política e cultural que são intrínsecas a elas.

Considerando as obras a serem discutidas ao longo da pesquisa, o trabalho proposto tem a seu favor a atenção dada a um gênero eloquente e emergente da literatura, principalmente no cenário brasileiro, o que pode contribuir, talvez, para uma maior visibilidade desta tendência, para a qual o número de pesquisas e estudos ainda é relativamente baixo. Além disso, a análise literária que será realizada no decorrer do trabalho permite um aprofundamento no texto, possibilitando uma visão para além do escrito que compreende os sentidos semânticos e ideológicos por trás das linhas, aprimorando, dessa forma, a apropriação e o entendimento do texto em si pelo leitor/analista.

2. TESTEMUNHO E CÁRCERE: INTERSECÇÕES

2.1 O TESTEMUNHO COMO GÊNERO LITERÁRIO

Os debates acerca de uma literatura de testemunho têm se desenvolvido consideravelmente ao longo dos últimos anos. Um ponto fundamental de discussão é a oposição que parece haver entre o conceito de literatura, cheio de ficcionalidade, e o de testemunho, que evoca aspectos de veracidade e realidade. É para buscar esclarecer essa questão que a discussão dessa literatura envolve diversos elementos pertinentes de variados núcleos, como gênero, valor, saberes, tencionando os limites conhecidos e já institucionalizados entre as instâncias de verdade e ficção, realidade e representação, ética e estética.

A noção que funda o gênero de testemunho no âmbito literário tem origem na chamada “literatura do Holocausto”, composta por relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Exemplos dessa literatura são os escritos já canônicos de autoria de Primo Levi e Paul Celan. O conceito alargou-se com o decorrer do tempo, englobando também narrativas com vistas ao passado, problematizando, por exemplo, os genocídios e massacres contra índios e negros e os mais variados tipos de discriminação, preconceitos, opressão e miséria.

Uma das maiores dificuldades encontradas na leitura deste gênero advém justamente da complexidade que o leitor encara ao precisar reconhecer o Outro, com sua história, sua particularidade e relevância. Essa seria uma tarefa indispensável para se ler o gênero⁴, mas é necessária, neste intento, uma reestruturação de pensamento: o leitor se encontra ainda preso aos valores e tradições representados pelo cânone, o qual não contempla essas obras. Seria preciso não apenas a expansão do pensamento, mas a construção da receptividade do leitor com relação a essas obras. Nesse campo, atualmente, notam-se já alguns avanços.

Em uma escala global, pode-se afirmar que a literatura denominada de testemunho possui duas vertentes bem desenvolvidas: a da *Shoah* e o *testimonio* latino-americano. A primeira se refere aos relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas e procura narrar as atrocidades destes espaços, para que não voltem a repetir-se e em memória daqueles que não sobreviveram ao holocausto.

Pode-se observar, então, que é a partir da Segunda Guerra Mundial que a literatura de testemunho ganha destaque, à medida que retrata as experiências limítrofes desses indivíduos que sobreviveram e foram vítimas dos horrores perpetuados pelos campos de concentração nazistas. Um dos maiores expoentes deste estilo literário é, sem dúvidas, o escritor Primo Levi,

⁴ “Estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar, e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo” (GINZBURG, 2011, p. 28).

judeu italiano e sobrevivente de Auschwitz, que se transformou em referência em estudos acerca dessa literatura.

A presença de narrativas da *Shoah* na literatura brasileira é extremamente marginal⁵. Os sobreviventes que, devido a vários fatores, vieram parar no Brasil não encontraram aqui um público acolhedor aos testemunhos que eles eram capazes de dar. Contrariando esse panorama desolador, porém, existe uma pequena, mas importante, literatura da *Shoah* produzida no país: em seu interior, pode-se distinguir a ficção escrita por não-sobreviventes e o relato carregado por um forte teor testemunhal de imigrantes da Europa.

A literatura da *Shoah* está inserida em uma dificuldade de representação, por ser um tipo literário caracterizado pelo seu excesso, pelo testemunho das barbáries ocorridas nos campos de extermínio.⁶ Essa irrepresentabilidade tem relação com a dupla impossibilidade que o testemunho de eventos-limite, como a *Shoah*, inclui em si e que se configura em duas perspectivas. Em um primeiro momento, há o “colapso do testemunho” diante da situação traumática vivida: a experiência da *Shoah* foi tão brutal que encontrar palavras para descrevê-la é uma tarefa no mínimo difícil e, mesmo quando encontradas, as atrocidades sofridas pelas vítimas são tão absurdas que correm o risco de tornar-se inverossímeis, sendo este o maior receio das testemunhas que constroem seus relatos; na questão do trauma, entram também aqueles sobreviventes que decidiram não dar seu testemunho, algo, muitas vezes, necessário para a sobrevivência depois de Auschwitz. Isso, de alguma maneira, configura o “fenômeno da deformação das lembranças”: a “escolha” do esquecer para uma tentativa de viver, a necessidade de libertação desse passado.

Neste ponto da discussão, vale lembrar que essa impossibilidade ou incapacidade de narrar os fatos é também, de certo modo, definidora do caráter de resistência que a literatura de testemunho carrega. Por conta de toda a dificuldade encontrada no relato de todas as atrocidades e absurdos vividos pelos sobreviventes, o simples ato de narrar é uma forma de resistir ao esquecimento e de buscar uma maneira de impedir a repetição dos acontecimentos passados. Portanto, a resistência se encontra em toda narrativa empreendida pelos sobreviventes, podendo ser considerado como aspecto fundador do gênero.

⁵ Apesar da participação brasileira nas frentes de batalha da Segunda Guerra Mundial contra as forças nazistas, não se pode perceber na cultura deste país a presença forte deste fato. (SELIGMANN-SILVA, 2007, p. 1).

⁶ Outra característica importante a respeito da literatura do Shoah é a falta de todo um aparato conceitual que descreva este evento, justamente pela sua dificuldade de representação, desta forma alguns autores usam o conceito Kantiano de “sublime”, entendido não no seu significado estético, sinônimo de “esplêndido”, “magnífico”, mas sinônimo de irrepresentável, sem limites de representação. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 52-53).

Em segundo lugar, é preciso lembrar “da reflexão sobre a ética envolvida na representação de fatos históricos com as características dos genocídios” (SELIGAMNN-SILVA, 2007, p. 3). Isto significa dizer que o modo de representação é fundamental dentro dessa literatura: apesar da necessidade de falar ou escrever e passar adiante a experiência terrível vivenciada nos campos de concentração, por exemplo, fica o questionamento de ser ou não possível conferir algum sentido aceitável aos fatos considerados “inenarráveis” a partir da arte.

Levando em consideração todas as questões contraditórias que de algum modo constituem esse tipo literário, pode-se afirmar que a literatura da *Shoah* é um instrumento capaz de conduzir a uma reflexão profunda da condição humana na modernidade, o que inclui suas atitudes e escolhas. Esse texto não é escrito com a intenção de provocar qualquer prazer no leitor, mas de colocá-lo em confronto com as bases históricas e culturais que o rodeiam, causar desconforto e indignação diante das atrocidades cometidas por indivíduos humanos e discutir criticamente as questões que envolvem as catástrofes causadas pelos homens.

Já na segunda corrente da literatura de testemunho, à qual se dá ênfase neste trabalho por seu parentesco com a nova proposta da literatura de cárcere brasileira, encontramos uma ampla gama de textos que podem ser aqui enquadrados. Alguns autores, como Valéria De Marco, consideram pertencentes a este núcleo de literatura tanto relatos de presos políticos das ditaduras da segunda metade do século XX na América Latina, quanto a vida de mártires das revoluções e as narrações de testemunhas que representam grupos social, cultural e economicamente marginalizados.

Pensando na literatura moderna como um todo, é difícil negar que, com todos os elementos heterogêneos que a constroem e os diferentes usos de elementos culturais e linguagem, ela [a literatura] se insere num momento histórico cujas principais particularidades são a multiplicidade de vozes e de sujeitos. Impulsionadas pelo advento da Pós-Modernidade, essas diversas vozes tomariam para si o direito da palavra, extrapolando as fronteiras do privilégio e da elitização desse recurso⁷. Dentre essas vozes, encontram-se os grupos subalternos que, a partir de manifestações culturais e artísticas, buscam expressar a sua versão da história, através do relato de suas lutas e vivências particulares e distintas. O *testimonio* é justamente uma dessas manifestações.

Disseminada em maior escala na América Latina, essa corrente da literatura de testemunho é caracterizada em especial por comunicar problemáticas coletivas relacionadas às

⁷ VAVAKOVA, 1988, p. 107.

classes subalternas, que sofrem diariamente com a exclusão sócio-histórica e cultural, sobretudo pela restrição no acesso à palavra escrita⁸. Pensada dessa forma, a ocupação de um espaço no âmbito literário pelas minorias se deve às lutas, reivindicações e mudanças culturais ocorridas no mundo moderno. Esse processo pode ser caracterizado como um “assalto ao poder da escrita”⁹, que encontra sua motivação no desejo de autorrepresentação inerente a esses grupos sociais.

Por se relacionar diretamente a um evento histórico factual, há uma preocupação dentro deste gênero com o aspecto documental das obras, à medida que os textos se sustentariam na vivência particular de um indivíduo social específico. O compromisso com a “verdade”, no entanto, combina-se com outros aspectos no todo do sistema discursivo, levando essas narrativas a se valerem de elementos e artifícios estritamente ligados às literaturas ficcionais para garantir a veracidade do relato, muitas vezes baseado em memórias fragmentadas. É por conta dessa fusão entre realidade e ficção que se torna tão complexo delinear as fronteiras e definições unânimes para este gênero. É exatamente esse um dos traços marcante desse tipo literário: a dificuldade de fixar limites¹⁰.

Essa mistura entre as instâncias da ficção e da realidade gera diversos questionamentos acerca do gênero, resultando em diversos estudos sobre o texto literário em si, que acabou levando a posicionamentos distintos e variados. Marc Zimmerman (2004) procura destacar a dimensão parcial da verdade contida nos episódios históricos representados nas obras. Esse seria, para ele, o motivo de não se esperar que o testemunhante apresente os fatos exatamente como ocorreram, mas uma das várias versões que podem existir destes fatos. John Beverley, que organiza um número especial sobre o *testimonio* na *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, juntamente a Hugo Achugar, dá ênfase ao compromisso ético e político afirmado por esse tipo de texto, sem deixar de lado sua dimensão estética. Essa junção desestabilizaria ainda mais as fronteiras do gênero¹¹.

Sua consolidação como gênero literário acontece primeiramente em Cuba, já em 1969, quando a instituição *Casa de las Américas* inclui o gênero como categoria no concurso literário,

⁸ MORAÑA, 1995.

⁹ ESLAVA, 2004.

¹⁰ Segundo a autora, esse gênero literário é resultado do “entrecruzamiento de narrativa e historia, la alianza de ficción y realidad, la voluntad, en fin, de canalizar una denuncia, dar a conocer o mantener viva la memoria de hechos significativos, protagonizados en general por actores sociales pertenecientes a sectores subalternos” (MORAÑA, 1995, p. 488).

¹¹ “El testimonio es y no es una forma ‘auténtica’ de cultura subalterna; es y no es ‘narrativa oral’; es y no es documental; es y no es literatura; concuerda y no concuerda con el humanismo ético que manejamos como nuestra ideología práctica académica” (BEVERLEY, 1992, p. 10).

incentivando sua produção a partir dessa decisão: o grupo, formado por Ángel Rama, Isadora Aguirre, Hans Enzensberger, Noé Jitrik, Haydée Santamaría e Manuel Galich e cuja conversa só veio a público em 1995, considerou que boa parte dos textos concorrentes fugia ao padrão tradicional do romance, o que suscitava a necessidade de uma nova categoria de análise, que abarcasse todas essas diferenças. Alia-se a essa atitude para a cristalização e estabilização do gênero no contexto literário o crescente interesse de estudiosos e pesquisadores por observá-lo e investigar suas propriedades.

O primeiro que buscou definir o termo literatura de testemunho¹² foi o escritor guatemalteco, participante do grupo do júri já citado acima, Manuel Galich, em texto publicado no *Boletín de la Casa de las Américas*, no ano de 1969, no qual Galich afirma que “uma narrativa de testemunho se caracteriza, principalmente, por tratar *de um aspecto social da América Latina*” (ALÓS, 2008, p. 1, grifo do autor).

Manuel Galich ainda sistematizou a reflexão proposta já pelo júri em 1969, definindo o gênero através de suas oposições a outros já convencidos. O testemunho difere, pois, da reportagem em extensão, profundidade e apresentação de uma qualidade literária superior. Distingue-se também da narrativa ficcional, à medida que descarta a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos narrados. Mantém-se afastado da prosa investigativa porque exige o contato direto do autor com o ambiente retratado, bem como com os protagonistas e fatos que compõem sua narração. Difere-se, ainda, da biografia, uma vez que, ao invés de contar os detalhes de uma vida por conta de um possível interesse que ela possa vir a ter, reconstitui a história de um ou mais sujeitos baseado na relevância destes escolhidos em um determinado contexto social.

É de Galich também a argumentação de que a literatura de testemunho é dotada de um caráter documental e ficcional, visto que este último é aspecto sempre presente na reconstrução e representação de fatos históricos. Levando em conta esse caráter, pode-se colocar o século XX como bastante propício para o surgimento dessa literatura, devido aos períodos de guerra, ditaduras e genocídios nele ocorridos. O questionamento dessa fronteira entre ficção, fato empírico e fato literário pode ser considerado uma das questões mais discutidas no que concerne à literatura do século XX, em especial na literatura de testemunho.

Seligmann-Silva defende que se deve buscar, nos estudos de testemunho, a categorização do “teor testemunhal” que, de acordo com ele, marca toda a obra literária e que aprendemos a identificar, mais especificamente, a partir do século XX. O autor afirma ainda

¹² ALÓS, 2008.

que é esse teor testemunhal o responsável por indicar mais explicitamente as relações entre o “real” e o processo de escrita.¹³ Vale destacar que o real proposto por Seligmann-Silva não deve ser confundido com o conceito de “realidade” como fato empírico. No testemunho, a “realidade” é sempre pensada como representação.

Além dos já citados, são vários os teóricos que buscaram uma conceituação para a literatura de testemunho, na tentativa de não banalizar o gênero e evitar qualquer noção que reduzisse o termo a uma área de estudos restrita. Entre eles destaca-se George Yúdice, professor norte-americano que ressalta a relevância do caráter social intrínseco à narrativa de testemunho. O estudioso afirma que é esta uma narrativa autêntica, nascida da urgência de uma ocasião, que pode ser correspondente a uma revolução, uma guerra, ou qualquer outra modificação social mais grave que necessita ser destacada e problematizada.

Como o próprio nome já sugere, essa é uma literatura com um panorama de realidade na qual alguém que presenciou algo dá seu testemunho acerca dessa experiência. Neste ponto da discussão, vale destacar a existência de dois tipos de testemunhas¹⁴: i) o primeiro, denominado *testis*, representa um terceiro, não necessariamente interno ao fato narrado, que presencia a experiência em questão e relata o fato; e ii) o segundo tipo, conhecido como *superstes*, representa o indivíduo que é o protagonista de determinado fato, sobrevive a ele e depõe sobre a experiência.

O aprofundamento dos estudos relacionados ao gênero permite o surgimento de um terceiro tipo de testemunha, destacado por Jeanne Marie Gagnebin, chamado de testemunha solidária. Esta corresponderia ao indivíduo que é capaz e está disposto a ouvir o relato de uma experiência traumática, não por compaixão, mas somente porque é apenas a retomada dessa experiência que auxiliaria na não-repetição dela¹⁵. Levando em conta os dois tipos de testemunhas já consolidados dentro dos estudos do gênero, fica evidente a divisão dessa literatura em dois grupos distintos de obras, de acordo com suas particularidades de narração.

¹³ “Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o ‘teor testemunhal’ que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o ‘real’ e a escritura” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85).

¹⁴ AGAMBEN, 2008.

¹⁵ “Testemunha não é somente aquele que viu com seus próprios olhos, o histor de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Um deles apresenta a figura do mediador letrado, orientador da construção e elaboração do relato escrito, que possui a função de ouvir e transcrever o depoimento da testemunha que vivenciou de fato os acontecimentos narrados e serve ainda como elemento de legitimação para a obra, por participar de uma esfera cultural com maior prestígio social. Aqui se faz necessário esclarecer que este processo causa diversas tensões entre informante e mediador, conflitos da ordem da voz e escritura, da condição cultural dos dois indivíduos envolvidos, da experiência e do texto “objetivo”. Um segundo tipo de narrativa não apresenta essa figura de mediação, tendo o sujeito que realmente vivenciou as experiências narradas uma certa liberdade para transitar pelos espaços e códigos de escrita, adquirindo autonomia para construir seu relato da maneira que pensar ser conveniente.

Cabe destacar, ainda sobre a testemunha, duas particularidades fundamentais para legitimação do relato: este indivíduo que relata, que passa por determinada experiência é, quase que obrigatoriamente, um excluído das esferas de poder e saber na sociedade, podendo ser visto também como a representação de um segmento, sendo sua história, portanto, exemplar.

No que concerne aos traços desse tipo de literatura, apesar de bastante sintéticos, alguns são facilmente identificáveis¹⁶, abrindo, inclusive, uma possibilidade para a conexão entre os gêneros literatura de testemunho e literatura de cárcere. Numa leitura imediata, um dos primeiros elementos que se sobressai à vista do leitor é a narrativa em primeira pessoa, com casos em que o nome do autor já se destaca estampado no título, como em *O Diário de Anne Frank* (2003) ou *Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru* (2002). Existe ainda um compromisso com a verdade: mesmo que, em sua maioria, os livros acabem por fundir realidade e ficção, a verossimilhança dos fatos, a dimensão histórica e factual destes episódios é priorizada nesse tipo de texto, assim como a sinceridade do relato, que não omite e nem exagera traços, no geral. Um exemplo disso é o livro *Diário de um detento* (2001), de Jocenir.

Em muitos livros do gênero, é possível encontrar um traço bastante explícito: o desejo de justiça. Observa-se esse aspecto em diversos títulos, como *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós, ou *Quarto de despejo* (1960), de Maria Carolina de Jesus. Esse desejo pode se transfigurar também em uma crítica social latente a vários elementos que compõem a estrutura social do sujeito, denunciando preconceitos de gênero, posição social, órgãos governamentais, crenças e muitas outras questões relacionadas à esfera coletiva da vida em sociedade. Ligada de alguma forma a esse traço está a vontade de resistência, de não conformidade com as ideologias autoritárias e com a centralização do poder. Como em outros livros, este elemento

¹⁶ SALGUEIRO, 2012, p. 292.

fica bastante evidente em *Meu nome é Rigoberta Menchú – e assim nasceu minha consciência* (1993), depoimento da índia dado à antropóloga Elizabeth Burgos. A partir desses traços de luta e oposição, é possível observar a ruptura da hegemonia que coloca o valor estético acima do ético. Isso é demonstrado com clareza na poética de Alex Polari, em seu livro *Camarim de prisioneiro* (1980).

Distinguindo-se da literatura tradicional que coloca como centro a subjetividade do narrador e apesar de ser construída, majoritariamente, por histórias individuais (que se entrecruzam com outras histórias ao longo da narrativa), a literatura de testemunho apresenta um evento coletivo, no qual a primeira pessoa pode ser vista como uma espécie de porta-voz da dor de outros sujeitos, construindo, assim, uma experiência compartilhada. Esse aspecto é observado na grande maioria das obras oriundas deste gênero, como *Estação Carandiru* (1999), de Drauzio Varella, e *É isto um homem?* (1947), de Primo Levi.

Enquanto a dor física e psicológica cicatriza, a experiência fixa no indivíduo a presença do trauma, em graus variados, como exemplificado nos poemas de Paul Celan ou mesmo em *A Mancha* (2004), de Luis Fernando Veríssimo. Quando não se vive o luto por completo, esse trauma pode resultar em sentimentos de rancor e ressentimento, consigo mesmo ou com os responsáveis por aquela experiência, como se constata nos relatos de *Maus* (2005), narrativa em quadrinhos de Art Spiegelman.

O vínculo estreito com a história e com a realidade se faz essencial dentro deste gênero, assim como é constante e frequente um sentimento de vergonha pelas humilhações sofridas. A animalização do ser humano também é recorrente dentro dos textos deste tipo, mostrando-se como parte do processo discriminatório e excludente da experiência vivenciada pelo sujeito. Muitas vezes, o sentimento de vergonha se transforma, entre os protagonistas, em culpa por ter sobrevivido ao ocorrido, enquanto muitos de seus conhecidos ficaram pelo caminho ou sucumbiram diante da dor e do sofrimento. Para outros sobreviventes, ainda, a linguagem não daria conta de representar o fato vivenciado, tamanho foi o trauma que isso causou, o que acarretaria numa total incapacidade de rerepresentar o evento.

Ainda sobre as características intrínsecas a este tipo de discurso literário, um traço bastante forte dentro deste gênero e que influencia diretamente na autenticidade e aceitação do relato são os recursos discursivos utilizados, tais como as marcas de oralidade¹⁷. Além de

¹⁷ “El llamado “efecto de oralidad” es central al testimonio por otra razón: su contribución al llamado “efecto de realidad”, o “efecto documental” según otros, o como preferimos llamarlo “efecto de oralidad/verdad”. Y aquí es donde el análisis del nivel del enunciado y del nivel pragmático se hace uno pues lo que ocurre supone una interacción de ambos niveles. La permanencia o huella de la oralidad permite generar en el lector la confianza de que se trata de un testimonio auténtico, reafirmando de este modo la ilusión o la convención del propio género, o

constituírem-se em testemunhos que denunciam, em sua maioria, as práticas de Estados autoritários ou ditatoriais, estes relatos assumem ainda um tom intimista, pode-se dizer até autobiográfico ou confessional, através do registro das angústias e do cotidiano de um “eu” encarcerado¹⁸.

Vale destacar que estas características se mostram básicas, o que não quer dizer que são definitivas ou universais. É possível encontrar obras dentro da vasta literatura de testemunho que demonstrem poucas delas, ou até nenhuma, e há ainda a possibilidade de encontrar exceções que se opõem completamente a todas estas propriedades. Isso apenas reafirma o caráter plural e diverso destas obras, tornando ainda mais complexa a tarefa de definir as particularidades desta literatura, assim como de enquadrá-la a definições e conceitos únicos e fixos.

O papel da literatura de testemunho, de acordo com Alós, é o de denúncia de práticas opressivas, desautorizando, dessa forma, a história considerada “oficial” e possibilitando o conhecimento de versões até então ocultas dessa mesma história¹⁹. Assim sendo, pode-se pontuar como principal objetivo da narrativa de testemunho, de acordo com Alós (2008), “[...] dar visibilidade a vozes silenciadas pelos processos histórico-literários de construção e legitimar determinadas representações culturais desautorizadas”. Desta forma, é comum encontrar neste tipo de literatura relações explícitas e diretas com outros gêneros literários (como a autobiografia, o novo jornalismo e a narrativa ficcional), bem como um certo caráter documental, que se mescla a uma determinada ficcionalidade.

Para além da importância de se perceber que o testemunho é essencialmente ambíguo, uma vez que oscila entre a “verdade” da qual é testemunha e o discurso ficcional que relata esta mesma “verdade”, Martins (2013) destaca o elemento formal que constitui a condição mais relevante e indispensável para a configuração dessa literatura de cárcere: a dualidade entre dois extremos, alcançada sempre por meio de procedimentos reconhecíveis dentro das narrativas²⁰.

sea que está frente a um texto donde la ficción no existe o existe en un grado casi cero que no afecta la verdad de lo narrado” (ACHUGAR, 1992, p. 29).

¹⁸ “Desse modo, política, história, memória, ficção e autobiografia configuram um gênero que oscila constantemente entre uma ‘esfera política’ (as circunstâncias históricas e políticas que levaram o sujeito à prisão) e uma ‘esfera privada’ (a gama de sentimentos e experiências decorrentes da privação da liberdade)” (MARTINS, 2013, p. 196).

¹⁹ “[...] denunciar uma experiência de opressão e/ou exclusão, assim como o de desvelar e desautorizar a história oficial como sendo “A Verdade” (transcendental e única), abrindo caminho para outras vozes e outras versões de determinados fatos sociais” (ALÓS, 2008, p. 2).

²⁰ “De qualquer modo, do intenso debate em torno da literatura de testemunho, destacamos o aspecto formal que parece constituir sua condição mais relevante e que, por hipótese, também é parâmetro indispensável para a configuração da literatura de cárcere: a tensão entre o fictício e o factual, entre a literariedade e a literalidade, alcançada por meio de diversos procedimentos, como a já mencionada mescla de discursos que apelam para a factualidade (documentos de origem etnográfica, histórica) e para a ficcionalidade (o recurso da primeira pessoa da autobiografia)” (MARTINS, 2013, p. 194).

Segundo Valéria De Marco (2004), a importância e a relevância da literatura de testemunho se dá sob dois aspectos. O primeiro deles “consiste na sustentação de que esses textos impõem a necessidade de repensar cânones literários”, enquanto o segundo refere-se “ao caráter ‘democrático’ desse modo de composição do testemunho, uma vez que ele viabiliza a entrada na cultura letrada das vozes de outras identidades, das vozes até então silenciadas [...]”. Assim, percebe-se que o espaço público vai aos poucos transformando-se num ambiente compartilhado, onde se busca uma identidade nova, heterogênea, plural, que reconheça e, acima de tudo, respeite as diferentes “vozes” presentes e ativas nesse universo.

Para entender a validade do testemunho pela perspectiva da vítima, é antes necessário entender que, na grande maioria dos casos, esse sujeito-testemunha não é um herói, um ser excepcional e diferente de todos, mas simplesmente alguém cuja conjunção dos acasos de certa maneira permitiu sobreviver²¹. Dessa forma, o valor e a importância do testemunho, bem como sua veracidade, devem, sim, ser compreendidos nos âmbitos da história e da análise sociológica, mas seu significado ultrapassa essas instâncias: o testemunho possibilita ao sobrevivente enxergar uma razão para viver, construir uma propriedade que o tira do estatuto de vítima simplesmente e traz à tona a capacidade de encontrar uma identidade para si que vá além do trauma.

A partir das considerações feitas até então, pode-se concluir, enfim, a implicação enorme que há em estudar-se a literatura de testemunho. Primeiro porque questiona a tradição canônica, tão intrinsecamente internalizada em nosso meio. Segundo porque traz em si a capacidade de reflexão acerca do discurso oficial do Estado, das repressões institucionais e, principalmente, das vozes frequentemente silenciadas pelo sistema.

Para encerrar este tópico de discussão, cabe ainda ressaltar por que o gênero literatura de testemunho é tão importante dentro deste estudo. As características que os textos literários de cunho testemunhal carregam (tais como a narração de uma experiência individual, o destaque dado às vozes marginalizadas, a crítica velada às instituições de poder e o caráter intimista e confessional) fazem quase uma ligação direta com uma tendência cada vez mais forte dentro do campo literário brasileiro contemporâneo: a literatura de cárcere. Por conta das particularidades que esta última tem em comum com o gênero testemunhal, pode-se talvez afirmar que literatura de testemunho, principalmente a corrente difundida na América-latina e denominada *testimonio*, guarda muitas características em comum com a literatura de cárcere, que será o foco deste trabalho.

²¹ LEVI, 1989.

Esse parentesco, no entanto, não se constitui como continuidade ou influência de algum tipo do *testimonio* sobre a literatura de cárcere²²: esses dois polos se aproximam à medida que, a partir deles e na tradição das narrativas que dão destaques à experiência, abre-se a possibilidade de repensar a relevância do testemunho, bem como seu lugar na sociedade contemporânea, marcada pela violência urbana nos mais diversos níveis. São as noções e conceitos em torno deste gênero do cárcere relativamente novo que se pretende discutir no próximo tópico deste capítulo.

2.2 LITERATURA DE CÁRCERE: UMA NOVA TENDÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

A punição por crimes cometidos sempre foi uma realidade na história da humanidade. Na forma de justiça clássica, as sentenças dos criminosos tinham muita relação com a questão do suplício, definido por Foucault, no livro *Vigiar e Punir* (1987), como uma pena corporal, necessariamente dolorosa, mais ou menos cruel. O suplício configura-se como uma técnica e, portanto, precisa atender a determinados critérios, entre eles a produção de uma determinada quantidade de sofrimento e a regulação da intensidade deste sentimento de acordo com a gravidade do crime cometido, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas.

Nas palavras de Foucault, o suplício é na verdade parte de um ritual e obedece a duas exigências principais, percebidas a partir de duas perspectivas: em relação ao criminoso, a punição por suplício precisa ser marcante, isto é, seu objetivo final é traçar, sobre o próprio corpo do condenado, sinais que não podem ser apagados, sejam eles visíveis ou não, visto que serão lembrados pela memória coletiva; já no que concerne à justiça, a penalidade por suplício deve ser ostentosa, constatada inegavelmente por todos, para realmente alcançar o triunfo pretendido. Dessa maneira, de acordo com o autor, “o suplício penal [...] é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune” (FOUCAULT, 1987, p. 37).

Vale destacar que esse processo penal era todo realizado pelas autoridades a quem se designava esse poder, sendo este um segredo guardado até mesmo do próprio acusado. No entanto, podem-se compreender essas regras rígidas e a estrutura secreta por trás da construção de provas como uma verdadeira máquina para se chegar ao único meio a partir do qual o suspeito poderia se posicionar como parte atuante dentro do processo penal: a confissão. Considerada como a prova mais forte entre todas as que são determinadas e possíveis, a justiça

²² MARTINS, 2013.

busca consegui-la em todo processo penal, utilizando-se para isso de dois instrumentos principais: o juramento que se pede ao acusado antes do interrogatório e a tortura, uma violência física com a finalidade de extrair a verdade do suspeito. De acordo com Foucault (1987), a tortura clássica não é apenas uma procura eloquente pela verdade, mas também o “mecanismo regulamentado de uma prova; um desafio físico que deve decidir sobre a verdade” (p. 60). Dessa maneira, pode-se afirmar que três instâncias importantes do processo penal estão interligadas na prática da tortura: sofrimento, confronto e verdade.

Como pode ser percebido a partir das considerações feitas até então, o corpo do acusado é o elemento central de todo o processo penal clássico, é o centro em torno do qual giram todos os outros mecanismo e engrenagens. Da tortura ao momento da execução, passando por todo o ritual de exposição pública, suplício e condenação, o corpo “constitui o elemento que, através de todo um jogo de rituais e provas, confessa que o crime aconteceu, que ele mesmo o cometeu, mostra que o leva inscrito em si e sobre si, suporta a operação do castigo e manifesta seus efeitos de maneira mais ostensiva” (FOUCAULT, 1987, p. 65) De alguma maneira, então, o suplício judiciário pode ser entendido também como um ritual político, que se utiliza do corpo do condenado para, em um sentido menor, manifestar o poder vigente e sua soberania.

Esse ritual que tem o suplício como principal ferramenta para punição do considerado criminoso começou a extinguir-se apenas em fins do século XVIII e início do XIX, no momento em que o corpo deixou de ser o alvo principal da repressão penal, e a punição deixou, pouco a pouco, de ser uma cena. A execução pública e consequente exposição do condenado passou a ser vista como “uma fornalha em que se acende a violência” (FOUCAULT, 1987, p. 13). O essencial da pena, para a justiça “moderna”, não é o próprio ato de punir, mas a correção, a reeducação e, em certo sentido, a “cura”.

O poder sobre o corpo, no entanto, não deixou de existir em uma determinada medida. Mesmo que o principal alvo da punição não seja o corpo físico do condenado, mas sim a perda de um bem ou de um direito, castigos como o trabalho forçado ou a prisão nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo, tais como redução alimentar, privação sexual, expiação física e masmorras.

A partir deste ponto, cabe destacar que a utilização das prisões como forma de punição é uma realidade relativamente recente: data de menos de duzentos anos atrás. Até o início do século XIX e o surgimento do Código Penal Francês de 1791, o ambiente prisional configurava-se como um local de contenção temporária de pessoas que aguardavam a sentença definitiva ou a efetiva execução de suas penas. As prisões como as concebemos atualmente, isto é,

edificações amplas e protegidas, que se destinam à segregação de indivíduos no cumprimento de uma pena de privação da liberdade, passaram a ser utilizadas apenas a partir de 1821, com a construção da Penitenciária da Filadélfia (Eastern State Penitentiary ou Cherry Hill).

A instituição das prisões como meios punitivos se baseia no conceito de privação da liberdade²³: o livre-arbítrio é um bem pertencente a todas as pessoas da mesma maneira; sendo assim, perdê-lo constituirá o mesmo “preço” para todos. Além disso, o uso das prisões como estratégias punitivas também se fundamenta pelo papel de “aparelho para transformar os indivíduos”, entrando em jogo, aqui, o conceito de reeducação e reinserção: o ambiente prisional era, portanto, uma forma de detenção legal, responsável por uma espécie de suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos. Desde o início do século XIX, o encarceramento penal englobou, ao mesmo tempo, a privação de liberdade e a transformação dos indivíduos.

Por trás dessa ideologia reparadora e humana, no entanto, havia o medo das consequências das rápidas transformações sociais que estavam ocorrendo ao redor do mundo, bem como dos crescentes conflitos sociais, principalmente nos Estados Unidos. Pode-se entrever, a partir dessa linha de pensamento, que as prisões não surgiram, de fato, de uma necessidade real da redução da criminalidade e nem como uma resposta ao crime: surgiram, antes, como uma estratégia dos governos de aplacarem o medo de uma desordem social iminente, assim como uma tentativa de afastar do convívio social todos aqueles que, em certo sentido, possuíam um comportamento capaz de ameaçar as formas tradicionais de vida em sociedade.

No contexto brasileiro, a história do sistema prisional revela que, desde o início, a prisão foi utilizada como meio de exclusão social, sendo uma questão relegada a segundo plano pelas políticas públicas. Como consequência primeira tem-se a falta de construção ou a edificação inadequada dos presídios, na maioria das vezes improvisados. A trajetória das prisões no Brasil começa ainda no contexto colonial, a partir do estabelecimento dado pelo *Livro V das Ordenações Filipinas do Reino*, código de leis portuguesas que foi implantado no Brasil durante o período. Nele, ficava decretado o território da colônia como presídio para degredados, cujos crimes eram os mais variados: culpados por ferimentos com armas de fogo, entrada ou tentativa de entrada violenta em casas alheias, resistência a ordens judiciais, falsificação de documentos ou contrabando de pedras e metais preciosos.

²³ FOUCAULT, 1987.

A utilização, pela metrópole, do território brasileiro como local onde as penas eram cumpridas se estendeu até o ano de 1808, quando começaram a ocorrer mudanças bastante significativas rumo à autonomia legal e aos anseios de modernidade. A primeira prisão brasileira é instalada, então, em 1850, no Rio de Janeiro: a Casa de Correção do Rio de Janeiro, apesar do nome, mantinha o regime segregacionista importado das prisões dos Estados Unidos e da Irlanda, principalmente.

Além dessa Casa de Correção, registra-se também a cadeia construída na cidade de São Paulo entre os anos de 1784 e 1788, localizada no então Largo de São Gonçalo (hoje Praça João Mendes) e conhecida apenas como “Cadeia”. Essa construção era na verdade um grande casarão, onde funcionava também a Câmara Municipal; as salas destinadas à prisão ficavam na parte inferior, enquanto o piso superior era destinado às atividades da Câmara. Para lá eram enviados indivíduos que cometiam qualquer tipo de infração, inclusive escravos: era onde aguardavam a determinação de penas como o açoite, a multa e o degredo, uma vez que ainda não existia a pena de prisão.

A Constituição de 1824 estabelecia, no art. 179, que as prisões deveriam ser seguras, limpas, arejadas, havendo a separação dos réus conforme a natureza de seus crimes; já o Código Criminal de 1830 decretava a pena de prisão aliada ao trabalho como punição para vários crimes, implicando a construção de casas de correção com celas individuais, oficinas de trabalho e uma arquitetura própria. Apesar disso, as casas para recolhimento dos presos do início do século XIX demonstravam péssimas condições para o cumprimento da pena por parte do detento, o que contrastava com o crescimento populacional e econômico do país proporcionado pela industrialização e comércio do café.

O Código Penal de 1890 estabeleceu novas modalidades de penas: prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspeição e perda do emprego público e multa. O artigo 44 do Código considerava que não haveria penas perpétuas e coletivas. As penas restritivas de liberdade individual eram temporárias e não deveriam exceder trinta anos.

O aumento gradativo e constante da população carcerária brasileira, no entanto, confrontou-se com as limitações de espaço das prisões, inviabilizando as celas individuais. Ao mesmo tempo em que deixou ainda mais clara a falta de políticas públicas que atendessem a esse crescimento dentro do sistema prisional e dessem conta de melhores condições de permanência do preso e conseqüente reeducação e reinserção do indivíduo em sociedade, essa situação trouxe à tona agravantes como a superlotação carcerária e a perda dos direitos básicos

do ser humano, o que acabou gerando consequências bastante graves, como as rebeliões frequentes nos presídios.

O debate acerca do sistema prisional brasileiro é bastante denso e extenso, englobando diversos aspectos da segurança pública e dos direitos humanos. Desde os primeiros estudos sobre a instituição carcerária no país, os dados levantados pelos estudiosos são alarmantes por si só. Durante a década de 1980, Coelho fez um estudo sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro e descobriu que, já naquela época, ele encontrava-se completamente deteriorado, funcionando com o mínimo de eficiência²⁴.

A visão internacional acerca do sistema prisional no Brasil também é bastante pessimista. Já em 2001, Wacquant descrevia as prisões brasileiras como “campos de concentração para pobres” que são mais semelhantes a empresas públicas de “depósito industrial de dejetos sociais” do que instituições que possam ser responsáveis por qualquer tipo de ressocialização do detento.

Acompanhando o ritmo de outros países da América Latina, como Argentina e Chile, as taxas de encarceramento no Brasil vêm subindo abruptamente ao longo dos anos. De acordo com dados divulgados em dezembro de 2017 pelo Ministério da Justiça e levantados pelo Ifopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), o Brasil abriga a terceira maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para Estados Unidos e China.

Com mais de 600 mil presos, o Brasil também possui a terceira maior taxa de encarceramento a cada 100 mil habitantes desde o ano de 2000, entre os quatro países com a maior população de detentos em escala global. O aumento da população carcerária possui um percentual assustador²⁵: entre 2002 e 2013, enquanto o índice de crescimento populacional no país cresceu 15%, o aumento de detentos mais do que dobrou (aumento de 140%), o que corresponderia a praticamente dois presos por vaga. Vale destacar que o crescimento das taxas de cárcere no Brasil veio acompanhado de uma maior rigidez dentro das instituições prisionais, o que se contrapõe à perspectiva da ressocialização.

Depois de conhecer estes dados surpreendentes acerca do sistema penitenciário brasileiro, pensar a escrita a partir da clausura torna-se uma tarefa mais complexa. A escrita através da clausura é um dos elementos que podem ser encontrados ao longo da tradição literária ocidental²⁶. Como são constituídos pelo silêncio e pela solidão, os espaços fechados são

²⁴ COELHO, 2005, p. 164.

²⁵ Fonte dos dados: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

²⁶ BROMBERT, 1975.

costumeiramente associados ao processo de escrita. Apesar dessa tradição, em um cenário de clausura forçada como acaba sendo o cárcere qualquer condição ideal que existiria para o exercício de escrever cai por terra, sendo suprimido pela realidade brutal e aniquiladora da prisão²⁷.

A literatura de cárcere, em termos mais gerais, designa uma série de textos que possuem a narração de uma experiência de confinamento como elemento fundamental. Assim sendo, vale destacar que essa literatura é o resultado de uma influência direta do espaço no qual é construída, tanto no sentido ideológico, como discursivo, ético, linguístico e social. Pode-se inferir, portanto, que o espaço do cárcere é um aspecto fundador deste estilo literário e, dessa forma, é necessário que o narrador de um texto que se encaixe dentro dessa perspectiva de literatura tenha uma vivência factual dentro desse local, isto é, pelo menos uma parcela da vida deste indivíduo precisa ser passada dentro do sistema penitenciário.

Apesar de ser uma definição possível, é importante lembrar que este conceito é bastante restrito, rotulando obras de características distintas dentro de um mesmo sistema. De acordo com Martins (2013), é necessário um olhar mais atento e uma aproximação mais minuciosa destas obras, para compreender suas diferenças e particularidades.

Cabe levar em consideração a quantidade diversificada de gêneros que entram em jogo nessas narrativas. Dentro deste tipo literário, enquadram-se várias modalidades de discurso que vão desde cartas e diários até obras de ficção, poemas, memórias, depoimentos e relatos, colocando, assim, o hibridismo de gêneros como uma característica constituinte dessa tendência. Pensando acerca dos significados que residem nestes relatos, nos possíveis narradores e nas condições que estes possuem para construir suas obras, acaba tornando-se necessário um aprofundamento dessa definição, bem como uma restrição maior do *corpus* que compõe os exemplares do gênero. Assim, adota-se a proposta de que a literatura de cárcere vai além da narração de uma experiência de confinamento e se define mais precisamente pela presença de um testemunho acerca de uma vivência carcerária²⁸.

Neste ponto da explanação, tem-se uma visão mais precisa do autor desse tipo de obra e cabe destacar que, ao longo deste estudo, é adotada a perspectiva de que tanto o preso

²⁷ “A experiência do encarceramento, no entanto, lança por terra qualquer idealização a respeito desse espaço. À clausura forçada, vista muitas vezes como espaço que reuniria condições de trabalho desejáveis, impõe-se a realidade carcerária, tão brutal como aniquiladora” (PALMEIRA, 2011, p. 75).

²⁸ “Neste ponto, faz-se necessário, para aprofundar a discussão, restringir e tornar mais preciso o ‘corpus’ de análise. A proposta é que a literatura de cárcere, mais do que narrar um confinamento prisional, define-se pela ‘presença de um testemunho de uma experiência carcerária’” (MARTINS, 2013, p. 193).

comum²⁹ quanto o preso político³⁰ podem ser considerados como autores dentro da tendência da literatura de cárcere, uma vez que ambos os indivíduos possuem uma experiência de confinamento no sistema penitenciário, apesar dos diferentes motivos que levam a essa punição. Na instância do narrador, no entanto, acrescenta-se uma terceira possibilidade a estas duas já citadas anteriormente: a terceira voz, que faria a mediação entre a história vivenciada pelo sujeito atrás das grades e a narrativa propriamente dita. A responsabilidade desse narrador seria a de ouvir o testemunho do indivíduo encarcerado e transcrever esse relato para as páginas escritas. Ele seria, portanto, o narrador dessa trajetória, e não a personagem principal que realmente contaria sua experiência. Isso se dá em livro como *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella e *Cela forte mulher*, de Antonio Carlos Prado.

Para exemplificar a dificuldade de encontrar uma definição única que dê conta de todo o escopo que compõe a literatura de cárcere, basta verificar as diversas conceituações que já foram dadas a esse tipo de texto literário: a crítica especializada já a definiu como “literatura-denúncia” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 5) e também como “escritos de sobrevivência” (PENA, 2013). Uma terceira definição existe, denominando a literatura de cárcere como “Literatura do real”. Esse é um conceito que dá conta da fusão existente dentro destes textos do caráter documental, verídico das obras e da ficção, do histórico e do literário³¹.

A participação destes indivíduos subalternos no mundo literário, conseguida através de lutas e reivindicações de minorias periféricas, é motivada pelo desejo de autorrepresentação, pela busca incessante de uma identidade autêntica e, acima de tudo, pela possibilidade de tornar conhecida a sua versão da história, questionando desse modo a ordem vigente³².

Há muito tempo, os textos produzidos por presos políticos no espaço da prisão são alvo de estudos e análises, alguns desses livros sendo, inclusive, promovidos ao cânone literário. No que concerne aos homens que, depois de presos, começam a escrever (presos comuns), estes possuem um lugar de menor prestígio no âmbito da literatura: além de não serem objeto de tantas discussões ou estudos se comparados aos citados anteriormente, também são menos conhecidos dos leitores.

²⁹ Neste estudo, adota-se a definição de preso comum como o indivíduo que de alguma forma infringe a lei, através de ações consideradas ilegais perante a justiça, e por conta dessas atitudes é julgado e condenado a cumprir pena dentro do regime carcerário.

³⁰ De acordo com Martins (2013), o preso político é o indivíduo “que foi levado à prisão devido à sua posição política e ideológica (eventualmente moral e étnica, como é o caso das experiências dos campos de concentração nazistas) diante de um Estado autoritário e repressor” (p. 196).

³¹ “O simbólico aparece esmagado sob o peso do real e determina um redimensionamento dessas fronteiras” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 5).

³² ACHUGAR, 1992.

No que se refere ao cenário brasileiro, são vastas as obras escritas por presos comuns ainda no espaço do cárcere no momento da escrita, principalmente a partir dos anos 2000. Impulsionados pela tragédia ocorrida no presídio do Carandiru, em 02 de outubro de 1992, e a partir da publicação de *Estação Carandiru* (1999), de Drauzio Varella, os livros trazem uma nova e crescente tendência da literatura de cárcere brasileira, cujo protagonista é bastante diverso daquele já conhecido dentro deste segmento literário: aqui, o personagem principal, na maior parte dos textos, é o indivíduo comum, levado ao cárcere não por motivações políticas ou ideológicas, mas sim por delitos de esfera judiciária, como o assalto à mão armada, o homicídio ou a receptação de carga roubada. Por conta do protagonismo dado ao detento comum nestas obras, pode-se concluir que esse novo ramo literário é uma quebra de paradigmas dentro deste estilo literário, que até então privilegiava a representação do preso político, o que é observado em obras como *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos.

A maior visibilidade dada a estas obras de presos comuns pode ser justificada por dois fatores principais: a publicação desses títulos por editoras de médio ou grande porte, como Companhia das Letras e Geração Editorial, e também porque, atualmente, parece haver uma maior curiosidade em torno da vida na prisão³³. Seligmann-Silva (2003) afirma, ainda, que o crescente interesse do público-leitor pela violência, tema recorrente ao longo destes livros, está entre as principais razões para o aparecimento desta nova dinâmica na literatura de cárcere brasileira³⁴.

Além disso, e ainda de acordo com Seligmann-Silva, esse recente interesse dos leitores por esse tipo de literatura tem uma relação bastante estreita com o relevante papel desempenhado por voluntários que, entre outras atividades, promovem concursos de contos no interior de presídios paulistas, desde 1999. Essa promoção acaba por estimular a escrita no ambiente prisional e a possibilidade de uma recompensa por seus feitos faz com que os sujeitos encarcerados se esforcem ainda mais para que seu texto adquira qualidade suficiente para receber o prêmio. O sucesso de *Estação Carandiru* (1999), publicado por Drauzio Varella, também foi fator importante para o impulso inicial dessa nova tendência no campo literário brasileiro. O livro foi aclamado pela crítica e bem recebido pelos leitores, o que levou ao Prêmio Jabuti em 2000 na categoria de Livro do Ano de Não-Ficção.

³³ PALMEIRA, 2011.

³⁴ “Não creio que se possa indicar uma origem única e simples para esse fato, mas é certo que entre os motivos para a prosperidade dessa modalidade de literatura encontra-se, antes de mais nada, o enorme interesse atual do público leitor brasileiro por tudo o que tem a ver com violência e a sua própria sobrevivência em uma sociedade que se torna cada vez mais polarizada entre os ricos em seus ‘bunquers’ e os pobres sendo perseguidos e enviados para as cadeiras super lotadas” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 31).

Um outro elemento fundamental para desencadear uma certa emergência da escrita do cárcere no cenário brasileiro foi o papel da mídia e suas produções acerca dessas obras artísticas. Representativos dessa mídia foram o filme adaptado a partir de *Estação Carandiru*, em 2003, sob o título de *Carandiru*, com direção de Hector Babenco; a série televisiva de 2005, também dirigida por Babenco, denominada *Carandiru: outras histórias*; e duas edições da revista de cultura *Cult*, importante no país, que, em menos de um ano, deram foco central a diferentes produções artísticas vinculadas ao ambiente do cárcere: a edição número 59, de julho de 2002, intitulada *Vozes da prisão: relatos do cárcere invadem a literatura brasileira* e a edição número 68, de abril de 2003, cujo título foi *Carandiru: filme de Hector Babenco mergulha no universo carcerário e na tragédia social brasileira*.

Lançando os olhos sobre essas revistas, vê-se na matéria central da primeira edição voltada ao tema carcerário (a de 2002) escrita por Luís Antônio Giron a frase: “A literatura prisional é a moda da estação” (GIRON, 2002, p. 34). O enunciado é bastante claro e inconfundível e demonstra a ligação já existente entre esse tipo de literatura e a dinâmica do mercado editorial, baseada na promoção de determinados bens de consumo culturais que possam ser presumidamente categorizados como tendo boa vocação comercial. Ao encontro deste pressuposto mercadológico e do “boom” instantâneo dessa tendência literária estão os dados que apontam o sucesso de vendas de livros cuja ambientação é o ambiente prisional e os narradores são indivíduos encarcerados nesse sistema. O mesmo processo ocorreu alguns anos antes com a literatura de periferia, que alcançou definitivamente seu lugar no cenário cultural brasileiro a partir da publicação de *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins.

A relação entre esses dois estilos literários (a saber: a escrita proveniente do cárcere e da periferia) é bastante explícita e talvez por isso a trajetória de ambos tenha sido bastante parecida. Em comum, elas possuem a experiência de indivíduos excluídos socialmente em destaque e seus autores parecem empenhar-se em “colocar em xeque o direito de exclusividade que os setores hegemônicos da sociedade teriam para empregar a palavra escrita na sua articulação literária” (ESLAVA, 2004, p. 40). Algo inegável é que, apesar de serem oriundos, em grande parte, das margens da sociedade, os autores destes textos vêm obtendo sucesso estrondoso dentro do universo cultural brasileiro, criando uma literatura que desafia a lógica dos teóricos e especialistas da academia e cujas características pautam-se em perspectivas aparentemente antagônicas em sua essência: “marginal”, mas “bem-sucedida”.

Com relação ao contexto por trás dessa cena cultural contemporânea, que abriu espaço para tendências como a literatura carcerária, um bom panorama dele é construído por Eneida

Leal Cunha (2002) ao afirmá-lo como um cenário marcado pelas “intersecções, as negociações intensas e até as destituições recíprocas entre valor político, valor estético e valor mercadológico, que produzem algumas perguntas complexas ao nosso sistema disciplinar” (p. 160). Na academia, as obras dessa literatura vêm alcançando cada vez mais espaço como *corpus* de pesquisa, em sintonia com as demandas dos Estudos Culturais e pós-coloniais pelas vozes dos subalternos. Cada vez mais, um grupo crescente e significativo de estudiosos tem se debruçado sobre essas obras, demonstrando interesse por ouvir a voz peculiar e majoritariamente oculta que vem da prisão, fato que embaralha muitas noções caras ao estudo literário tradicional.

É impossível negar, no entanto, que uma parcela da academia ainda se recusa a aderir a essa suposta tendência literária, bem como a vê-la como digna de relevância e validade. Essa parte dos estudiosos atribui o mérito das boas vendas registradas por esses títulos a um trabalho de *marketing* bem feito pelas editoras. Neste paralelo acadêmico, pode-se afirmar que, independente do interesse e da abertura parcial do meio a essas produções, a literatura de cárcere ainda carece de uma crítica mais criteriosa e até uma teorização mais precisa, que entenda sua especificidade como obra literária cuja raiz são os dilemas sociais, culturais e políticos da fase inicial do século XX.

As obras pertencentes a essa nova tendência da literatura de cárcere brasileira possuem enredos bastante comuns entre si: versam basicamente sobre a experiência desses indivíduos na prisão, os sentimentos, as dificuldades e a trajetória de vida que tiveram para chegar até determinado ponto. Além das próprias histórias de vida, grande parte destes títulos trazem também episódios protagonizados por companheiros, o que traz diversas vozes às narrativas, tornando-as plurais e complexas.

A descrição estrutural do espaço do cárcere também ocupa um lugar principal nestes relatos, bem como a explanação acerca dos costumes, códigos de conduta e valores impostos pelo sistema penitenciário e pelos próprios detentos, sendo compartilhados entre todos eles. Estes temas abordados ao longo das narrativas são fatores determinantes na escolha do léxico a ser utilizado, na organização sintática dentro das narrativas e ainda nas marcas de oralidade encontradas nestas obras, ou seja, no conjunto das obras como um todo.

Com relação às características que fundamentam esta nova tendência literária, podem-se observar elementos que são comuns à grande maioria destes títulos, como a representação de valores (coletividade e humildade) adquiridos no interior das prisões e ainda a subordinação e defesa a estes códigos de sobrevivência entre os presos mesmo quando fora do regime

carcerário³⁵. Pode-se afirmar que a escrita do cárcere procura, de alguma maneira, a fidelidade aos modos de sociabilidade apreendidos ao longo da experiência de enclausuramento, o que implica o respeito aos códigos e valores estabelecidos pelos próprios detentos e compartilhados dentro daquele ambiente.

Uma das mais marcantes características desse novo tipo de literatura é a importância dada à escrita dentro destas narrativas: esse elemento aparece como fundamental não apenas durante a estada na instituição penal, mas também na mudança da trajetória de vida do sujeito dentro e fora daquele ambiente. Ela [a escrita] é a responsável por diferenciar o indivíduo dos demais, aparecendo ainda como saída para evitar confusão com os outros detentos e solução para passar o tempo dentro do cárcere. O processo de escrita é, assim, encarado como redenção, à medida que é essencialmente ele o impulso para a transformação do sujeito, dentro e fora do regime carcerário.

Apesar da notória visibilidade destas obras no cenário literário brasileiro, as narrativas pertencentes a esta tendência ainda enfrentam uma grande dificuldade: a questão da legitimação, o que acaba aproximando-a da literatura de testemunho latino-americana, também protagonizada por minorias, ainda não plenamente legitimadas do ponto de vista da cultura letrada³⁶. Pensando especificamente nestes títulos, pode-se concluir que essa falta de legitimação ocorre por conta de uma perspectiva dupla: de um lado, temos o autor, um sujeito que não conta com o prestígio e o reconhecimento do grupo social responsável por valorizar ou legitimar as obras literárias; de outro, temos o enredo dos livros, composto estritamente por uma experiência prisional, pertencente a um indivíduo que cometeu uma série de crimes (ou pelo menos foi acusado de cometê-los), experiência essa que não se valida no sentido de ser digna ou exemplar para outros sujeitos. Além disso, a falta de uma evidenciação dos traços considerados artísticos na obra, que se compromete com uma vivência mais factual do que ficcional, também é um empecilho grande no processo de legitimação desse gênero literário.

Dessa maneira, resta aos autores englobarem em seu texto elementos e recursos que compõem tanto a estrutura quanto a organização de sua narrativa, a fim de conferir autoridade ao que foi escrito. Esses elementos legitimadores são indispensáveis para que o discurso do sujeito seja acreditado e percebido como relevante, sendo respeitado por configurar uma experiência de vida. A partir dessa perspectiva, pode-se observar que esse esforço de legitimação se dá numa via de mão dupla no que concerne ao autor: ao mesmo tempo em que

³⁵ LEITE, 2006; PALMEIRA, 2011.

³⁶ MARTINS, 2013, p. 6.

ele se coloca fiel e leal aos códigos apreendidos ainda no sistema carcerário, ele busca a adesão aos códigos pertencentes ao contexto externo a esse ambiente, como os recursos da cultura letrada que podem conferir legitimidade e valor à obra³⁷.

Ao lançar mão de um objeto que pertence quase que exclusivamente ao contexto externo à prisão, como o livro, o autor coloca em jogo as três instâncias necessárias ao processo de legitimação de uma obra: não apenas ele como escritor se mostra aberto aos códigos sociais que correspondem àquele grupo ao qual pertence, mas também o leitor precisa estar disposto a compreender e valorizar o universo exteriorizado naquela obra, com todas as suas particularidades e ambivalências. Como intermediário entre esses dois elementos, temos a terceira instância, o livro, responsável por fazer a ponte entre o sujeito que busca o reconhecimento de sua experiência pessoal e o indivíduo que precisa conhecer essa nova realidade que o relato literário lhe apresenta.

Memórias de um sobrevivente, narrativa de Luiz Alberto Mendes que será, juntamente com *Às cegas*, objeto de análise deste trabalho, é um exemplar desta nova tendência que surge na literatura de cárcere brasileira, com ainda uma característica marcante que o distingue entre os demais títulos: aqui não há um relato, como enfoque central, do massacre de Carandiru, ocorrido em outubro de 1992; existe o relato da experiência prisional de um indivíduo comum durante o período de ditadura militar.

A partir deste relato, pode-se chegar a um conceito sobre o tipo de narrativa encontrada nesta nova tendência da literatura de cárcere brasileira: trata-se, portanto, de uma autobiografia de caráter confessional, em cujas páginas “[...] os pecados são confessados (seus crimes e contravenções), assim como sua fé (na vida criminosa, nas suas regras e estrito código de conduta [...]) e também seu louvor por sua mãe” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 111).

No entanto, cabe ressaltar que, apesar do caráter confessional, o relato de Luiz Alberto Mendes, bem como de outros presos comuns, vincula-se a uma instituição controlada pelo Estado e, assim, a narração das experiências carcerárias vividas, como as humilhações sofridas ou as práticas violentas estabelecidas tanto entre os próprios prisioneiros ou entre estes e os agentes penitenciários, não deixa de conter uma espécie de denúncia, com foco no sistema prisional e seu total fracasso no objetivo de recuperar indivíduos delinquentes. Dessa forma, “[...] a literatura dos cárceres coloca-se abertamente enquanto literatura-denúncia, cumprindo o papel de acusação nos tribunais jurídico e da história” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 36).

³⁷ ARNOLD, 2014, p. 67.

É válido destacar ainda, antes de dar por encerrada (mas não terminada) a discussão sobre essa nova tendência na literatura brasileira, que a maior novidade trazida pela literatura de cárcere é a inserção do preso comum como protagonista e, na maioria dos casos, narrador. Essa figura ganha, desse modo, espaço para contar sua própria história, o que acarreta em uma quebra de paradigmas dentro do cenário nacional, bem como na ascensão ao território literário, originalmente elitista, de uma classe marginalizada e vista pejorativamente como merecedora da posição à margem que ocupa. Ao mesmo tempo em que esse elemento insere uma grande relevância a esse tipo de literatura, ele também é o responsável por um dos principais problemas que se coloca a essa tendência: o da legitimação. Entre diversas outras causas, a não validade do testemunho do preso comum tem relação direta com a comparação entre ele e o preso político.

Ao passar à análise dos livros *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, serão analisadas as características citadas até aqui como fundadoras da literatura de cárcere, principalmente no Brasil, juntamente aos aspectos que constituem a literatura de testemunho, com o objetivo de aproximar essas três instâncias de alguma forma.

3 MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE E ÀS CEGAS: O QUE RESTOU DEPOIS DO CÁRCERE

3.1 ELEMENTOS FORMAIS DA NARRATIVA

Memórias de um sobrevivente e *Às cegas* são dois exemplares de uma nova tendência literária no Brasil: a literatura de cárcere. Em termos formais, os livros são organizados em ordem cronológica, seguindo uma linha de narrativa linear e contínua: *Às cegas* começa exatamente no ponto em que *Memórias de um sobrevivente* termina. Pode-se, assim, entrever uma estreita relação de complemento entre os livros. Ao mesmo tempo, as duas obras se diferenciam por apresentar dois momentos distintos da história de um mesmo narrador; distintos tanto em termos pessoais quanto de contexto, seja ele social ou político.

A organização de ambos os livros conta com alguns elementos semelhantes, como a enumeração dos capítulos através de algarismo numéricos, a linguagem empregada e o teor histórico, documental e intimista que as narrativas possuem. Apesar disso, diferenças também podem ser encontradas: *Memórias de um sobrevivente* conta com uma apresentação que não existe em *Às cegas*.

Escrita por Fernando Bonassi, grande incentivador de Luiz Alberto Mendes como autor, essa apresentação dá ao leitor informações necessárias para entender não só a trajetória do próprio autor como também de seu livro. Nela, Bonassi conta sobre seu convívio no antigo presídio do Carandiru, onde afirma que teve “[...] o prazer de ficar amigo de Luiz Alberto Mendes, o Professor, como era conhecido entre nós” (In MENDES, 2009, p. 7). Percebe-se desde então a relação próxima e amigável entre os dois sujeitos, o que muito influenciou para abrir portas e motivar o próprio Mendes a publicar seu livro e dar aos outros a oportunidade de conhecer sua história.

Nesta apresentação, ainda, Bonassi assim define o livro *Memórias de um sobrevivente*: “Um relato ao mesmo tempo seco e extremamente poético da trajetória de um jovem na selva urbana brasileira em formação dos anos 1960 e início dos 70, o curto período de liberdade na vida de Luiz” (In: MENDES, 2009, p. 8). Essa definição dá ao leitor noções bastante precisas do que encontrará nas páginas a seguir: a história de vida do narrador confunde-se com a do próprio país em diversos momentos, o que fornece o teor documental e histórico que se oferece como pano de fundo para o livro de Mendes.

O mesmo ocorre com *Às cegas*: embora em contexto social e em época diferentes, a narrativa vai além do que está realmente escrito nas páginas e permite ao público o conhecimento do panorama externo ao cenário carcerário, mas que afeta diretamente o estilo

de vida dentro da instituição. Acompanhando uma parcela de tempo que vai dos anos 1982 a meados dos anos 1990, a história de *Às cegas* traz as dificuldades e conquistas enfrentadas pelos presos no período diretamente seguinte à ditadura de 1964, isto é, no momento em que se organizava mais uma vez a democratização no país. Além disso, as reflexões do narrador sobre sua situação e o ambiente que o cerca continuam presentes ao longo das páginas, dando o tom intimista e crítico da narrativa.

Tanto *Memórias de um sobrevivente* quanto *Às cegas* contam com um ‘Epílogo’ em que o narrador faz um balanço de toda a história contada ao longo das páginas que antecedem essa parte final dos livros. Neste momento, o narrador se coloca como um observador distante de sua própria vida e trajetória, através do tempo decorrido de escritura do livro em si e do epílogo. Essa afirmação está implícita nos trechos iniciais de ambos os epílogos: “Estou preso, como sempre, agora na casa de Detenção de São Paulo. O ano é 2000, o milênio virou esses dias. Somo agora quarenta e sete anos de idade, cumprindo vinte e sete anos de prisão” (MENDES, 2009, p. 409); “Dez anos se passaram. Escrevi, reescrevi, revisei e tornei a revisar várias vezes estas páginas. Ainda não estou satisfeito, mas acho que nunca estarei. Por isso, terminei a história assim” (MENDES, 2005, p. 355)

A marcação precisa do tempo, que se dá a partir de datas, números e também da expressão “agora”, repetida duas vezes dentro do primeiro fragmento, dá destaque ao período em que o autor acabou por se afastar de seu texto, para só então retomar a escrita para finalizar sua obra. É exatamente esse afastamento o responsável por permitir ao autor-narrador o afastamento já mencionado anteriormente, que o conduz a reflexões acerca de sua vida e dos atos cometidos ao longo dela.

A frase “Escrevi, reescrevi, revisei e tornei a revisar várias vezes estas páginas” sugere que o balanço feito pelo autor, amparado por um caráter crítico que recai sobre si mesmo e sobre o próprio ambiente que o cercou durante o tempo narrado nos livros, não foi um trabalho fácil, ao mesmo tempo em que lembrar dessa época foi uma tarefa dolorosa e demorada, o que leva o autor a nunca se sentir satisfeito com a forma como organizou sua escrita. Vale destacar que a voz que aqui fala ao leitor não é a da personagem-narradora criada por Mendes para contar sua história nos livros: de alguma maneira, essa voz se relaciona muito mais estritamente à figura empírica do autor, capaz de analisar, interpretar e chegar a um resultado específico acerca de seu próprio passado que só ele mesmo poderia alcançar.

A linguagem com a qual o narrador constrói sua narrativa é bastante compreensível e acessível a todo tipo de público. Esta escolha pode se originar, talvez, de uma tentativa por parte

do autor de que sua história possa ser lida e alcançada pelos mais variados leitores. Isso, no entanto, é apenas uma suposição, que não é constatada ou comprovada em passagens da obra. A linguagem simples pode também ter origem na formação educacional básica a que o autor teve acesso, mas isso contrastaria de forma clara com a formação de leitor ávido que também faz parte da figura autoral destas memórias.

Por conta dessas leituras intensas, a linguagem simples não significa, aqui, desvios ou quebra das normas de escrita padronizadas no português; ao contrário do que o estigma de presidiário poderia levar o leitor a acreditar, o autor emprega de modo bastante preciso a língua e suas normas, incluindo até mesmo algumas passagens que podem ser consideradas poéticas em seus escritos, como pode ser constatado no excerto que segue: “Vivi, e num mundo de homens estilhaçados. O medo permeava, e tinha cheiro de flores molhadas, surdamente pisadas à porta de cemitérios. Mas mesmo assim existi, e com intensidade” (MENDES, 2005, p. 356).

Neste trecho, o narrador se utiliza de diversas metáforas: a expressão “homens estilhaçados” faz menção à fragmentação do indivíduo dentro do sistema carcerário, que tem muita relação com a violência e a autoridade abusiva que lá imperam e que são responsáveis por “desmontar” aqueles detentos, levando-os a perceberem-se como não-sujeitos, indignos de terem sua própria individualidade e perspectiva de vida. Essa violência e clima de abusos constantes são reiterados pelos termos “medo”, “pisadas” e “cemitérios”, que carregam a essência negativa e obscura tão inerente ao contexto prisional.

Em contraste a esses obstáculos, o que se sobressai no trecho, e por isso fecha o fragmento, é a resistência do narrador, sobrevivente desse mundo violento, cruel e destruidor. Essa oposição é sugerida pela conjunção “mas”, não ao acaso escolhida: ela dá o tom de adversidade que existia no ambiente prisional, no qual o narrador se encontrava, e também é a responsável por mostrar a força necessária para ultrapassar essas dificuldades e sobreviver. O termo “intensidade” traz implícito em si o sucesso alcançado pelo protagonista, que se tornou não apenas um sobrevivente, mas, de alguma maneira, um porta-voz do grupo social encarcerado que ele representa.

Levando em conta a trajetória de vida do narrador, que o leitor conhece nas páginas dos livros, pode-se entrever que esse caráter violento e desagregador não é exclusivo do sistema prisional, mas remonta ainda aos outros espaços pelos quais perpassa a vida do protagonista: sua casa e as ruas. Todos estes locais se configuram como prisões, a seu próprio modo, o que significa dizer que o sucesso alcançado pelo narrador, a mudança que os livros conseguiram

concretizar em seu rumo e suas escolhas, se torna ainda maior e ganha importância em contraste aos cenários que a personagem percorreu ao longo de sua história.

Os elementos que se referem a narrador, memória, identidade e espaço são analisados mais detidamente ao longo dos próximos três tópicos, porque são de extrema importância neste estudo, sendo os responsáveis pelos principais traços em comum que as obras de Luiz Alberto Mendes compartilham com o gênero testemunhal e, mais ainda, com a literatura de cárcere brasileira. É a partir desses elementos e do modo como eles são empregados ao longo das narrativas que se podem aproximar os títulos dessas duas tendências com maior precisão e clareza.

3.1.1 O narrador

Em termos de enredo, tanto *Memórias de um sobrevivente* quanto *Às cegas* podem ser considerados como bastante simples: ambas as tramas acompanham a vida de um narrador e sua trajetória através dos ambientes e espaços pelos quais passou. Com essa premissa básica, o leitor é levado a seguir a personagem e viver suas experiências. No caso das obras selecionadas como *corpus* desta pesquisa, essa trajetória tem a capacidade de tirar o leitor de sua zona de conforto, por retratar uma realidade desconhecida ou, muitas vezes, ignorada: a situação de indivíduos marginalizados que, por uma ou mais infrações à lei vigente, acabam fazendo parte do sistema penitenciário; isto é, a história aqui apresentada tem como protagonista o preso comum, visto de forma pejorativa pela sociedade.

Neste aspecto, os livros de Mendes conversam com algumas características dos textos literários testemunhais, principalmente da corrente latino-americana do *testimonio*. Enquanto figura, esse narrador se coloca como testemunha ao contar sua versão dos fatos, muitas vezes contrária à oficial. Isso corrobora a afirmação feita por Pereira e Eslava em artigo intitulado *A narrativa de testemunho: um caso exemplar* (2008) de que, para determinados críticos, a grande relevância do gênero testemunhal se daria exatamente pela apresentação e consequente reconstituição, por meio da escrita, de situações vivenciadas por um sujeito à margem da sociedade que, ao dar seu testemunho, possibilita refletir acerca de determinados aspectos conflitivos do discurso histórico já internalizado³⁸.

³⁸ “[...] a narrativa testemunhal interessaria, sem perder de vista sua dimensão estética e ficcional, como representação realizada por um sujeito subalterno, na medida em que parece colocar em evidência sua condição frente a determinado evento social ou histórico. Para certos críticos, esse seria o elemento de valor do gênero: a reconstituição por meio da palavra de certas situações históricas vividas por um sujeito, permitindo, a partir do seu testemunho, elucidar um dos diferentes focos conflitivos do discurso histórico” (PEREIRA e ESLAVA, 2008, p. 5).

Segundo Salgueiro (2012), apesar de haver outras possibilidades de relatos de experiência, “a testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência, é um supérstite (superstes) – sobrevivente. [...] O testemunho, por excelência, é feito/dado/produzido/elaborado pelo sobrevivente” (p. 284-285). Nos dois títulos de Mendes que formam o *corpus* desta pesquisa, o que o leitor encontrará é exatamente isto: memórias de vida narradas pelo próprio sujeito que viveu naquele ambiente, que passou por aquelas situações e que, agora, as repassa ao público através da escrita. Tem-se, assim, mais uma vez, uma relação estreita entre a narrativa testemunhal e os livros do autor, realçado pela escolha da primeira pessoa como modo de narrar sua história, elencada como uma das características principais das narrativas testemunhais por Salgueiro (2012)³⁹.

São essas as primeiras frases dos livros *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, respectivamente: “Dona Eida, minha mãe, dizia que até os seis anos de idade eu era um santo. Meu pai, seu Luiz, dizia que eu era débil mental. Disso lembro bem. Diziam que me colocavam sentado em qualquer cadeira e ali eu permanecia durante todo o tempo” (MENDES, 2009, p. 9); “Era o primeiro dia dos exames. Eu estava extremamente nervoso. Sabia que não tinha base e não tivera tempo suficiente para estudar” (MENDES, 2005, p. 7)

Nesses dois fragmentos citados, o termo “eu” aparece quatro vezes, referindo-se ao sujeito que narra a história. Além disso, expressões que se referem a esse “eu” também são recorrentes no trecho: “minha”, “meu”, “lembro”, “me”, “nervoso”. Essa escolha de focalização para o narrador dá o tom do caráter autobiográfico que o leitor encontrará ao longo do restante das duas narrativas. O problema, no entanto, é que a questão da legitimidade do relato se interpõe aqui como dificuldade: a experiência vivenciada pelo sujeito encarcerado não é considerada digna ou válida, e, por isso, carece de autenticidade. Isso motiva, no autor, a necessidade de elaborar um relato que gere a impressão de trazer em si um “efeito de realidade”, ou seja, traduzir o real dos fatos. Surge, assim, a ideia do pacto autobiográfico entre narrador, livro e leitor, que se constitui como um acordo de confiança mútua, para que a obra à qual o público tem acesso possa ser lida como uma representação da realidade do narrador nela apresentado.

Uma das estratégias utilizadas para trazer esse efeito de representação do real à narrativa são as descrições. Muitas vezes longas e elaboradas, são elas que permitem a reconstrução da

³⁹ “Muito sinteticamente, podemos indicar alguns traços e textos – **intercambiantes e includentes** (grifo do autor) – que caracterizam este híbrido e complexo “gênero” [o testemunho]. De imediato, (1) **o registro em primeira pessoa** (grifo do autor), como *O diário de Anne Frank*, ou *Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru*” (SALGUEIRO, 2012, p. 292).

memória de lugares, períodos e pessoas. Nos trechos abaixo, temos exemplo de como se dá esse processo nas obras:

Não suportava a reduzida prisão que se tornara minha casa. O quintal era pouco maior que a cela de uma cadeia. Tudo ali era velho demais para mim, já tinha visto aquilo tudo milhões de vezes. O assoalho que eu encerava desde pequenino, o telhado cheio de goteiras, os ratos do porão, tudo ali me cansava. Esquecia das horas jogando bola no campo, empinando pipa ou caçando passarinho no mato. (MENDES, 2009, p. 11)

Estava começando a frequentar aquela parte da cidade quando adoeci. A boca do lixo. Aquelas mulheres em trajes sumários, indo e vindo, fazendo escândalo, mexendo com todo mundo, até comigo... As cores berrantes de suas roupas, seus corpos, que elas mostravam para quem quisesse ver... Aquilo me atraía demais. (MENDES, 2009, p. 30)

No primeiro trecho, a casa do narrador se transmuta em sua prisão particular, o que será reiterado ao longo da obra. Cada detalhe é expresso com uma nostalgia carregada de uma carga pejorativa, como se aquele local não fosse suficiente para suprir as necessidades que começavam a surgir no narrador a partir daquele momento. Essas necessidades são expressas no segundo trecho e dizem respeito ao ambiente fora da casa, aquele no qual o protagonista se sente livre para ser e fazer o que bem entender. Sua essência ainda infantil fica deslumbrada com tudo de diferente que existe ao seu redor nas ruas: as luzes, as cores, as pessoas, ele deseja aquilo para si.

Vale destacar a diferença de vocabulário que o narrador utiliza para se referir aos dois espaços, que contrastam entre si, na visão do protagonista: o primeiro cenário é descrito sempre em termos negativos, tais como “reduzida”, “prisão”, “cadeia”, “velho”, “goteiras” e “ratos”, sinalizando ser ele um ambiente decadente e desgastado. Pode-se fazer uma conexão entre o ambiente e a própria vida do narrador, no sentido de que ambos já não eram o bastante para ele, desejoso de algo maior e melhor, seja em termos financeiros, sentimentais ou pessoais; o segundo cenário é descrito em termos visivelmente mais positivos, pelo menos na perspectiva ainda restrita do narrador: as mulheres vestiam “trajes sumários”, de “cores berrantes”, e mostravam “seus corpos” “para quem quisesse ver”. Todos esses elementos atraíam o narrador, no auge de sua adolescência, levado pela fúria de seus hormônios juvenis e pela ânsia de ser considerado adulto, alguém com mais prestígio, principalmente entre aqueles que faziam parte de seu grupo social na época e que compartilhavam dessas aspirações.

Outro recurso utilizado pelo narrador para conferir autenticidade ao seu relato é a inserção de datas, lugares e vozes diferentes da sua ao longo da narrativa: “Iniciava-se o ano de 1983. A rotina da prisão continuava. Voltei a trabalhar como escriturário do SENAI, agora

apenas por meio período. Fizera muitos cursos ali” (MENDES, 2005, p. 17); “Na época, Vila Maria, meu bairro, na periferia da cidade, era um barro só” (MENDES, 2009, p. 16); “Roberto Carlos estava no apogeu, eu o adorava. A moda era a grife Calhambeque, que num lance publicitário muito esperto ele lançou, fazia a cabeça dos adolescentes como eu” (MENDES, 2009, p. 36)

Trechos como os citados acima demonstram a forma como o contexto externo é trabalhado ao longo da narrativa. Estes recursos servem não apenas para o efeito de real pretendido pelo narrador, mas também para dar ao leitor pistas sobre o próprio panorama cultural de determinada época. A menção a nomes conhecidos como Roberto Carlos possibilita ao público uma inserção mais precisa no tempo da narração, enquanto a utilização de datas e espaços torna ainda mais concreta a pretensa representação de uma realidade. São estes aspectos que conferem autenticidade à narrativa e contextualizam-na dentro de uma linha cronológica-temporal que pode ser identificada e reconhecida por qualquer leitor mais atento.

Expressões como “na época” e a própria utilização dos verbos “continuava”, “voltei”, “iniciava-se”, “fizera”, “era”, “estava”, “adorava”, “lançou” e “fazia” remetem a um tempo passado, sempre bastante presente ao longo da narrativa. Esse pretérito une-se ao presente no qual o protagonista conta sua história, diferenciando, assim, tempo do acontecido de tempo da narração e enfatizando a memória também como instrumento escolhido para alcançar o caráter representacional das obras.

O eterno clima de tensão em casa fez Mendes fugir para as ruas, onde se iniciou no crime para sua própria sobrevivência. Em determinado ponto de sua vida, Mendes foi levado para a prisão, na qual passou a maior parte de seus dias. Lá ele aprendeu códigos de conduta particulares àquele local, conheceu companheiros, solidarizou-se com a situação de vários detentos e descobriu o amor pelos livros. Contudo, ele também viveu momentos cruéis, precisou adaptar-se a um universo novo que exigia a todo momento comportamentos defensivos e violentos, conheceu o lado falido do sistema penitenciário e foi obrigado a sujeitar-se a situações desumanas.

A narrativa de *Às cegas* continua a história iniciada no primeiro livro, exposto acima, e vai além: aqui se tem um narrador em conflito consigo mesmo, que descobriu no mundo dos livros e na habilidade da escrita uma forma de sair da vida de crimes a qual pensava estar fadado. O livro acompanha o protagonista desde sua aprovação no vestibular de Direito da PUC, em São Paulo, ocorrida em 1982, até meados dos anos 1990, entremeando essa trajetória com o panorama histórico e político que servia de pano de fundo para o país ao longo desse período.

Em *Às cegas* pode-se entrever um narrador diferente daquele apresentado em *Memórias de um sobrevivente*, à medida que seu interesse pela escrita, principalmente, se consolida, assim como sua fascinação pelos livros e pelo conhecimento. No entanto, a vida nas ruas, no crime, de alguma forma ainda está presente, mesmo depois de todas as vitórias já conquistadas e dos avanços pessoais alcançados. Como consequência, tem-se um protagonista em constante conflito consigo mesmo para tentar escapar ao instinto e às oportunidades de, mais uma vez, desviar-se do caminho que havia resolvido trilhar a partir de sua paixão pela literatura, que culminou em sua entrada na universidade.

Ambas as obras, portanto, partem de uma história individual e, conseqüentemente, trazem em si uma perspectiva de vida e visão do mundo próprias do autor-narrador, revelando sentimentos, atitudes e valores bastante particulares. Pode-se afirmar, com base nessas informações acerca do título, que a subjetividade é um dos traços mais marcantes dentro de *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, à medida que o indivíduo protagonista é o centro e núcleo da narrativa em si. Nos trechos a seguir, a subjetividade do narrador está presente de forma bastante clara:

Acabados os exames, submergi no cárcere, agora inteiramente desprovido de importância. Estivera num mundo estranho, repleto de flashes, cores, emoções e fantasias. De repente, voltava à minha insignificância de presidiário. Pela própria condição existencial, aprendera a conviver com o pior sem me sentir agredido. Tinha que viver. Navegar seria para navegante, eu era apenas um sobrevivente. (MENDES, 2005, p. 15)

Mas eu sabia: liberdade, no sentido prático, tinha muito a ver com dinheiro no bolso. Sem o maldito dinheiro, eu só iria até onde a sola do sapato permitisse. E eu queria mais que andar. Não era muito. Apenas o que a vida oferecia a um ser humano comum. Sabia, desse material teria de criar algo extraordinário, excepcional. Não fora assim na prisão? Mesmo com o nada que me ofereciam, eu conseguira chegar a uma universidade. (MENDES, 2005, p. 54)

No primeiro fragmento, tem-se um narrador ainda extasiado pelo mundo que conhece a partir de sua passagem da prisão para a universidade. Depois das várias entrevistas concedidas⁴⁰, a relevância de sua figura para o sistema se deteriorou, fazendo com que ele voltasse ao nada que antes era sua posição. A partir de expressões como “desprovido de importância”, “insignificância de presidiário”, “conviver com o pior” e “sobrevivente”, o leitor tem noção do não-lugar que ocupa o indivíduo encarcerado dentro da dinâmica de sistema

⁴⁰ O narrador, como um dos primeiros presidiários a conquistar o direito de acesso à universidade, foi escalado como participante de diversos programas, nos mais variados veículos de comunicação (de rádio, televisão, jornal). Cabe lembrar que todos estes artifícios eram apenas estratégias do sistema prisional, juntamente ao governo, para mascarar as verdadeiras condições que os presos enfrentavam dentro do regime carcerário.

cultural e político vigente na época: neste cenário, não há espaço para suas individualidades, necessidades ou aspirações, restando ao encarcerado apenas a sobrevivência ao regime opressor que lhe é imposto.

O narrador compreende essa situação e cria estratégias para viver nesse sistema: aceitar sua condição e aprender a conviver com ela e com todas as consequências que ela pode trazer. O contraste desse ambiente repressivo do cárcere com o universo externo a ele, experimentado pelo protagonista ao longo das entrevistas concedidas à mídia por conta de sua entrada na universidade, é dada a partir de termos como “cores”, “emoções” e “fantasias”, com uma conotação explicitamente positiva e oposta ao cenário encontrado dentro da penitenciária.

Além do sistema carcerário em si, o narrador apresenta consciência apurada sobre a cena social vigente no país, na qual a influência do dinheiro é alta e definidora do status do indivíduo na sociedade. Esse dinheiro, caracterizado como “maldito” pelo narrador, no segundo fragmento, acaba por ser o responsável pela restrição das oportunidades que se abrem ao protagonista. Pelo estigma já internalizado sobre a figura do encarcerado, oposto ao “ser humano comum”, tudo precisava ser conquistado com maior dificuldade: o narrador sabia que, independentemente das condições oferecidas, ele precisaria provar seu valor, e suas realizações dependeriam apenas de si mesmo e de sua capacidade de criar algo “extraordinário” e “excepcional” com o “nada” que lhe era oferecido.

Cabe ressaltar neste ponto da discussão que *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, assim como grande parte dos livros pertencentes a esta nova tendência da literatura brasileira, oscilam constantemente entre duas perspectivas: a documental, caráter explicitado pelos traços factuais ao longo das narrativas (datas, eventos, nomes, espaços), capaz de dar o tom de representação da realidade desejado para se alcançar a autenticidade do relato e, assim, sua consequente valorização; e a ficcional, no sentido de que, no campo literário, torna-se quase impossível uma reprodução fiel e completamente verídica de todos os elementos narrados, sejam eles da ordem dos cenários, do tempo ou das próprias personagens.

Assim sendo, as obras de Mendes situam-se, mais uma vez, dentro da perspectiva da literatura de testemunho, que apresenta fronteiras não-precisas entre ficção e verdade; ainda mais, corroboram a afirmação de uma dupla impossibilidade narrativa que consiste em um paradoxo, de acordo Ana María Amar Sánchez⁴¹: ao mesmo tempo em que detém uma

⁴¹ “[...] se juega así en el cruce de dos imposibilidades: la de mostrarse como una ficción puesto que los hechos ocurrieron y el lector lo sabe (ademais seria imposible olvidarlo [...]) y, por otra parte, la imposibilidad de mostrarse como un espejo fiel de esos hechos. Lo real no es describible "tal cual es" porque el lenguaje es outra realidade e impone sus leyes alo fático; de algun modo lo recorta, organiza y ficcionaliza” (AMAR SANCHEZ, 1990, p. 447).

incapacidade inerente de se mostrarem como ficção pura, por conta da veracidade dos fatos narrados, as obras trazem em si a impossibilidade de serem “espelhos” do real.

A instância do narrador é um tópico indispensável à leitura e à análise de uma obra literária, segundo Ginzburg (2012), uma vez que é ele quem “[...] delimita a perspectiva; por meio dele, ficamos sabendo dos acontecimentos em uma estória. É dele o ângulo pelo qual conhecemos os episódios relatados” (p. 30-31). Nas obras de Mendes, a construção do narrador é ainda mais indispensável de ser enfatizada, uma vez que ocorre de forma pouco convencional nos romances, sendo capaz de definir e particularizar os livros. Denominado como Luizinho desde o início, o protagonista só deixa o leitor saber seu nome depois de o relato já ter avançado sobre sua infância, travessuras e problemas familiares, no trecho destacado a seguir:

[...] O soldado abriu uma porta, pediu licença e me introduziu na sala. Havia um homem gordo, imenso, atrás de uma mesa de escritório.
 “Sente-se”, disse-me, mostrando com os olhos uma cadeira. “Você é Luiz Alberto Mendes Júnior?”
 “Sim, senhor.” (MENDES, 2009, p. 105)

Esse diálogo de *Memórias de um sobrevivente* é a primeira passagem em que o nome do protagonista da história é claramente declarado e a partir dela o leitor já tem subsídios para perceber que esse nome não é fictício e muito menos particular dessa personagem; pelo contrário, é compartilhado com o autor empírico dos livros e também com o próprio narrador. Assim, é possível perceber que a narrativa de ambos os livros é composta por um tripé discursivo, formado por narrador e personagem, sendo ambos personificações do autor empírico, cuja história está sendo narrada.

As coincidências entre a vida do autor e as personagens criadas por ele em seus livros ultrapassam os limites da nomeação: elas estão também nos acontecimentos da história, à medida que muitos dos fatos contados pelo narrador e vivenciados pela personagem são representações verídicas de experiências do próprio Mendes ao longo de sua trajetória, seja ela na prisão, nas ruas ou em sua própria casa. Scapini (2010), em texto intitulado *O documental, o testemunhal e o romanesco na narrativa autobiográfica: sobre como Luiz Alberto Mendes veio a ser*, constrói um percurso detalhado e bastante preciso das relações entre as figuras do autor, do narrador e do protagonista, destacando que, por possuírem funções diferentes dentro das narrativas, as instâncias de narrador e personagem manterão ligações distintas semelhantes com a figura do próprio Mendes.

O que interessa neste ponto da discussão são as relações que as instâncias de narrador e personagem apresentam entre si e como ambos são construídos. Essas semelhanças são

responsáveis por construir a imagem de sujeito que acompanha o leitor durante todo o percurso narrativo dos livros e guardam dependência de um instrumento crucial para a construção dos livros: a memória. O papel da memória na construção de narrador e personagem, levando em conta serem eles um mesmo ser dentro do *corpus* em questão, será discutido ao longo do próximo tópico.

3.1.2 Memória e identidade: (re)construção do indivíduo

Nas obras de Luiz Alberto Mendes aqui analisadas, assim como em diversos títulos literários, o conceito e a utilização da memória são fundamentais para a construção de um enredo coeso e compreensível ao leitor. Por se tratar de um texto com forte teor autobiográfico e por ser escrito em um momento posterior aos fatos narrados ao longo do livro, a memória surge, tanto em *Memórias de um sobrevivente* como em *Às cegas*, como fator de ligação entre passado e presente do autor e é responsável por possibilitar a narração das lembranças que fazem do relato de ambas as obras um todo complexo e heterogêneo.

A narrativa testemunhal, mais especificamente, e, de certa forma, a literatura de cárcere, permitem um trato diferente da memória, uma vez que conseguem criar um espaço literário no qual as vozes marginalizadas e não-valorizadas socialmente podem expressar-se e contar suas histórias⁴².

A memória, dessa forma, ganha importância porque é um fator de construção e revelação, tanto da história de um indivíduo, quanto de sua identidade. Pode-se entrever, aqui, uma interdependência entre os conceitos de memória e identidade: ambas se complementam entre si e ligam-se uma à outra na construção do sujeito individual, marcado, entretanto, por diálogos contínuos com os mundos culturais “exteriores”⁴³.

A mudança perceptível na forma de entender o sujeito e a sua identidade decorre do surgimento da noção de individualidade, que dá ao homem soberania sobre si mesmo e valoriza a racionalidade inerente ao humano, originando o sujeito cartesiano ou sociológico, ainda associado a uma essência imutável e permanente. A partir da fragmentação e descentralização deste sujeito cartesiano, a identidade passa a ser vista como um processo: o indivíduo passa a ser formado não apenas por uma única e essencial identidade, mas por diversas delas, algumas até mesmo contraditórias ou mal resolvidas. Dentro deste pano de fundo, a identidade se

⁴² “É graças à memória que podemos materializar e conservar a palavra falada, rediscutir o árduo, o obscuro, fazer florescer o real ou o imaginário. A memória nos permite escolher com inteligência os mais fecundos achados que irão contribuir para compor e revelar o testemunho” (ARAÚJO, 2016, p. 51).

⁴³ HALL, 2006, p. 11.

transmuta em uma “celebração móvel” à medida que é construída e transformada frequentemente, a partir das influências dos sistemas sociais que rodeiam o indivíduo⁴⁴.

As identidades surgem em uma perspectiva que inclui, antes, o imaginário. Assim sendo, elas são sempre construídas, em parte, pela fantasia⁴⁵. Esse pensamento vai ao encontro do que o filósofo Ricoeur (2007) afirma sobre a memória operar “na esteira da imaginação” (p. 25), sendo sujeita ao esquecimento e a própria traição das lembranças. Esse pressuposto pode responder à fronteira de ficção x realidade que, sempre móvel, constitui os gêneros testemunhais e a literatura de cárcere.

Dentro desses processos criativos que formam tanto a identidade quanto a memória, a literatura ocupa um espaço privilegiado, por consistir em um trabalho com a linguagem, cujas propriedades permitem organizar a memória de forma a auxiliar na construção da identidade de um sujeito. Revela-se a história no momento em que se constroem narrativas. A identidade, por isso, pode ser entendida como o ato de narrar a si mesmo, o que corrobora a construção de *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, ambos resultados da narração de experiências particulares de um indivíduo.

A construção da identidade de um indivíduo através da memória tem muita relação com o tempo. O passado e o presente se misturam inevitavelmente na narração de *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, à medida que o narrador relata suas lembranças, ao mesmo tempo que as preenche com reflexões possíveis somente no presente em que se escrevem as narrativas. O passado e o presente, que correspondem ao tempo aqui, são, portanto, indivisíveis. É essa indivisibilidade do tempo que aparece, de certo modo, como um dos fatores que conduzem à consciência. E como “toda consciência é memória” (BERGSON, 1989b, p. 191), pode-se afirmar que a memória se configura como o acúmulo do passado no presente.

Visto que “não há consciência sem memória” (BERGSON, 1989a, p. 114), torna-se possível pensar a vida como um conjunto consecutivo de experiências, que remetem sempre ao passado pois, como afirma Bergson (1989b), “não há continuação de um estado sem adição, ao sentimento presente, da lembrança de movimentos passados” (p. 145). A memória consiste, dessa maneira, em um contínuo processo de “duração interior”, como exemplifica a metáfora do desenrolar de um novelo proposta por Bergson⁴⁶.

⁴⁴ “[...] torna-se uma ‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2006, p. 13).

⁴⁵ HALL, 2000.

⁴⁶ “É se se quiser, o desenrolar de um novelo, pois não há ser vivo que não se sinta chegar pouco a pouco ao fim da sua meada; e viver consiste em envelhecer. Mas é, da mesma maneira, um enrolar-se contínuo, como o de um

Entendendo esse processo de “duração interior” como um exercício da memória que se desenrola até o presente, é possível sugerir que ele também possua a capacidade de organizar os vestígios dessa memória, a cada releitura que se fizer dela. O ato de narrar possui, portanto, uma função que se pretende objetiva nesse sentido. Essa afirmação dá conta daquele que pode ser considerado o principal objetivo, segundo a perspectiva que se adota neste estudo, das obras de Luiz Alberto Mendes, enunciado pelo narrador no epílogo de *Memórias de um sobrevivente*:

A intenção do livro não foi a de ter uma mensagem. Não tenho essa pretensão. Apenas escrevi para ter uma sequência que permitisse que eu mesmo entendesse o que havia acontecido realmente. Pois, afora poucos momentos em que estive no comando de minha existência, a maior parte de minha vida transcorreu em uma roda-viva, descontrolada e descontínua. Eu queria ordenar momentos e acontecimentos, ações e reações, para ver se entendia um pouco dessa balbúrdia que foi minha existência. (MENDES, 2009, p. 414)

A partir do processo de rememoração de suas lembranças e memórias, tem-se aqui um narrador que pretende compreender sua própria história e ver através do movimento contínuo que não conseguiu acompanhar e que constituiu sua vida, na grande maioria dos momentos. Visualiza-se, dessa maneira, a dependência do tempo presente para que essas memórias possam ser, de alguma forma, apreendidas e organizadas num todo minimamente coeso e compreensível; ao mesmo tempo, a recordação do passado é fator determinante para construção do presente do narrador, uma vez que constitui grande parte de sua existência. A fusão entre os tempos presente e passado é, assim, um elemento indispensável nas narrativas de Mendes⁴⁷.

A capacidade de colocação de suas memórias em uma narrativa é um fator que enfatiza ainda mais a importância da memória como instrumento que permite essa possibilidade no sujeito: vista em si mesma, ela pode ser definida como a faculdade humana que se responsabiliza, ao mesmo tempo em que possibilita, a conservação e a manutenção do passado e de experiências vividas⁴⁸. É possível concluir, a partir desses postulados, que a memória é também um elemento de diferenciação do ser humano: sem essa capacidade de recordar e reconstruir narrativas, seria impossível identificar-se, distinguir-se dos demais animais.

A pretensão objetiva do relato, de organizar suas lembranças e de colocá-las dentro de um todo com sentido, é prejudicada pelo mesmo processo que pretendia cumprir esse objetivo: a rememoração. “Lembrá-los aqui foi revivê-los” (MENDES, 2005, p. 356), assim o narrador

fiu numa bola, pois nosso passado nos segue, cresce sem cessar a cada presente que incorpora em seu caminho; e consciência significa memória” (BERGSON, 1989a, p. 136).

⁴⁷ “[...] como elaboração de variados estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado” (KESSEL, 2009, p. 2).

⁴⁸ A memória “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

conclui o livro *Às cegas*. Essa frase deixa o leitor entrever um dos principais motivos para a não obtenção da intenção primeira: é impossível rememorar essas lembranças sem sentir-se, de alguma maneira, envolvido por elas, e esse envolvimento é o responsável por fazer com que esse processo, que se pretendia objetivo, adentre na instância da subjetividade intrínseca a esse indivíduo, trazendo à tona sentimentos e emoções incontroláveis que impossibilitam a reconstrução fiel e a simples organização dessas recordações. No fragmento a seguir, o narrador reconhece que o processo de reconstrução de suas memórias não foi um sucesso por completo, exatamente por conta desse envolvimento subjetivo que ele não conseguiu evitar:

Confesso que o resultado não foi muito satisfatório, por esse lado [o da organização das lembranças]. Talvez eu tenha ficado sem entender ainda mais. Ao desenrolar núcleos dessa história, fui envolvido pelas emoções e não consegui ficar de fora, no ponto de observação. Revivi, sofri, chorei de dó e até de raiva de mim mesmo. Acho que me perdi na história. (MENDES, 2009, p. 414)

Ao fim desse processo de rememoração, este sujeito não alcançou o objetivo de entender totalmente sua vida e trajetória, mas a consciência sobre sua própria história, suas próprias lembranças, como o narrador destaca no trecho abaixo:

Há também o fato de que, boa ou ruim, esta é a minha história. Quer dizer: sou o que resulta daí. E há substância em minha história. As pessoas podem gostar ou não, mas é óbvio que existe uma consistência nisso tudo. Pelo menos, acho, e tomara que os outros também achem, além daqueles que já leram, que é uma história que merecia ser escrita. Não é lá dessas histórias muito edificantes, até muito pelo contrário, mas quem se der ao trabalho de ler, e tomara que sejam muitos, vai sentir que é apenas a história de um ser humano. (MENDES, 2009, p. 415)

No caso específico de Luiz Alberto Mendes, esse processo de rememorar e ter sua história reconhecida e valorizada, tanto por ele mesmo quanto por outros, guarda uma relação bastante estreita com a repressão vivenciada por esse indivíduo dentro do cárcere, um ambiente opressor, que restringe qualquer individualidade e subjetividade que possam existir. Nesse sentido, os textos de Mendes configuram-se, como bem delimitou Seligmann-Silva, como “literatura de cicatrizes”: a prisão pela qual passou o narrador das memórias não foi apenas restrita ao sistema prisional como instituição; por muito tempo, as ideias e as particularidades desse indivíduo também foram aprisionadas. Ele precisou ser muitos, adaptando-se às diversas situações que se colocavam a sua frente. Dessa maneira, ao compor suas memórias, esse sujeito procura desvencilhar-se dos fantasmas que o assombraram no passado e ainda o acompanham no momento da recordação.

É preciso reconhecer, no entanto, que o narrador não mostra tudo ao leitor: alguns eventos permanecem na esfera do silêncio, seja porque o sujeito não se recorda deles ou simplesmente porque não se sente no direito de contá-los. Dessa forma, a escrita de Mendes se configura como uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma crítica não apenas aos padrões sociais, mas à discriminação enfrentada por aqueles que a sociedade, pejorativamente, denomina de marginalizados. No excerto que segue, essa crítica se mostra mais claramente:

Há uma tristeza, e profunda. Constatado que o Brasil evoluiu muito da minha infância e adolescência até agora [momento de escrita], mas, em termos sociais, parece que as coisas continuam as mesmas.

Meu livro conta uma história de trinta anos atrás, mas que pode ser atualíssima. Nós, a molecada abandonada ou foragida, nos reuníamos na praça da República, em bandos. A sobrevivência era uma luta árdua. Pois hoje a molecada se reúne na praça da Sé, e a luta pela sobrevivência talvez seja pior ainda. [...] Os anos, as décadas, se passaram, e quase nada mudou, as coisas até pioraram, como no caso da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) de São Paulo. (MENDES, 2009, p. 415-416)

A partir da comparação entre duas épocas distintas, ele próprio colocado como sujeito de uma delas, o narrador traça um paralelo entre a juventude do seu passado e dos dias atuais, enfatizando a marginalização e a discriminação que esses sujeitos ainda sofrem. A sobrevivência é colocada como única expectativa de vida e, ao mesmo tempo, como “luta árdua”: não há aspirações maiores ou oportunidades para sonhos e objetivos. O passar do tempo, como destaca o fragmento, ao invés de trazer mudanças positivas desse cenário, se configura como continuidade e, algumas vezes, decadência ainda maior do sistema social, que devia proteger e dar espaço a esses jovens.

Através da rememoração, esse indivíduo das obras de Mendes se reconhece e se coloca como sujeito de sua própria história, particular e diferente de todas as outras vivências. Esse sujeito constrói para si uma identidade definitiva: a de ser humano, composto por várias camadas de dificuldades, provações e erros. Essa identidade que se pretende definitiva, no entanto, se desdobra em muitas, ao longo dos momentos passados, e adquire sentidos diferentes de acordo com cada experiência vivenciada, como fica explícito no fragmento a seguir: “A cada momento signifiquei de alguma maneira. Os momentos valeram. Provavelmente mais do que imagino. Alguns deles por toda a vida” (MENDES, 2005, p. 356).

A evocação da memória, enquanto exercício de pensamento, é possibilitada pelo ato de meditação sobre seu próprio passado e sobre si mesmo. Essa atitude, apesar de praticada pelo indivíduo no presente da escrita, permite trazer à tona lembranças, sejam elas vividas como experiências ou presenciadas, de determinado tempo e espaço, revivendo, desse modo,

sensações e imagens passadas. O exercício da recordação, portanto, é possível graças à supressão de eventos pretéritos, arquivados na memória do sujeito. Vistas como “representação de um objeto ausente” (BERGSON, 1990c, p. 56), essas lembranças sobrevivem unindo-se às imagens permitidas pela atual percepção do indivíduo, atribuindo sentido ao passado e significando o presente, nessa fusão.

Nas obras de Mendes analisadas neste estudo, os tempos passado e presente se associam às experiências vivenciadas por esse narrador, formando um complexo pano de fundo para sua existência. Esse narrador, numa idade já avançada, atribui para si a tarefa de arquivista, retirando dos acontecimentos anteriores à escrita os subsídios para a construção de sua narrativa. Para esses livros, portanto, a experiência é condição fundamental para a escritura. Como relato de momentos específicos da vida do narrador, que muitas vezes se confundem com experiências da vida do próprio escritor, as memórias de Mendes transformam esses momentos como substância para o balanço de reflexão da vida inteira, como pode-se observar nas palavras do próprio narrador ao longo do fragmento que segue:

No final, o que posso dizer? Que estou bem, que apesar de tudo que aconteceu, das mil vezes que desisti e das mil e uma que retomei, eu estou legal. Claro que há mazelas, hábitos e nervos em frangalhos, ninguém vive o que vivi impunemente. Há que pagar o preço, e confesso que é muito, mas muito mesmo, alto. Mas estou tranquilo e em paz. Aprendi algumas coisinhas. Aprendi, principalmente, a gostar de pessoas e até a amá-las, às vezes. Claro que existem as que detesto, e algumas, mais que apenas detesto. Mas acho que consegui entender um pouquinho desse tumulto, desse aparente caos e loucura que é o ser humano. (MENDES, 2009, p. 415)

É claro que me envergonho de cada um de meus erros. Profundamente. Errei muito, mas vivi querendo acertar. No fim, estreitei meu espaço e sofri demais por conta disso. [...] O fato é que sou o que vivi. Não tenho orgulho de nada. Arrependimentos? Quem não os tem? (MENDES, 2005. p. 356)

A expressão “No final”, que inicia o primeiro fragmento, dá uma ideia de conclusão, de balanço da vida, de reflexão acerca das experiências e da história narrada anteriormente. O narrador faz questão de deixar claro, em seguida, que, “apesar de tudo que aconteceu”, ele conseguiu sobreviver e aprender com essas vivências. Um dos maiores ensinamentos foi sobre a essência do próprio ser humano, dos quais ele passou a se reconhecer como parte. Os livros de Mendes, conforme ele próprio fala, não tem a pretensão de justificar seus atos; pelo contrário, neles ele admite seus erros, ao mesmo tempo que se coloca como resultado das consequências que essas escolhas equivocadas trouxeram e das experiências que se originaram delas. Dessa maneira, o narrador admite que seu passado é elemento constituinte e fundador do seu “eu” atual, do momento da escrita e enunciação da narrativa.

O personagem-narrador Luiz Alberto Mendes, no momento de rememoração de seu passado, traz também a problematização de sua identidade, que nunca foi definitiva ou imutável e sempre se adaptou às situações que se apresentavam a sua frente, sendo também influenciada pelos indivíduos e pelos próprios ambiente e espaço que o cercavam. Quando se projeta como personagem e narrador de sua história, o autor empírico se configura em outros, retira de si duas instâncias que, apesar de manterem sempre a origem comum com o autor, diferenciam-se dele e surgem como entidades separadas ao longo dos romances autobiográficos. Esse desdobramento do autor parece configurar um ato de diferenciação, em uma tentativa de reconstruir uma possível identidade, embora ela pareça inevitavelmente perdida. O ato de se diferenciar é o caminho mais efetivo para sua busca, construindo-se como ponto para a autoconsciência.

Vale destacar que, em ambas as obras de Luiz Alberto Mendes, essa identidade constrói-se sob duas perspectivas: de aproximação do grupo ao qual pertence, em alguns momentos, e de distanciamento desse mesmo ambiente e indivíduos, em outros. Desse modo, se torna claro que a identidade do sujeito de *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas* é moldada, em certo sentido e definitivamente, em dependência do outro, ao qual o protagonista está sujeito a todo momento; em outras palavras, o sujeito é formado em face da diferença. Por esse motivo, não se torna possível crer em identidades consolidadas e estáveis, imutáveis em sua essência e fechadas sobre si mesmas⁴⁹.

A família é o núcleo inicial da história do protagonista e é ela que define as bases principais para as relações que essa personagem irá manter com outros indivíduos ao longo de sua trajetória por outros espaços. Sua mãe, dona Eida, será durante toda sua vida uma fonte de amor e de acolhimento: era uma das únicas integrantes do círculo familiar da qual Mendes era realmente próximo. Ele a tinha como exemplo de amor, cumplicidade e fidelidade, e grande parte de suas lembranças felizes do âmbito familiar têm relação com a figura materna. O fragmento abaixo revela a relação amorosa e de quase devoção que o narrador mantinha com a figura materna:

Amava aquela mulher [sua mãe]. Nem imaginava quanto. Só frente a frente com ela pude sentir quanta falta me fizera. Estava no centro de minha vida, o ser mais querido e amado do mundo! A única pessoa no mundo que, eu tinha certeza, gostava de mim de verdade. (MENDES, 2009, p. 73)

⁴⁹ [...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado 'positivo' de qualquer termo – e, assim, sua 'identidade' – pode ser construída (HALL, 2000, p. 110).

Os vários relacionamentos do protagonista com diferentes mulheres ao longo dos dois livros, amorosos ou não, podem ser encarados como uma consequência do relacionamento entre ele e a mãe: nas figuras femininas, a personagem reconhecia uma expressão de doçura e humanidade, o que atraía Luiz, carente de atenção e cuidado.

A relação do pai com o protagonista, pelo contrário, é apresentada como turbulenta; o convívio com a figura paterna sempre foi uma das coisas mais difíceis e conflituosas enfrentadas por Luizinho, o protagonista. Seu Luiz (como o próprio autor se refere ao pai ao longo da narração) é descrito como um homem rude e agressivo que nunca fez questão de se aproximar ou manter uma relação saudável com o filho. Pelo contrário, fazia tudo que podia para dificultar a convivência pacífica entre os dois, fazendo se tornarem cada vez maiores os sentimentos de medo e de revolta no garoto. Alcoólatra violento, o pai de Mendes era uma figura extremamente autoritária que dava ordens e exigia ser obedecido. A relação dos dois é descrita nos trechos a seguir:

Não sei ao certo por quê, mas a relação de meu pai comigo era sempre ofensiva. Sentia que havia nele algum prazer em me chamar de nomes cujo significado eu ainda não sabia, mas que, pelo tom, sentia que eram para me magoar. Ficaram gravados na mente como bombas-relógios para doerem quando atingisse a compreensão: prostituto, mentecapto, bucéfalo, debiloide – pérolas que aprendia em palavras cruzadas. Havia um prazer mórbido em me irritar, em me enervar; esticar ao máximo meus nervos era uma de suas brincadeiras favoritas. Eu só podia ficar vermelho e chorar de raiva, frustrado. Ai de mim se retrucasse!..., vivia ameaçando caso um dia eu reagisse à sua estupidez. (MENDES, 2009, p. 13-14)

Para seu Luiz, espancar era o melhor, se não o único, método de educar filhos. Pelo menos para mim isso era superevidente, não havia a menor dúvida. [...] Para mim, aquilo era o fim do mundo. Odiava-o com todas as forças do meu pequeno coração. Vivi a infância toda fermentando ódio virulento àquele meu algoz e envenenando minha pobre existência. (MENDES, 2009, p. 10-11)

Apesar de tudo, eu amava aquele meu rude pai, apesar de odiá-lo também. Vivia atrás dele, quando sabia que estava sóbrio (o que era raro). Ele era, até certo ponto, um herói para mim. Não posso negar que vivi momentos felizes com meu pai. (MENDES, 2009, p. 13)

Além da violência física que seu Luiz utilizava para controlar o filho, a violência psicológica também estava presente nessa relação, através de todas as ofensas dirigidas ao protagonista pela figura paterna e refletida em termos como “prostituto”, “mentecapto”, “bucéfalo” e “debiloide”, todos de teor extremamente pejorativo, que confirmava o prazer sentido pelo pai ao ver seu filho se sujeitar a sua autoridade, sem nunca a desafiar. A grande consequência dessa relação tóxica entre os dois é a raiva crescente em Luizinho acerca da figura paterna, que representava o primeiro contato com o universo masculino que ele tinha até então.

No terceiro fragmento selecionado, pode-se perceber um sujeito já em conflito consigo mesmo: ao mesmo tempo que odeia seu pai por conta das atitudes contra ele, a figura representava a referência de homem que ele possuía, fato explícito pelo termo “herói”, cuja carga de sentido é claramente positiva, correspondente a alguém com capacidade de ajudar outras pessoas e ser idolatrado por outros sujeitos, como fazia o protagonista desse livro ao ir atrás de seu pai em todas as vezes que este se encontrava sóbrio.

A situação de desajuste do círculo familiar do qual o narrador participa é um dos fatores fundamentais para construir uma identidade para este protagonista, que tem relação com a necessidade de se libertar desse ambiente que tanto o faz sofrer; identidade esta que o aproxima cada vez mais das ruas, enquanto o afasta, conseqüentemente, do cenário de casa. Frases como “Desde muito cedo vivi desesperado por liberdade, louco para viver solto como os outros meninos” (MENDES, 2009, p. 11) ou “Esquecia das horas jogando bola no campinho, empinando pipa ou caçando passarinho no mato” (MENDES, 2009, p. 11) demonstram as motivações claras do protagonista-narrador para fugir de casa: diferente do ambiente de sua própria casa, esse contexto representava a “liberdade” que ele tanto desejava; nele, ele poderia viver “solto como os outros meninos”, fazendo apenas aquilo de que realmente gostava, como jogar bola, empinar pipa ou caçar passarinho.

Por outro lado, a violência por parte da figura paterna transformou o protagonista em um indivíduo sempre preparado para defender-se. Por conta dessa desconfiança crescente, a personagem acaba não conhecendo os modos próprios de se relacionar com outras pessoas, e a identidade que se molda a partir daí é preenchida por características como solitário e influenciável: suas atitudes são sempre baseadas nas opiniões de terceiros e ele só conseguia se aproximar de alguém através de seus bens, e não do que ele realmente tinha a oferecer como sujeito, o que fica claro a partir do discurso do narrador nos excertos selecionados abaixo:

Uma das lembranças mais doloridas era a solidão em que eu vivia na casa e na creche. Tive muito poucos amigos. Dentro da pasta escolar, carregava um pedaço de cabo de enxada para me proteger dos meninos maiores. Imitava seu Luiz. Fora ele quem serrara aquele cabo, tirando um pedaço para si. (MENDES, 2009, p. 14)

Adorava os riscos, embora os temesse o mesmo tanto. Não era um menino querido nas classes. Os colegas ou me temiam ou me batiam. Jamais aprendi a conquistar pessoas. Sempre fui um fracasso nessa arte. (MENDES, 2009, p. 20)

Com onze anos já comprava minhas relações. Não sabia conquistar amigos. Sentia-me desinteressante e tinha a impressão de que ninguém ligava para mim. Julgava-me diferente dos outros, e para pior. Pagava as contas para que ficassem comigo e para ser diferenciado para melhor. (MENDES, 2009, p. 23)

Ao mesmo tempo, surgia no protagonista uma personalidade autoritária e dominadora como a do pai. O respeito não conseguido em casa era procurado nas ruas, através de atitudes que provavam sua coragem e angariavam para ele o *status* tão cobiçado. Essa situação é descrita pela protagonista nos trechos que seguem:

Não podia ser desafiado. Sempre que meu medo era atingido, eu reagia fazendo exatamente aquilo de que mais tinha medo, para provar que possuía coragem. Era importante ter coragem, a admiração deles me era preciosa. [...] Já era respeitado na rua pelos outros garotos como um sujeito com quem não se podia mexer sem receber o troco. Criara essa imagem, cuidadosamente. Depois dessa façanha, o respeito cresceu enormemente. E isso era tudo que eu queria: ser famoso e temido. (MENDES, 2009, p. 17)

Eu, agora, posava de grande assaltante de bancos. Claro, na cadeia valia a propaganda. Todo mundo mentia vantagens. Eu é que não ia ficar por baixo. Manjava o esquema. Em São Paulo, todos me conheciam. Mas ali eu era um bandido com certo mistério. [...] Aprendera a me colocar em posição de respeito. (MENDES, 2005, p. 185)

Essa identidade formada a partir das relações com o meio e com os indivíduos que o cercam, a necessidade do protagonista de ser respeitado e admirado pelas suas façanhas vai ao encontro da afirmação de Hall (2006) que postula a identidade como algo em constante formação, cuja completude é sempre ilusória e cujos “espaços vazios” são preenchidos com influências do meio externo ao indivíduo, pelas formas através das quais o sujeito imagina ser visto⁵⁰. Dessa forma, a identidade é firmada na ordem cultural, dentro de um complexo sistema no qual o indivíduo interage e se relaciona com o externo, com a alteridade.

Pensando a identidade como um processo construído socialmente⁵¹, conclui-se que ela é formada dentro do discurso, visto que é no plano discursivo que as diferenças se estabelecem e as posições sociais de cada sujeito são determinadas, reveladas e assumidas. Também o plano discursivo, juntamente às interações sociais e culturais, é o ambiente no qual a identidade é enfatizada e entendida como um processo, qualificada, assim, como aberta, flexível, mutável e híbrida. Dessa forma, o ato de narrar se consolida como indispensável na construção e efetivação da identidade e alteridade do sujeito.

⁵⁰ “A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p. 38-39).

⁵¹ “[...] de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro” (CANDAUI, 2011, p. 9).

Em virtude dessa construção discursiva da identidade é que o fator memória se faz tão fundamental para a completude desta noção identitária: é a partir das memórias que se torna possível narrar o passado, construir uma identidade, posicionar-se dentro de um determinado grupo ao qual se insere o indivíduo e constituir-se como sujeito perante os outros. Dessa forma, pode-se afirmar que a memória é, de fato, a identidade em ação, visto que estas duas instâncias se transmutam em indissociáveis⁵². Le Goff (2003) vai ao encontro dessa visão ao destacar a memória como elemento essencial da identidade, individual ou coletiva⁵³. O homem, sempre em busca da identidade, mesmo que de forma inconsciente, tem na memória uma faculdade que possibilita seu reconhecimento como membro de um determinado grupo e/ou como sujeito individual, tecendo, aos poucos, a identidade inerente a cada indivíduo.

Apesar de individuais, as lembranças invocadas por Mendes ao longo de sua narrativa trazem em si a menção a uma memória coletiva, entendida por Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva* (2006), como as vivências distribuídas e compartilhadas por um grupo social, do qual são representativas, transformando, dessa maneira, essas memórias em elementos sociais ou coletivos. A coletividade das memórias destacadas pelo narrador ao longo de suas memórias é fator observado nos trechos a seguir:

Cada companheiro morto ou esfaqueado refletia em nós. Tudo levava a crer que podíamos ser os próximos. Aquelas facadas ensanguentadas, aqueles gritos desesperados, ficavam gravados a ferro e fogo em nossas mentes e corações. Quase sempre matávamos para não sermos mortos. (MENDES, 2005, p. 26)

[...] Deixei que os colegas se manifestassem. Só fui complementando. Era a mesma vulnerabilidade à propaganda e aos hábitos sociais. Querendo viver, e sufocados pela falta de dinheiro, espaço e tempo. Limitados também por dentro. [...] Estavam, como eu, necessitados de fortes interesses para viver. Justificar cada momento, senão tudo perdia a graça e era prisão. (MENDES, 2005, p. 75)

O narrador-protagonista se coloca, nesses dois fragmentos, como pertencente a um grupo social determinado: o da prisão. No termo “companheiro”, tem-se, além da afirmação de pertencimento a esta cultura, também uma espécie de solidariedade com a situação enfrentada por todos os encarcerados; situação essa que a personagem dessas memórias também compartilha. Essa afirmação pode ser confirmada levando-se em conta a primeira pessoa do plural empregada nesses trechos (“podíamos”, “matávamos”, “sermos”), assim como a

⁵² “[...] memória e identidade se inter cruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução” (CANDAUI, 2011, p. 19).

⁵³ “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 75).

personalidade adotada (“nós”) e os pronomes pessoais que se referem a ela (“nossas”), dados que enfatizam a coletividade e a aderência do narrador a ela. A expressão “como eu” faz uma comparação entre as necessidades dos presos e do próprio protagonista, destacando ainda mais a ideia de pertencer àquela comunidade e compartilhar os sentimentos, as dificuldades e os anseios daqueles sujeitos.

Essa sensação de pertencimento não é exclusiva do ambiente prisional: o narrador-protagonista também a sente nas ruas, enquanto se relaciona com os indivíduos que lá conhece e que se transformam em seu grupo social naquele espaço de tempo, como enfatizado nos fragmentos abaixo:

Adotei toda aquela gente diferente como minha família. Amava-os profundamente, conheci a história de cada um. Durante todo o tempo que durou meu dinheiro, sustentei, com prazer, muitos deles, principalmente as garotas. Sentia-me querido, necessário, importante e plenamente aceito. Seus motivos eram parecidos com os meus. Filhos de pais repressores, famílias conservadoras e reacionárias ante a revolução que acontecia no mundo todo. (MENDES, 2009, p. 43)

[...] Estávamos em época de plena revolução social, sexual e comportamental, e não sabíamos. Apenas os instintos exigiam novas atitudes e novos comportamentos. Seguíamos movidos por uma vontade mais poderosa do que aquilo que os nossos pais nos impunham. Na verdade, o sonho de ser livre começara. A Galeria Metrôpole passou a ser minha casa, e aquela gente, minha gente, meu povo. (MENDES, 2009, p. 43)

Carente de amor e de atenção em sua própria casa, o narrador-protagonista encontra nas ruas o sentimento de união e de comunidade familiar que procurava. O termo “família” aparece em destaque no primeiro fragmento e o sentimento de pertencimento àquele grupo é reforçado mais adiante, no segundo trecho, a partir das expressões “minha casa”, “minha gente” e “meu povo”, que transmitem a ideia de coletividade e participação da personagem daquele contexto determinado.

Junto daqueles indivíduos, o narrador encontra valores tipicamente nutridos em família: amor (“amava-os profundamente”; “sentia-me querido, necessário, importante e plenamente aceito”), atenção (“conheci a história de cada um”), cuidado (“durante todo o tempo que durou meu dinheiro, sustentei, com prazer, muitos deles”), o que fortalece ainda mais a aderência do protagonista àquele grupo.

Além disso, esses são sujeitos que compartilham das mesmas necessidades, experiências e desejos, o que pode ser apreendido pelas frases “seus motivos eram parecidos com os meus” e “seguíamos movidos por uma vontade mais poderosa do que aquilo que os nossos pais nos impunham”. Nelas, o narrador compara sua própria situação a dos seus entes queridos naquele

contexto, chegando à conclusão de que eles possuem fatores em comum, capazes de aproximar os sujeitos e uni-los. O padrão dos verbos na primeira pessoa do plural (“seguíamos”) e dos pronomes referentes a essa personalidade (“nos” e “nossos”) se repete, enfatizando ainda mais o coletivo que corresponde ao grupo no qual o protagonista se coloca como participante.

Esse grupo do qual o protagonista fazia parte não mantinha apenas anseios e necessidades em comum: eles também compartilhavam os mesmos hábitos cotidianos, destacados ao longo dos excertos abaixo:

Éramos crianças, e tudo era brinquedo, alegria e farra para nós. [...] Juntei-me a eles. Éramos vândalos e da pior espécie, aquela que destrói pelo prazer de destruir. [...] Arreventamos e destruimos por dentro muitas mansões e casas. Chegamos até a derrubar paredes. [...] Adorava aquilo! Parecia haver encontrado minha família, e aquela era minha diversão favorita. Colocava toda a minha raiva, meu ódio, naquela atividade destruidora. (MENDES, 2009, p. 48-49)

Eu ia no embalo, alucinado com bolinhas, fazia tudo que os outros faziam, sem pensar em nada. Estava feliz, por pertencer a um grupo forte, poderoso. Quando aparecia polícia, corríamos cada um para um lado, conhecíamos a cidade como a palma de nossa mão, ninguém nos pegava ali. (MENDES, 2009, p. 49)

Além do padrão dos verbos ser repetido mais uma vez (“éramos”, “arreventamos”, “destruímos”, “chegamos”, “corríamos”, “conhecíamos”), assim como os pronomes (“nós”, “nos”), os termos “família” e “grupo” destacam a ideia de pertencimento que o narrador encontrava ao lado destes sujeitos. A influência que eles exerciam sobre o protagonista (“fazia tudo que os outros faziam, sem pensar em nada”) demonstra uma necessidade latente da personagem em participar efetivamente de uma coletividade, independente das atitudes e riscos que precise correr para alcançar esse objetivo. Sua satisfação nessas atividades de vandalismo (“adorava aquilo!”) não surge apenas, em teoria, do sentimento de pertencer a um grupo, mas também da revolta e do ódio crescente, compartilhados pelos sujeitos que o cercavam, da sociedade como um todo, principalmente dos indivíduos que possuíam um poder aquisitivo elevado, que eles julgavam culpados pela situação que enfrentavam.

Cabe destacar, neste ponto, que essa coletividade reforça as ideias propostas por Candau, Hall e Le Goff de que a identidade do sujeito, sua alteridade, se constrói a partir de uma influência direta do outro que cerca o indivíduo, bem como do meio com o qual ele convive. A memória, assim, mais uma vez aparece como fator de fundamental importância na construção dessa identidade individual, uma vez que possibilita a reconstrução do contexto de coletividade que sustenta as particularidades do sujeito.

Halbwachs (2006) complementa as ideias dos autores citados anteriormente, afirmando que é impossível dissociar as duas espécies de memórias, pois elas se interpenetram, à medida que a memória individual incorpora e assimila de forma progressiva as contribuições que lhe são externas, e advém da memória coletiva. A memória pessoal apoia-se nestes elementos externos para preencher eventuais lacunas e introduzir maior precisão e exatidão às lembranças pessoais⁵⁴.

O autor acredita que, muito além de dar precisão às lembranças individuais, os elementos originários da memória coletiva servem como enriquecimento para a memória individual. Depois de se fundirem uns aos outros, será impossível separá-los e, por isso mesmo, distingui-los. Isso demonstra, enfim, que a memória individual não é uma capacidade fechada em si mesma, imune a referências externas. Mais do que isso: a partir dessa flexibilidade, torna-se praticamente inviável utilizar mesmo a memória individual fora de uma sociedade. Os recursos advindos de memórias coletivas, externas às pessoais, deixam claro, ainda, que as memórias são limitadas ao tempo e ao espaço. Logo, segundo o autor, a memória está em permanente interação, sendo moldada, direta ou indiretamente, pelas influências sociais e coletivas a que está exposta.

Pensar o contexto como aspecto de indispensável relevância para a efetividade da memória na construção das identidades é dar ao elemento espaço elevada importância, à medida que é ele o responsável por servir de suporte aos indivíduos, conduzindo-os ao compartilhamento de experiências e vivências, que se transmutam em conjuntas e coletivas. É este espaço o fator a ser destacado e analisado no próximo tópico.

3.1.3 O espaço

O espaço é um elemento fundamental dentro da literatura de cárcere e os autores dessa tendência literária dedicam boa parte de suas narrativas a descrever esses ambientes. A cadeia é um sistema relativamente novo de castigo, cuja aplicação da pena se resume a restringir a liberdade do condenado através do espaço mínimo e limitado, sem nunca tocar no corpo do preso⁵⁵. Dessa forma, a mudança na política de punições transformou a pena das mil mortes⁵⁶ em um castigo que se baseia no controle do corpo do preso: a consequência mais primária desse

⁵⁴ “[...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

⁵⁵ FOUCAULT, 1987.

⁵⁶ Em seu livro *Vigiar e Punir* (1987), o autor define a pena das “mil mortes” como o suplício que os considerados criminosos eram condenados a sofrer mediante violência física.

controle é o abalo psicológico do indivíduo, que pode ser observado com precisão nos fragmentos a seguir:

No pavilhão, o confinamento me pegou. Angústia infinita. Opressão no peito da qual eu não conseguia me libertar. Olhava o alambrado com a maior vontade de fugir. Não podia. Perderia tudo que lutara para conquistar. Ficaria foragido, impossível. Eu não tinha estrutura para isso. Seria morto ou recapturado. (MENDES, 2005, p. 343)

Eu corria no pátio até o esgotamento. Tomava banho e escolhia um deles [dos presos] para bater papo. Na cela a monotonia me feria. Horas difíceis, demoravam a passar. Meus quase quarenta anos imensos. Cansados, saturados de tudo. (MENDES, 2005, p. 233)

Uma época delicada para mim. Aquela rotina, aquela monotonia miserável expropriava-me da força e consistência de minha existência. Tudo muito adverso. Às vezes fugia-me a vontade de vencer. Eu me deixava viver, só. Precisava fazer alguma coisa. (MENDES, 2005, p. 176)

Como se percebe a partir dos excertos, o espaço restrito da prisão gera sensações fortes no narrador. Termos como “angústia”, “opressão”, “cansados” e “saturados” definem com exatidão a repressão que os encarcerados enfrentavam dentro do sistema penitenciário. Vale destacar que a prisão aqui não é vista como apenas física, mas simbólica: o tempo dos presos também é roubado; seu cotidiano regrado e sempre igual transforma esses períodos na prisão em “horas difíceis” que “demoravam a passar”. Termos como “monotonia”, duas vezes repetido nos fragmentos e uma delas acompanhado do adjetivo “miserável”, vão ao encontro dessa afirmação e exemplificam a restrição da liberdade dentro do sistema prisional.

Essa restrição é a responsável por pensamentos de fuga, mas ainda mais pelo medo de ser recapturado ou de não ser capaz de conviver em sociedade (“Ficaria foragido, impossível. Eu não tinha estrutura para isso”). O “esgotamento” conseguido através das únicas atividades permitidas dentro da cadeia era a alternativa para conservar ainda a sanidade naquele espaço, que tinha por consequência um certo vazio existencial. No entanto, esse movimento não era capaz de exterminar por completo a sensação de impotência diante daquele cenário: a falta de “vontade de vencer”, o fato de apenas deixar-se viver, sem perspectivas futuras, ainda eram riscos frequentes dentro do sistema carcerário.

Nas obras de Mendes, entretanto, a descrição do espaço não é restrita ao local de prisão, uma vez que sua trajetória de vida é narrada de forma quase integral, em períodos que vão desde sua infância até a vida adulta como prisioneiro. Portanto, o sistema prisional não é o único espaço frequentado pelo narrador-protagonista ao longo dessas páginas, apesar de poder ser considerado o mais importante no sentido de que define a identidade que o narrador carregará, pelo menos em parte, ao longo do restante de sua trajetória. Nos dois livros selecionados como

corpus deste estudo, podem-se resumir os “mundos” do narrador em três categorias: a casa de sua infância, a prisão e a cidade, símbolo de liberdade, mas também de uma vida de crimes e consumismo. Em menor grau, a escola e a universidade também são contemplados ao longo das narrativas como espaços importantes para moldar o caráter e a identidade do narrador.

A trajetória do narrador-protagonista nos espaços pelos quais passou pode ser definida como circular⁵⁷: a personagem parte da família para a cidade, onde infringe a lei e é conduzido à prisão. Da cadeia, o narrador volta à casa, cujo ambiente violento e ofensivo o leva mais uma vez às ruas e, de novo, ao sistema prisional. Levando em conta os nomes de companheiros que se repetem ao longo de suas memórias, os encontros e desencontros com esses sujeitos nos vários locais que percorre, pode-se afirmar que a trajetória cíclica que o protagonista trilha é também comum aos indivíduos que, como ele, passam por essa situação de marginalidade e criminalidade.

A casa da família do protagonista é descrita durante toda a narrativa de *Memórias de um sobrevivente* como um espaço parecido com uma prisão, no qual a personagem se sente restrito e limitado: “Não suportava a reduzida prisão que se tornara minha casa. O quintal era pouco maior que a cela de uma cadeia” (MENDES, 2009, p. 11). Essa visão pessimista com relação a seu lar se repete no que concerne à escola, onde o narrador precisa ser submisso às regras e à autoridade da professora: “O prédio do Grupo Escolar João Vieira de Almeida, esse ilustre desconhecido, parecia com prisão: possuía grades e tudo o mais” (MENDES, 2009, p. 21). Os termos “prisão” e “cadeia” remetem diretamente a um local em que a liberdade da personagem é tirada dela. As “grades” da escola eram os instrumentos que o prendiam àquele espaço e por isso são os únicos elementos citados na descrição do cenário escolar.

O protagonista tinha uma necessidade latente de ser livre, dono de suas próprias escolhas, reiterada ao longo de várias passagens em ambas as narrativas. Ao se referir à universidade que mais tarde frequentou, isso fica bastante claro:

Embora agora eu me encontrasse mais próximo de Isa, ao alcance de seu amor e de sua influência benéfica, comecei a sentir angústia. Um vazio que eu não era capaz de definir. Durante as aulas, às vezes o tédio parecia abrir um buraco no meio da sala. Eu não conseguia acompanhar. Um desassossego, um sentimento de prisão, de sufocamento. [...] A classe me oprimia. Ficar ali parado me sabia a um sacrifício insuportável.

Fingia que ia ao banheiro e corria até o bar da esquina. Tomava uma vodca. Voltava bem, disposto a tudo. A aula ficava brilhante. Eu participava até com emoção. Os colegas tornavam-se queridos, e os amava a todos. (MENDES, 2005, p. 72)

⁵⁷ LEMOS, 2009.

A necessidade do movimento, da liberdade, fazia com que o narrador não se sentisse à vontade em locais que exigissem sua total sujeição às regras e à autoridade vigente naquele espaço. Isso provocava sensações como “angústia” e “vazio” que nem sequer a felicidade ao lado de Isa conseguia aplacar. Esses sentimentos são reiterados diversas vezes durante o fragmento acima, através dos termos “tédio”, “desassossego”, “sufocamento”, que conduzem a uma perspectiva de prisão, confirmada pelo narrador ao utilizar-se da expressão “sentimento de prisão” para definir o que passava internamente a ele mesmo ao longo das aulas na universidade. A opressão sofrida, a desatenção e a incapacidade de acompanhar a explicação dos professores e as discussões na sala de aula são consequências diretas desses sentimentos que se apossam do protagonista: as aulas tornam-se, assim, um “sacrifício insuportável”.

Tem-se, portanto, uma personagem em constante conflito: mesmo que o protagonista saiba que essa experiência na universidade pode dar oportunidades de vida diferentes a ele, assim como entenda as expectativas daqueles que ama sobre ele a partir de sua entrada na instituição, sua necessidade de movimento e liberdade é maior que tudo isso. Para driblar essa vontade de desistência, a personagem se utilizava de métodos que, mesmo eficazes, eram uma solução temporária e não garantida e que traziam consequências. No fragmento acima reproduzido, tem-se o álcool como saída para essa situação, esse conflito interno do narrador. O contato do narrador com a bebida se deu desde muito cedo, visto que seu pai era alcoólatra; portanto, isso pode tê-lo influenciado a buscar esse caminho. Entretanto, essa solução não era a única encontrada pelo protagonista: “Estava tudo complicado. Eu enchia a cara de maconha para esquecer e dormir. Tinha que me posicionar a cada momento. Não podia sair e ao mesmo tempo não via outra saída” (MENDES, 2009, p. 108). As drogas aqui também aparecem como alternativa para suportar o peso de decidir entre continuar na universidade ou desistir dela. Na verdade, a utilização desse meio não resolvia o conflito no qual o narrador se encontrava, mas adia essa resolução, bem como o pensar sobre a situação: através do uso das drogas, a personagem conseguia “esquecer e dormir”, o que aliviava, momentaneamente, a necessidade de um posicionamento definitivo sobre a decisão a ser tomada. No entanto, esse conflito interno sobrecarregava o narrador e as consequências dessa pressão não tardam a vir, como é possível perceber no excerto a seguir:

Conforme ia se aproximando o dia de voltar às aulas, as dificuldades e dúvidas aumentavam. A necessidade de decidir era agora, a cada minuto. As forças diminuía. Eu me segurava em minha lealdade aos amigos e no meu estremecido amor a Isa. Não conseguia me alimentar direito. Emagrecia e estava uma pilha de nervos. Toda a minha vida em jogo, e eu não podia sequer conversar com alguém. Se abrisse para Rubens minha insegurança, o amigo entraria com uma argumentação mais sólida para

me arrastar com ele [para o roubo]. Se contasse a Isa, Ely ou minha mãe, elas nem argumentariam. Elas não tinham dúvida. Não podiam compreender o que eu vivia. Minha força estava nelas, e por elas eu ia seguindo de segundo em segundo. (MENDES, 2009, p. 109)

O espaço sufocante da universidade só era encarado pelo narrador por conta de sua “lealdade aos amigos”, seu “estremecido amor a Isa” e as expectativas dos entes amados pelo protagonista sobre a sua vida na universidade, a certeza definitiva dessas pessoas, principalmente sua mãe, Isa e Ely, de que a instituição acadêmica era o caminho certo a seguir (“Minha força estava nelas, e por elas eu ia seguindo de segundo em segundo”). No entanto, a pressão de decidir toda sua vida em um curto espaço de tempo, aliada à tentação da vida criminosa, representada pelo amigo Rubens, e à sensação de deslocamento que a personagem principal da narrativa sentia no espaço universitário, não podiam ser compreendidas pelas pessoas que ele amava (“Não podiam compreender o que eu vivia”).

Toda essa engrenagem gerava consequências visíveis, inclusive fisicamente, no narrador, tais como a incapacidade de se alimentar direito e o óbvio emagrecimento. Outros resultados, como o frequente nervosismo, a insegurança e as dúvidas, não podiam ser declarados ou confessados a alguém, o que fazia com que o narrador precisasse lidar sozinho com a situação que o oprimia. O espaço da universidade torna-se, aos poucos, uma prisão simbólica, responsável pelo abalo psicológico do indivíduo e pelo constante conflito vivenciado por ele.

A necessidade sempre latente de movimento levou o protagonista a buscar um espaço onde ele pudesse ser livre e responsável por suas próprias escolhas: as ruas. A sensação experimentada pelo narrador nesse local é descrita nos trechos que seguem:

Sentia-me livre. Pela primeira vez na vida, senti a liberdade pulsando em minhas veias. Participava da euforia geral. Eu era o próprio Carnaval. [...] Foi minha primeira fuga. A liberdade, a irresponsabilidade da rua, as luzes da noite, me fascinavam... (MENDES, 2009, p. 24-25)

A rua, as cidades, as pessoas, me atraíam. Todo o meu ser vibrava intensamente sob o clima do programa *Jovem Guarda*. Eu era rock. E era tudo que significasse liberdade, por mais prisão que fosse, como a maconha, por exemplo. (MENDES, 2009, p. 37)

A liberdade é uma das características das ruas que mais atrai o narrador, por isso o termo aparece três vezes ao longo dos dois trechos. Pressionado pelo pai em casa, com medo de suas repreensões, não querendo decepcionar a mãe que tanto ama, a personagem se vê obrigada a se afastar desse espaço e é nas ruas que, pela primeira vez, sente-se livre, sem responsabilidades,

participando da felicidade geral. As “luzes da cidade”, o “rock”, o “Carnaval”, tudo isso são representações de uma alegria que o protagonista só encontra no cenário das ruas. No entanto, a palavra “prisão” já aparece aqui, indicando que as ruas também possuíam elementos que restringiam a liberdade do protagonista. Elementos estes que são destacados nos excertos abaixo:

Eram os mágicos anos 1960. As roupas ganhavam enorme importância para a juventude. As técnicas de venda estavam se sofisticando e fazendo a cabeça dos jovens, mais inocentes e despreparados. Queria usar calça boca de sino, jaqueta três-quartos, camisa com gola olímpica, salto-carrapeta, coisas da moda, que traduziam status social, embora esse processo ainda mais fosse consciente para mim. (MENDES, 2009, p. 36)

Não atinava que diabo me atraía tanto para a cidade. As luzes, as cores, as vitrines, o dinheiro, a vida de emoções fortes, sei lá. Sentia-me qual um sonâmbulo que sempre se dirigia para a cidade, tipo hipnotizado, independente da vontade. E cidade para mim significava crime. Sentia que estava me afundando cada vez mais no lamaçal. (MENDES, 2009, p. 198)

Além das drogas, o apelo ao consumo era forte nas ruas (“As roupas ganhavam enorme importância para a juventude. As técnicas de venda estavam se sofisticando e fazendo a cabeça dos jovens, mais inocentes e despreparados”): as peças de roupas correspondiam a *status* social e, mesmo que inconscientemente, o narrador percebia isso e queria fazer parte desse mundo rico em cores, luzes e vitrines. Esse consumismo se configurava como uma espécie de prisão e sua principal consequência era o crime: o protagonista precisava conseguir capital aquisitivo, primeiro porque era assim que mantinha suas relações e participava dos grupos e segundo porque só assim seria capaz de participar ativamente do universo amplo e diversificado que as ruas e suas ofertas representavam. No trecho “A solidão era meu maior medo. Quanto menos dinheiro tivesse, mais só ficaria. Quando estava duro, afastava-me, na certeza de que não me queriam. A solução era encontrar meios de me capitalizar” (MENDES, 2009, p. 199), fica clara a influência do dinheiro na vida do grupo do qual o narrador participava: as relações eram baseadas nele e a falta de poder aquisitivo era responsável pelo afastamento e pelo sentimento de não-pertencimento do protagonista àquela turma.

Como o maior medo da personagem era se perceber só, ele precisava encontrar meios para conseguir capital que fosse capaz de financiar suas amizades e aderência ao grupo social, e o crime foi a solução encontrada para isso. Assim, a cidade era sinônimo de crime para o narrador que, apesar de ter consciência da situação de risco em que se colocava (“Sentia que estava me afundando cada vez mais no lamaçal”), não conseguia abandonar o espaço das ruas, afirmação enfatizada por expressões como “sonâmbulo”, “hipnotizado”, “independente da

vontade”, que trazem implícita em seus significados, neste caso específico, a incapacidade do sujeito de se afastar das ruas e mudar de vida: “sempre se dirigia para a cidade”.

A vida nas ruas e o conseqüente crime que o narrador era obrigado a cometer para sobreviver nesse cenário trouxeram como resultado as frequentes prisões do protagonista. O espaço da prisão é o lugar de enunciação da literatura de cárcere e, na maioria das vezes, é postulado como angustiante⁵⁸. Essa é exatamente a visão do sistema prisional que o narrador das obras selecionadas como *corpus* desta pesquisa dissemina ao longo das narrativas, como pode ser percebido nos trechos a seguir:

O xadrez em que fomos colocados para aguardar a chamada do juiz era pior que um calabouço. As paredes rebocadas apenas por chapiscos, propositalmente, ficavam como farpas vivas, parecendo arame farpado. Encostar as costas na parede era ferir-se. Chão de cimento gelado e banheiro sem porta. Água só em vasilhas plásticas, e quando o PM que tomava conta da porta cismava de nos fazer essa benevolência. Desconfiávamos que o soldado cuspi na água, pela espuma que vinha em sua borda. Éramos uns setenta, oitenta presos, em um xadrez de três por três. Não dava para sentar, todos falavam e fumavam ao mesmo tempo. Aquilo sabia a inferno, sentia tontura, dor de estômago, dor de cabeça, estava virando um bagaço. (MENDES, 2009, p. 234)

A realidade começou a doer. A cama grudada na parede e no chão; a privada e o cano que servia de chuveiro, dentro do box de concreto armado. A mesa e a prateleira suspensas no ar. Tudo me agredia. Tantos anos naquela caixa de sapato... Aquilo parecia ganhar vida às vezes. Pulsava, latejava, se comprimia e se alongava, dependendo do meu estado de espírito. Agora, me sufocava. (MENDES, 2005, p. 16)

A prisão fedia a merda e maconha. O prédio estava superlotado e detonado. Três décadas de habitantes que odiavam o local destruíram quanto podiam. Os xadrezes e as galerias minavam esgoto, pareciam cavernas com estalactites verdes. (MENDES, 2005, p. 180)

O pavilhão era assustador. As velhas paredes descascadas de várias camadas de tinta davam um ar de deterioração aos corredores. Aquilo parecia um velho navio encalhado, morrendo, enferrujado, com suas luzes nas janelinhas. Portas de carvalho cheias de trincos e rangidos de castelos mal-assombrados. A cela, em seu interior, trazia as paredes inscritas, em baixo relevo, de cima a baixo; um mundo de nomes e identificações. Tudo era impregnado de mais de cinquenta anos de sofrimento de várias gerações de presos. Era tudo fantasmagórico, amedrontador. Sentíamos qual estivéssemos entrando em um cemitério, e as celas eram os túmulos. (MENDES, 2009, p. 368)

O “xadrez”, que é como o protagonista se refere à prisão, é descrito a partir de expressões como “calabouço”, “inferno”, “caixa de sapato”, “esgoto” e “caverna”, todas essas palavras dando a ideia da degradação não apenas do espaço, mas também àquela a que os presos estavam submetidos a partir do momento em que passavam a pertencer ao cenário prisional.

⁵⁸ “o espaço, ou melhor, a falta de espaço [da prisão], é o lugar de enunciação da Literatura de Cárcere, construído em geral como degradante e angustiante” (LOPES, 2014, p. 46).

Tudo dentro da prisão era pensado para agredir o indivíduo encarcerado, para tirá-lo o conforto e qualquer tipo liberdade: as “paredes rebocadas apenas por chapiscos”, que pareciam “farpas vivas”, prontas a ferir ao mínimo toque, o “chão de cimento gelado” e o “banheiro sem porta”, a “cama grudada na parede e no chão” e a superlotação eram elementos que faziam parte da realidade carcerária e com os quais era preciso conviver.

Sensações como o medo, o sufocamento, a dor e o sofrimento eram comuns e bastante frequentes no cotidiano do narrador e de seus companheiros, aumentadas pelo espaço restrito da prisão. A deterioração do cenário prisional é evidente na descrição do protagonista acerca desse espaço: “a prisão fedia a merda e maconha”, “o prédio estava superlotado e detonado”, “as velhas paredes descascadas de várias camadas de tinta davam um ar de deterioração aos corredores”. O narrador chega a comparar o ambiente prisional a “um velho navio encalhado, morrendo, enferrujado, com suas luzes nas janelinhas”, o que traz mais uma vez o sentido de espaço degradado e vandalizado. Essas características demonstram a despreocupação das autoridades competentes com as prisões e com a qualidade de vida dos sujeitos que ali eram colocados, fato evidenciado pela forma como os presos eram tratados dentro do sistema prisional: “Água só em vasilhas plásticas, e quando o PM que tomava conta da porta cismava de nos fazer essa benevolência. Desconfiávamos que o soldado cuspi na água, pela espuma que vinha em sua borda”.

Vale destacar, no entanto, que os próprios indivíduos encarcerados também eram responsáveis pela deterioração do local em que viviam. A situação na qual se encontravam revoltava esses sujeitos que, sem outra opção, acabavam por descontar seu ódio por aquele sistema opressor no próprio restrito espaço de que dispunham dentro da prisão: “Três décadas de habitantes que odiavam o local destruíram quanto podiam”. Ao mesmo tempo, os presos necessitavam transformar aquele espaço em um local onde se sentissem minimamente em casa, visto que iriam passar um período longo naquele cenário. Essa necessidade fazia com que eles colocassem nas paredes uma parte de si mesmos e de sua história, representada pelas inscrições de próprio punho que realizavam: “A cela, em seu interior, trazia as paredes inscritas, em baixo relevo, de cima a baixo; um mundo de nomes e identificações. Tudo era impregnado de mais de cinquenta anos de sofrimento de várias gerações de presos”.

A escrita dos nomes, a identificação de si mesmos, ressalta o quanto era necessário e fundamental àqueles indivíduos se colocarem como sujeitos, existirem efetivamente dentro daquele espaço, mesmo que as condições para essa existência lhe fossem negadas. As paredes inscritas guardavam para sempre a memória daqueles que por ali passavam, e, por isso, o

ambiente transfigurava-se em algo “fantasmagórico” e “amedrontador”. A comparação que o narrador faz daquele cenário prisional com um “cemitério” e das celas com um “túmulo” destaca a falta de perspectiva dos ocupantes daquele ambiente: depois de entrar nesse espaço, a única saída possível para escapar daquele sofrimento é a morte e o futuro é visto como algo obscuro e quase impossível.

É preciso também enfatizar que, além de restringir o espaço daqueles indivíduos, o sistema prisional é também responsável por retirar dos sujeitos que ali residem qualquer direito ou condição para uma vida confortável e digna. Esse fato é enfatizado nos fragmentos selecionados abaixo:

Depois de dez dias de xadrez, quando já comecei a achar que não saía mais, o delegado mandou os tiras me buscarem. Estava imundo, fedendo como um gambá. Não havia água no xadrez, a torneira era para o lado de fora. Era um xadrez convencional, de curta permanência e muito trânsito. Devo ter emagrecido, pois quase não comia a lavagem de porcos que nos serviam. Vivia de pão. (MENDES, 2009, p. 71)

Qualquer um de nós, dos menores, estaria com o futuro comprometido. A pressão que vivíamos era contínua, alucinante. E isso apenas no nível de pressão da convivência. Mas havia mais. As muquiranas. Os alojamentos eram infectados de muquiranas. Nossas vorazes inimigas [...] Aquelas vampiras! Sua picada coça a ponto de dilacerarmos a pele de tanto arranhá-la. Quando conseguíamos dormir, apesar delas, as danadinhas não deixavam de nos picar. Cortávamos nossa pele com as unhas, dormindo. De manhã cedo, o lençol estava todo sujo de sangue. Não havia preocupação da administração de nos vestir. Apenas quando o menor estava sem roupa alguma é que eles davam uniforme. (MENDES, 2009, p. 104)

A comida da prisão me fazia mal. Furúnculos enormes começaram a aparecer, um após o outro. E nos lugares mais improváveis. Na bunda, no saco, nos braços, nas axilas. Minha mãe me trazia antibióticos e vitaminas. O médico da firma lhe dava. Depois surgiram feridas nas articulações dos pés e das mãos. (MENDES, 2005, p. 192)

A estrutura da prisão se fazia falha no que se refere à qualidade de vida do preso: “Não havia água no xadrez, a torneira era para o lado de fora”, “não comia a lavagem de porcos que nos serviam”, “os alojamentos eram infestados de muquiranas”. Apesar de conscientes dessa situação, as autoridades competentes não nutriam a preocupação suficiente com o indivíduo encarcerado para importar-se em mudar essas condições. Pelo contrário, essa situação era quase pensada propositalmente para a agressão física e psicológica do sujeito pertencente ao sistema prisional. Contribuía para essa falta de preocupação a efemeridade com que os presos passavam por aquele xadrez (“Era um xadrez convencional, de curta permanência e muito trânsito”), fazendo do preso quase um estrangeiro dentro daquele espaço.

Vale lembrar que a falta de identificação com o espaço a que o preso estava submetido era também pensada para transformar aqueles sujeitos em indivíduos não-importantes, cuja

existência era dispensável. Essas condições dos presídios geravam consequências visíveis nos presos: “Devo ter emagrecido”, “A pressão que vivíamos era contínua, alucinante”, “Cortávamos nossa pele com as unhas, dormindo”, “A comida da prisão me fazia mal. Furúnculos enormes começaram a aparecer, um após o outro”, “Depois surgiram feridas nas articulações dos pés e das mãos”. Pode-se perceber que, além das óbvias consequências físicas que as condições da prisão perpetravam nos indivíduos encarcerados, o psicológico também era afetado pela situação em que se encontravam; e esses resultados não eram exclusivos das prisões, mas estendiam-se para o restante da vida dos sujeitos que passavam por aquele espaço: “Qualquer um de nós, dos menores, estaria com o futuro comprometido”.

A opressão e a restrição a que os presidiários estavam submetidos dentro do espaço carcerário era responsável por fazer com que estes indivíduos regredissem a um comportamento irracional⁵⁹, como pode ser apreendido no fragmento a seguir:

No xadrez imperava a lei do mais forte e da covardia. Os presos do grupo dominante viviam batendo e judiando daqueles que estavam sozinhos. Muitos dos que apanhavam eram mais ladrões e conceituados, no submundo do crime, do que os que batiam. A vantagem do grupo dominante era que todos ali eram da boca do lixo e se conheciam, eram unidos. (MENDES, 2009, p. 68)

A violência e a covardia eram constantes no sistema prisional e serviam como instrumento de dominação e de sobrevivência de alguns indivíduos sobre os outros, considerados mais fracos ou que se encontravam sozinhos naquele espaço. Vale destacar que a vida pregressa do sujeito e todo o *status* que ele havia conseguido deixavam de importar quando ele entrava na prisão: ali, as regras eram diferentes e precisavam ser respeitadas, isto é, os mais fracos precisavam sujeitar-se aos mais fortes, como a lei da selva, se quisessem sobreviver. Apesar de sua capacidade de irracionalizar o homem, o espaço carcerário possui uma certa ordem política⁶⁰, isto é, na prisão, os sujeitos criam suas próprias leis e normas de comportamento, que precisam ser obedecidas por todos os que ali convivem. Os valores predominantes no cenário prisional são destacados pelo narrador em várias passagens das narrativas, como nestas que seguem:

Tínhamos nossos próprios conceitos e um regime social secreto. Parece que a relação humana é sempre uma expressão cultural. Havia até estratificação social. Aqueles com ideias afins, ou mesmo os que eram provenientes de um mesmo bairro, formavam uma sociedade. (MENDES, 2009, p. 148)

⁵⁹ “[...] os efeitos da falta de espaço ocasionam a violência primitiva da luta pela sobrevivência” (LOPES, 2014, p. 45).

⁶⁰ LOPES, 2014.

As sociedades eram fortes. Defendiam-se e dividiam tudo o que conseguissem. Geralmente eram adversárias. As disputas eram acirradas. As guerras entre sociedades eram o maior problema do Instituto. Havia jogos de dominó entre sociedades em que eram disputadas verdadeiras fortunas. Fortuna, é claro, em termos das possibilidades do lugar. Trezentos, quatrocentos maços de cigarro eram uma fortuna, já que a moeda era o cigarro e quase todos fumavam. Bolo Pullman, latas de leite condensado, barras de doce, pasta dental, sabonetes etc., eram valores de câmbio para o jogo. (MENDES, 2009, p. 149)

Cada sociedade tinha suas armas. Sociedades antigas tinham facas, navalhas, punhais. Essas sociedades raramente encontravam oponentes; dominavam o alojamento e impunham suas leis. Às vezes saíam trocas de facas (brigas entre oponentes armados de facas ou estiletos), mas era só a polícia ameaçar de se aproximar para se ver a encrenca adiada para nova oportunidade. Os guardas não percebiam noventa por cento do movimento real da prisão. (MENDES, 2009, p. 149)

Estes fragmentos são representativos do panorama social que era construído na prisão pelos próprios internos. O narrador, perspicaz, percebe que toda “relação humana é sempre uma expressão cultural”, e não seria diferente dentro do espaço prisional. O que eles chamavam de “sociedade” era a reunião de indivíduos em grupos, de acordo com características e pensamentos em comum desses sujeitos (“Aqueles com ideias afins, ou mesmo os que eram provenientes de um mesmo bairro, formavam uma sociedade”). É interessante observar a força que possuíam essas “sociedades” dentro da prisão e para os próprios indivíduos participantes delas: tudo que os grupos possuíam era dividido igualmente entre os membros (“Defendiam-se e dividiam tudo o que conseguissem”) e as sociedades mais fortes eram responsáveis por impor suas regras, que todos os presos deveriam respeitar e seguir (“dominavam o alojamento [as sociedades mais fortes] e impunham suas leis”).

Vale destacar que o respeito de cada “sociedade” era conseguido através de disputas, pacíficas ou não. Em jogo nessas disputas não estavam apenas o *status* e o direito de comandar o espaço prisional, mas também produtos que eram considerados luxo para aqueles sujeitos encarcerados, tais como “maços de cigarros”, “bolo Pullman”, “latas de leite condensado”, “barras de doce”, “pasta dental” e “sabonetes”. O narrador se refere a esses elementos através da expressão “fortuna”, o que dá a ideia da importância que eles tinham dentro do sistema carcerário; importância tão grande que essas regalias eram utilizadas como moedas de troca entre os presos e até como prêmio para disputas entre grupos rivais.

A violência está presente também dentro dessas “sociedades”: todas elas possuíam armas (facas, navalhas, punhais) e não sentiam nenhuma hesitação em utilizar esses instrumentos contra aqueles que ousassem questionar seu poder, suas normas ou agredir um de seus membros. As sociedades são, dessa forma, uma das mais eficientes formas de proteção e de sobrevivência dentro do espaço prisional e, por isso, é relevante para os presos fazer parte

de alguma delas. Só assim eles poderão garantir sua segurança e alguns privilégios, dependendo da força de sua “sociedade”.

Cabe enfatizar, neste momento, que o espaço da prisão, restrito e inescapável, é responsável por aproximar os indivíduos de forma definitiva. Sendo assim, é impossível para aqueles sujeitos que ali convivem ficar indiferentes ao outro, ao companheiro que está ao seu lado⁶¹. Levando em conta essa afirmação, é possível inferir não apenas o surgimento de uma identidade coletiva por conta dessa proximidade entre os indivíduos, mas também a definição de uma identificação com o conceito de presidiário, que vai definir a personalidade do sujeito até mesmo fora do espaço prisional, já que determinadas identidades se manifestam de acordo com as condições de espaço e tempo em que o sujeito se insere⁶², como pode ser inferido nos trechos a seguir:

Todos os meus parâmetros eram de prisão. Em tudo eu pensava apenas como um preso. Estava condicionado a me defender sempre, em qualquer tempo. Sentia que o mundo e as pessoas só me prejudicaram e fizeram sofrer. Não era bem assim, mas era assim que eu via, destacava apenas o que ferira, valorizava apenas o meu sofrimento, que se fodesse o dos outros. Imaginava não conhecer bondade nem amor. Amor para mim era sexo. Estava preparado apenas para defender e resistir. Se me dessem uma chance, revidar com extrema violência, para matar, se facilitassem. Procedia e pensava como um sobrevivente de alguma guerra. Era aquela a educação de que as instituições do governo me dotaram. Eu era um produto, a ponta do iceberg. (MENDES, 2009, p. 161)

Éramos uma família e como tal nos tratávamos, e eu, o parente pobre. Tudo no xadrez era de todos, era uma vida comunitária. Eu procurava fazer todos os trabalhos para compensar o fato de não estar contribuindo com nada. Fazia faxina, recortado, lavava roupas etc. Não queria, de modo nenhum, usufruir sem contribuir. (MENDES, 2009, p. 351)

A violência perpetrada aos indivíduos dentro do sistema prisional transforma o sujeito, de muitas formas. No caso do narrador, a condição de presidiário imputou a ele uma personalidade defensiva, sempre pronto a agredir e ferir aqueles que procurassem fazer algum mal a ele. O protagonista fazia parte do grupo de sujeitos que não conseguia encarar sua vida, tanto pregressa quanto egressa da prisão, como algo carregado de pontos positivos, ele “imaginava não conhecer bondade nem amor” e “destacava apenas o que ferira”. Estava pronto a se defender e resistir a qualquer custo, e isso pode ser encarado como consequência direta do ambiente opressivo e perigoso do cárcere, que obriga o indivíduo a sobreviver às custas de atos

⁶¹ “[...] a proximidade irrevogável da presença do outro também obriga o encarcerado a se familiarizar com o estranho e viver neste entremundos do fora e do dentro, formando uma nova identidade a partir da desconstrução do sujeito” (LOPES, 2014, p. 48).

⁶² HAESBAERT, 1999.

violentos e agressivos. Esses valores solidificados na cadeia constroem uma identidade nova no narrador e continuam internalizados dentro dele até mesmo depois de sua saída da prisão.

Ao mesmo tempo em que o espaço prega a violência, a aproximação aos outros indivíduos constrói valores de família dentro de grupos sociais institucionalizados na prisão. Aqueles sujeitos, que compartilham do mesmo sofrimento e das mesmas condições desumanas, unem-se e constituem os laços afetivos que conhecem ao longo de sua estada na instituição prisional. O narrador demonstra, através de sua insistência em contribuir de alguma forma com o grupo, a solidez desses valores e o instinto de ajudar aos seus companheiros. Essa visão de compartilhar e respeitar valores, tanto nas “sociedades” firmadas na prisão quanto nas “famílias constituídas dentro daquele ambiente, é característica básica das escritas advindas do cárcere⁶³.

É possível observar, em última instância e a partir das constatações acima, que o espaço do cárcere conduz o detento a uma identificação com o local que habita, mesmo que temporariamente. A restrição imposta ao sujeito dentro desse cenário carcerário torna a prisão o único mundo possível de quem ali vive, e a identidade do homem é transmutada a partir de sua readaptação a um novo *habitat*. Constrói-se, assim, uma nova identidade individual, que se molda e é interdependente da social⁶⁴, no sentido que postula Haesbaert (1999) de que “identificar-se é sempre um processo de identificar-se *com*, ou seja, é um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social” (p. 174). Por necessitarem conviver e se adaptar àquele espaço, os sujeitos que ali se encontram transformam a prisão em suas casas inevitáveis, configurando-a como um local possível de ser visto como *habitat* humano, como é perceptível no trecho abaixo:

Procurávamos manter a higiene na cela. Lavávamos as paredes com água quente. Eu chamava a atenção dos mais porcos e preguiçosos para que tomassem banho. As roupas tinham que estar limpas. Quem não se adaptasse às regras, que procurasse outro xadrez. (MENDES, 2005, p. 192)

Na cela do narrador, assim como na maioria das outras existentes no presídio, os detentos procuravam construir uma representação de lar, se é que isso é possível, independentemente das condições precárias e prejudiciais à saúde física e mental dos sujeitos. O local opressor da prisão é, neste sentido, parcialmente “maquiado” para parecer suportável e

⁶³ “Pode-se dizer que a escrita prisional procura ser fiel aos modos de sociabilidade do cárcere, o que implica o respeito aos códigos de conduta estabelecidos pelos próprios presos e o respeito reiterado pelos valores ali compartilhados” (PALMEIRA, 2011, p. 77).

⁶⁴ “Assim como a identidade individual, a identidade social é também uma identidade carregada, ao mesmo tempo, de subjetividade e de objetividade. [...] por mais que se reconstrua simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade” (HAESBAERT, 1999, p. 174).

menos opressivo. Pode-se afirmar, portanto, que o espaço da prisão é fundamental na constituição das identidades dos sujeitos que ali se encontram, compartilhando experiências e dificuldades e construindo uma memória coletiva.

O conjunto de identidades individuais dos sujeitos encarcerados se vê marcado pelas condições adversas que enfrentam no espaço prisional, e essa relação resulta em uma sociedade carcerária que se identifica não apenas social, mas espacialmente. Isso se deve à profunda identificação do presidiário com o cárcere, que o obriga a adaptar-se às condições oferecidas. A identidade construída a partir daí se transmuta em essencialmente territorial, um território que é vivido pela comunidade de presos, em um espaço comum e cotidiano⁶⁵.

O espaço do presídio é um território que pode ser considerado “artificial”⁶⁶. Artificial não no sentido político de um ambiente dentro do qual o Estado exercia seu poder com soberania, como um império; mas sim como um cenário no qual uma população vive “desterrada de sua condição original, em um quadro em que o espaço social é regido por uma série de regras influenciadas por todo um conjunto de manifestações deste grupo de pessoas no espaço (LOPES, 2014, p. 53). Pode-se concluir, assim, que, apesar de não ser o único espaço a ser representado dentro das narrativas de Mendes, o espaço prisional deve, aqui, ser colocado em destaque, à medida que é este o cenário definidor de sua perspectiva de mundo a partir do contato com o mundo do cárcere: todos os ambientes são vistos de forma diferente depois que o narrador passa pelo encarceramento, o que é destacado nos fragmentos abaixo:

Quando estávamos chegando, reconheci as casas velhas da minha infância. A Vila Guilherme. Uma nostalgia indefinível foi tomando conta de mim. Lembrei como galgava aquelas ladeiras. Empurrava a bicicleta na maior raiva por não ter forças para subir pedalando. Lembrei a alegria de descê-las. Desafiando o perigo dos carros, sem breque, e às vezes sem segurar o guidão. Fui um moleque atrevido demais, pensei. (MENDES, 2005, p. 41)

[...] Fui respirar na janela e dei de cara com São Paulo. O panorama abrangia a parte nobre da avenida Paulista. Os casarões e alguns prédios modernos. A maioria das pessoas procuram mar, flores, campo, e ficam inebriadas com a natureza. Eu amava minha cidade. E contemplá-la assim, de repente, nua e exposta ao sol da manhã, era lindo demais. Toda a dor da ausência, da saudade, se transformou em lágrimas. (MENDES, 2005, p. 37)

⁶⁵ “Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que “simboliza” uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o do Estado-nação” (HAESBAERT, 1999, p. 179).

⁶⁶ LOPES, 2014.

É possível perceber, a partir dos dois excertos acima, que o tempo passado no sistema prisional modificou a visão do narrador sobre os locais que frequentava. Sua casa, a vila onde morava, que antes era considerada uma prisão, agora é encarada com certa melancolia; a cidade de São Paulo, anteriormente vista como sinônimo da vida de crimes que o protagonista levava, agora provoca lágrimas. Termos como “nostalgia” e “saúde” marcam essa mudança de percepção e acentuam a dureza da vida na cadeia em comparação ao mundo fora dela, que agora se transmuta em “ausência” e desperta sentimentos intensos e lembranças profundas no narrador.

Levando em consideração o espaço prisional como um local de silêncio, solidão e reclusão, é possível pensar esse local como privilegiado para os processos de leitura e escrita, confirmando o pensamento de Palmeira (2011)⁶⁷. Sendo esses dois elementos (a leitura e a escrita) tão importantes para a tentativa de caracterizar a literatura de cárcere, será necessária uma explanação e análise mais aprofundada de como esses dois aspectos aparecem representados dentro de *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*. Esses dois temas, portanto, serão os assuntos do próximo tópico.

3.2 O PODER DOS LIVROS

Memórias de um sobrevivente e *Às cegas* são narrativas escritas pelo próprio Mendes ainda dentro do sistema penitenciário. A primeira narrativa (e é possível fazer essa afirmação também sobre o segundo livro mencionado acima), embora seja escrita por um presidiário, não é restrita à exposição do crime e da ilegalidade⁶⁸; enfatiza ainda mais o processo de brutalização do sujeito dentro do sistema prisional e a aprendizagem que resulta da experiência de cárcere, bem como apresenta as humilhações, as arbitrariedades e as violências sofridas ao longo do tempo em que passou nas prisões e instituições destinadas ao confinamento de menores infratores. A sobrevivência já anunciada no título de *Memórias de um sobrevivente* e efetivada apenas em *Às cegas* não acontece pela via da libertação, visto que as narrativas foram escritas ainda dentro da prisão. A partir dessa constatação, pode-se afirmar que Mendes é um sobrevivente, e essa salvação só foi possível graças à literatura, que corresponde, aqui, aos processos de leitura e escrita.

⁶⁷ “A escrita a partir da clausura aparece como um *tópos* na tradição literária ocidental. O silêncio e a solidão costumemente associados a esse tipo de trabalho encontrariam nos espaços fechados seu ambiente ideal” (PALMEIRA, 2011, p. 75).

⁶⁸ CUNHA, 2002.

O primeiro contato do narrador com a experiência da leitura na prisão se deu a partir de sua estada no regime de cela-forte, no qual o preso ficava completamente isolado de seus companheiros. A necessidade de interação humana, no entanto, fazia com que os sujeitos ali encarcerados procurassem meios de comunicação entre si e com os outros pavilhões. A solução foi o sistema de esgoto da prisão: através da privada de cada cela, os detentos conversavam e mandavam-se presentes, tais como cigarros, garrafinhas com café quente, livros de bolso. Esse processo de comunicação com os outros presos foi essencial para a sanidade do protagonista, que passava a maior parte de seu tempo nessas interações. Foi a partir desse sistema comunicacional que o narrador conheceu Henrique, o primeiro a lhe mostrar o vasto mundo dos livros. O amigo e sua paixão por livros são descritos nos fragmentos a seguir:

Henrique tinha o rosto parecido com o dos antigos patrícios romanos. [...] Fora um dos maiores assaltantes de São Paulo e era muito respeitado por isso. Era uma pessoa boa, extremamente generosa e despojada. Meu maior e melhor amigo durante toda a minha vida. O cara parecia aqueles nobres cavaleiros da Idade Média, estava sempre a tomar o partido dos mais fracos e humildes. Estava na cela-forte porque tentava ajudar Claudinho, seu amigo de infância, a resolver uma questão que nada tinha a ver consigo. (MENDES, 2009, p. 380)

O novo amigo falava em livros, contava-me romances que lera, falava em poesia, filosofia, um monte de coisas novas para mim. Foi a primeira pessoa no mundo, fora minha mãe, em quem depusitei minha confiança total e irrestrita. As histórias dos livros que contava, eram extremamente fascinantes e belas. Ensinou-me a valorizar livros, a querer conhecê-los todos. Agora ansiava sair do castigo para começar a ler aquelas histórias de que ele falava. Era poeta, e eu também quis ser poeta. Prometeu ensinar-me. (MENDES, 2009, p. 380)

A descrição do amigo Henrique remete ao conceito que o narrador tinha dele: como os “antigos patrícios romanos” e “cavaleiros da Idade Média”, o sujeito era encarado como um herói, que prezava pela justiça; como um verdadeiro guerreiro, estava sempre pronto para “tomar o partido dos mais fracos e humildes”. O protagonista descreve que Henrique foi seu “maior e melhor amigo” durante toda a vida e foi ele que lhe apresentou o mundo da literatura e ensinou o narrador “a valorizar livros, a querer conhecê-los todos”. Descrito como poeta, Henrique era altamente respeitado na prisão por conta de suas façanhas como assaltante, mas era seu vasto conhecimento e seu interesse por poesia e pela leitura em si que o diferenciavam e destacavam dentro daquele espaço prisional. Vale enfatizar, também, que Mendes conheceu um outro lado desse sujeito e aprendeu a admirá-lo e respeitá-lo não a partir da criminalidade, mas da cultura e sabedoria que emanavam do amigo. Além de ser uma das únicas pessoas em quem depositava sua total confiança, Henrique era uma influência benéfica para o protagonista, que se espelhava nele abertamente: “Era poeta, e eu também quis ser poeta”.

Henrique foi um incentivo e o principal motivo, aliado à sua recente curiosidade com relação aos livros, para o narrador manter-se são dentro do regime de cela-forte. Essa experiência com o amigo, como relata o narrador, foi um divisor de águas na vida do protagonista, que agora “ansiava sair do castigo para começar a ler aquelas histórias de que ele falava”. Logo após o término do período que a personagem ficou em punição, Henrique mostrou-se solidário e prestativo mais uma vez, enviando ao narrador um grande presente, episódio descrito nos excertos abaixo:

Dia seguinte à minha saída da cela, logo cedo, veio um companheiro lá do terceiro pavilhão, com dois pacotes enormes. O Henrique havia me mandado uma pilha de livros, cadernos com poesias e textos dele, papéis, canetas, a carta-rascunho para minha mãe e uma carta dele mesmo. Aquele foi apenas um dos inúmeros atos de amizade dele. Emocionou-me. Fiquei muito feliz em possuir um grande amigo. (MENDES, 2009, p. 385)

Os livros eram aqueles sobre os quais havíamos conversado no encanamento do esgoto. Os cadernos traziam poesias e alguns títulos de livros que o Henrique, Índio e outros conhecidos haviam recomendado, só precisava da numeração deles na prateleira. Conversei com os vizinhos que não liam e fiz uma lista para cada um deles. Assim que o bibliotecário passava, eu pedia ao faxina do andar que recolhesse os livros com ele. (MENDES, 2009, p. 385)

Henrique faz jus às conversas que teve com o protagonista dentro da cela-forte e cumpre o combinado de enviar-lhe livros e suas próprias poesias. Para o narrador, esse foi “apenas um dos inúmeros atos de amizade dele” e sua felicidade se relacionava aqui não apenas aos livros que havia recebido, mas também ao fato de ter encontrado um “grande amigo” mesmo nesse ambiente violento, onde as relações eram por interesse ou sobrevivência. Isso emocionou o narrador e o fez valorizar ainda mais os livros que o amigo enviara.

Além disso, a influência de Henrique foi tamanha que o próprio narrador se sentiu à vontade para transmitir aos vizinhos de cela, que ainda não tinham nenhum contato com a leitura, o amor e a curiosidade que o amigo há pouco fizera nascer nele: “Conversei com os vizinhos que não liam e fiz uma lista para cada um deles. Assim que o bibliotecário passava, eu pedia ao faxina do andar que recolhesse os livros com ele”. O protagonista se encarregava de, assim como fez Henrique, distribuir a fascinação pelos livros. A admiração pelo amigo era tanta, que, mesmo nesse quesito, o narrador queria ser como ele, responsável por fazer outras pessoas sentirem o que ele próprio sentia pelos livros.

Aquele presente de Henrique, muito mais do que uma prova de sua amizade, foi o impulso final para que o protagonista sentisse vontade (e necessidade) de mudar sua perspectiva de futuro e dar um rumo diferente à sua própria vida: “Olhei e namorei livro por livro, caderno

por caderno. Aquilo era importante demais para mim. Eu iria construir uma nova história de minha vida, doravante. Uma história mais bonita” (MENDES, 2009, p. 385). A mudança de mentalidade deu-se não apenas visivelmente, mas também de forma imperceptível dentro do narrador. Ele reconhece agora que seu destino está em suas mãos e depende também de suas escolhas. Nasce, assim, não apenas a esperança de um futuro mais bonito e livre da criminalidade, mas a garantia de que os livros iriam possibilitar a construção de uma “nova história” para si próprio. A importância do mundo literário na rotina e no destino do protagonista começa a ser explanada a partir desse momento. O narrador, portanto, sofre uma transformação que ocorre ao simples contato com um objeto que não fazia parte de seu cotidiano e que tem o poder de abrir e expandir seus horizontes a novas oportunidades. Como destaca Palmeira (2006), a “transformação sugere a potência de uma palavra em um universo pouco letrado” (p. 65). Essa transformação tem relação com o que já postulava Antonio Candido (2011) ao afirmar que as produções literárias, independente de seus níveis ou tipos, satisfazem as necessidades mais básicas do ser humano, enriquecendo a percepção que ele possui do mundo. Dessa forma, a partir do processo de leitura, o narrador é capaz não apenas de conhecer outra realidade, mas de internalizar outros valores, que o modificam e tornam um homem diferente, com uma visão de mundo mais condizente com os ideais que, agora, ele constrói para si.

Sua relação com a leitura se intensificou a partir do contato com os livros enviados por Henrique e daqueles que ele conseguia na biblioteca da prisão. Aos poucos, o narrador virou um leitor assíduo e a leitura tornou-se não apenas um modo de passar o tempo enquanto encarcerado, mas também uma forma de autoconhecimento e, conseqüentemente, de mudança de pensamento e forma de vida. Esse contato com os livros se torna, então, fundamental no cotidiano do protagonista, o que reforça a ideia de que a literatura se constitui como elemento indispensável na satisfação de uma necessidade universal, necessidade essa que é própria do ser humano, independente de idade, crenças ou posição social que ocupa. A satisfação dessa necessidade oferecida pelos livros tem relação estreita com o que Candido postula como função psicológica⁶⁹ da literatura: o narrador não consegue ficar muito tempo sem adentrar esse universo rico proporcionado pelos livros, o que demonstra a força dessa necessidade do

⁶⁹ “Um certo tipo de função psicológica é talvez a primeira coisa que nos ocorre quando pensamos no papel da literatura. A produção e fruição desta se baseiam numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares. E isto ocorre no primitivo e no civilizado, na criança e no adulto, no instruído e no analfabeto. A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal” (CANDIDO, 2002, p. 83).

universo fabulado, representado aqui pelas leituras, sejam elas de qualquer tipo, na vida do protagonista⁷⁰. Essa rotina de leituras e o quanto ela foi capaz de modificar o espaço carcerário no qual o narrador vivia é descrita no trecho abaixo:

Toda semana lia quatro, cinco livros, e preferia os volumosos. Não podia sair da cela, então lia o tempo todo. E que delícia era o mundo dos livros! Cada viagem... Fumava um baseado e ia fundo, viajando da prisão para países estranhos, pessoas diferentes, mundos completamente diversos e fascinantes.

Fui me apaixonando por livros. Lia, em média, oito a dez horas por dia. Li todos os clássicos como quem devora o prato mais saboroso. Era extremamente gostoso, um prazer especial, diferente. Não estava mais tão só, as histórias, os personagens ficavam vivos para mim num passe de mágica. [...] Era livro atrás de livro, meu mundo se ampliou de tal modo que às vezes dava pane mental pelo acúmulo de informações. (MENDES, 2009, p. 385)

O fato de não poder sair da cela e passar seu tempo de outra forma foi uma das razões para que o protagonista se apegasse tanto aos livros: eles representavam uma maneira efetiva de cultura que estava ao seu alcance naquele momento, mesmo encarcerado. A partir das experiências literárias, era possível ao narrador conhecer e encantar-se com “países estranhos, pessoas diferentes, mundos completamente diversos e fascinantes”, o que foi responsável por sua rápida paixão pelos livros. Logo, o processo de leitura tornou-se seu passatempo favorito, ao qual dedicava “em média, oito a dez horas por dia”. Os livros deram possibilidades novas e desconhecidas ao protagonista, sensações que ele ainda não havia experimentado: “Era extremamente gostoso, um prazer especial, diferente”. Além da cultura que recebia de suas leituras, a partir das informações que absorvia e dos lugares que conhecia indiretamente, as histórias e os personagens de seus livros eram como amigos para o narrador, sujeitos que saíam das páginas diretamente para o cotidiano do protagonista, através dos quais ele podia deixar de sentir-se tão sozinho. Nesse sentido, os livros representavam não apenas uma maneira de passar o tempo, mas também uma companhia necessária para a sobrevivência e sanidade do narrador em meio ao clima de tensão e conflito iminente dentro da prisão. É interessante perceber que o protagonista não se restringia a um tipo de leitura: apesar de ter começado com os romances, em pouco tempo já tinha acesso e capacidade para ler outros autores e gêneros. Esse fato reforça a ideia já proposta por Pompougnac (1997) de que “o autodidata [como podemos classificar Mendes] lê muito, lê tudo o que lhe cai nas mãos, tudo o que chega a ele facilmente” (p. 16). Os autores diversos lidos e absorvidos por Mendes são elencados no excerto abaixo:

⁷⁰ “Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado” (CANDIDO, 2011, p. 174).

Ler tornou-se um vício. Li todas as obras de Dostoiévski, Tolstói, Górkí, John Steinbeck, Cronin, Scott Fitzgerald, e livros de Guy de Maupassant, Frçoise Sagan, Leon Uris, Walter Scott, James Michener, Harold Robbins, Morris West, Irving Wallace, Irving Stone, Henry James, Stendhal, Balzac, Victor Hugo, Somerset Maugham, Virginia Woolf, Arthur Hailey, Sinclair Lewis, Henry Miller, Hemingway, Norman Mailer, Robert Ludlum etc. (MENDES, 2009, p. 386)

Pela variedade de autores e obras a que o protagonista teve acesso, é possível perceber que, como leitor, ele não fazia distinção e ainda não tinha exata ideia de quais eram seus interesses literários principais. Lia o que era fácil conseguir dentro do restrito espaço da prisão e qualquer um desses livros o satisfazia e acrescentava conhecimento a ele como sujeito.

Vale destacar que todo esse processo de confissão autobiográfica do narrador sobre sua experiência literária é dado a conhecer ao leitor a partir da perspectiva própria do protagonista. Dessa forma, não deve ser confundida com uma declaração explícita e inequívoca de verdade⁷¹. Apesar dessa particularidade característica das narrativas de Mendes, é inegável que o relato de Mendes se configura como uma narração que apresenta um aprendizado exemplar de um sujeito autodidata em sua essência.

Pompougnac (1997), em um texto no qual analisa relatos de aprendizado de diversos autores, destaca que, no momento em que esses relatos são produzidos por indivíduos que não nasceram em um universo de cultura privilegiado, existe certa peculiaridade que pode aplicar-se às narrativas aqui analisadas, visto que, para esses autores, será necessária uma reestruturação do horizonte cultural de referência para que o processo de leitura seja realmente efetivado⁷². O autodidata precisa, necessariamente, portanto, sair de seu campo cultural de origem para outro, até então desconhecido. O narrador das obras *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas* pode ser considerado um autodidata, levando-se em conta que seu meio social original é marcado por um nível de instrução ínfimo, assim como seu espaço familiar: pai e mãe analfabetos e ele próprio tendo cursado apenas as séries iniciais do ensino básico. A leitura era, dentro desse contexto, desvalorizada como prática cultural e o livro tornava-se um objeto distante do protagonista, à medida que o acesso a ele era quase impossível. O narrador, ainda, passará por um processo de ruptura, que conduzirá a uma fase de desaculturação, ao longo do qual serão fragmentados seu sistema de representações e seu universo cultural⁷³. Após esse período, uma

⁷¹ “[...] confissão não passa de uma versão pessoalizada, sujeita a erros, enganos, esquecimentos, distorções e seleções conscientes ou inconscientes” (LIMA, 2007, p. 463).

⁷² “se ler verdadeiramente é poder ler algo que ainda não conhecemos, aqueles que não nasceram no mundo dos livros terão necessidade de nada menos que uma reestruturação de seu horizonte cultural de referência para aí chegar.” (POMPOUGNAC, 1997, p. 15).

⁷³ POMPOUGNAC, 1997.

nova fase será iniciada, na qual novos saberes e novas referências serão construídas e internalizadas. Ao longo da narração da experiência com os livros de Mendes, esse processo de ruptura se torna visível em diversos momentos, como nos fragmentos abaixo:

Fui ampliando meu vocabulário e, a partir dos romances, comecei a me interessar por livros mais profundos. As relações criminosas já não me satisfaziam mais. Pouco tinham a me acrescentar. Poucos se interessavam pelo que estava começando a me interessar. O submundo do crime começou a me parecer estreito, limitado, e eu já não cabia mais só ali. Voava alto, conhecera novos costumes, novos países, novas relações com a vida.

Minha sensibilidade veio à tona, mais aguçada e requintada. Comecei a compor poesias, produzir textos, discutir ideias de profundidade. Logo já estava indagando o que eu era, quem era, por que era, por que realmente estava preso. Tornei-me um feixe de perguntas cujas respostas procurava. E era uma puta duma dificuldade, principalmente por não ter com quem conversar sobre minhas dúvidas. E no estágio que eu alcançara, não dava para aceitar respostas comuns ou fáceis. (MENDES, 2009, p. 386).

[...] Não ligava para críticas. Não possuía mais faca e muito menos andava armado. [...] Eu estava muito mais civilizado e não me importava mais com isso de ter nome e fama de bandido. Aliás, começara a perceber o quanto era melhor o anonimato, o sossego de não me importar com o que os outros pensavam de mim.

Aprendera a ser mais humilde e jamais mexia com ninguém, nem com os cabras (caguetes e aliados da polícia) safados que viviam prejudicando companheiros. Aprendera a respeitar o sofrimento de cada um. [...] Eu estava me modificando muito, e muito rapidamente. Não compreendia, mas o sofrimento dos outros me afetava profundamente, e eu estava pensando sobre tudo, cada fato: cada movimento era razão para reflexões, ponderações. (MENDES, 2009, p. 388-389)

Não me interessava pelo que importava na prisão. Não jogava bola. Não andava armado. Não usava drogas. Não falava mal da vida alheia e não me envolvia com pederastia. Não pertencia a nenhum grupo. Vivia às voltas com livros. Sem tempo para o que não me parecesse essencial. No fundo, não precisava me preocupar, achava. (MENDES, 2005, p. 46)

O mundo que o narrador conhecia já não era suficiente para ele. Suas aspirações criminosas, seus objetivos de “de ter nome e fama de bandido” já não existiam mais, substituídos pelos conhecimentos que os livros lhe deram e pelas possibilidades de enxergar o mundo e a si mesmo sob outra perspectiva. O submundo do crime agora lhe parecia “estreito” e “limitado” e não tinha nada a acrescentar ao novo sujeito que se formava. É indispensável perceber a mudança interna que se desenhava conforme a paixão pelos livros e as próprias leituras avançavam: o protagonista já era um indivíduo diferente, a partir do vislumbre de outros países, outras culturas e novas relações com a vida que os livros proporcionaram.

As indagações e reflexões se tornaram constantes a partir do momento em que o protagonista passou a construir para si uma visão do mundo particular: “Logo já estava indagando o que eu era, quem era, por que era, por que realmente estava preso. Tornei-me um feixe de perguntas cujas respostas procurava”. Essas perguntas não tinham relação somente

com ele mesmo, mas também com o espaço que o cercava e com o que acontecia nele: “e eu estava pensando sobre tudo, cada fato: cada movimento era razão para reflexões, ponderações”. Pode-se afirmar, com base nesses trechos, que ocorreu no narrador uma convulsão de pensamentos próprios que o faziam questionar o universo no qual ele estava inserido, as metas que pretendia alcançar e sua personalidade. Neste momento, é visível a aderência do narrador a um mundo diferente do que ele estava acostumado, à medida que aquele espaço já sugeria no protagonista dúvidas e angústias próprias de quem conseguia enxergar a situação e o cenário de fora, externamente, se colocando distante daquele mundo: “Não me interessava pelo que importava na prisão”.

Seus costumes, deste ponto em diante, passaram a ser outros: ele não andava armado, não participava das atividades da prisão, não usava drogas e não pertencia a nenhum grupo formado lá dentro. Seus únicos companheiros, os livros, permitiam a ele uma posição de observador da dinâmica que acontecia dentro do cárcere, o que suscitava a sua exclusão quase total daquele espaço: “Vivia às voltas com livros. Sem tempo para o que não me parecesse essencial”. Ao mesmo tempo, os livros foram capazes de transformar o narrador internamente, transmutando-o em um sujeito mais humano, que compreendia e sentia empatia pelos companheiros e por seu sofrimento: “Aprendera a respeitar o sofrimento de cada um”.

Este novo indivíduo que se formava estava mais civilizado e substituiu o movimento constante e o perigo frequente da cadeia pelo anonimato, que permitia sossego para realizar suas leituras e apreender o que delas extraía. É interessante observar que o próprio Mendes conseguia perceber as mudanças que sofria, mesmo que não as compreendesse inteira ou conscientemente ainda: “Eu estava me modificando muito, e muito rapidamente”. Aos poucos, o indivíduo que o leitor conhece desde o início de *Memórias de um sobrevivente* vai se transformando em alguém novo e diferente, ampliando seus horizontes e modificando-se, interna e externamente⁷⁴. O leitor acompanha esse processo e precisa adaptar-se à nova maneira de narrar e pensar do protagonista, que a partir desse momento passa a refletir sobre tudo que o cerca, carregando seu texto de considerações subjetivas e diretas. Dessa forma, pode-se considerar a literatura como um fator de fundamental importância e até mesmo definidor dentro do processo de humanização do sujeito dessas narrativas, entendendo a humanização como o processo que dá ao homem capacidade de exercer o exercício da reflexão, bem como abre oportunidades para a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento

⁷⁴ “Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar” (CANDIDO, 2002, p. 84).

das emoções, o pensar sobre os problemas da vida e a percepção acerca da complexidade que envolve o mundo e os homens que nele convivem⁷⁵. Neste ponto, a discussão se volta mais uma vez para as funções da literatura definidas por Candido (2002), mais precisamente para a função humanizadora do texto literário⁷⁶: a literatura, neste sentido, é um instrumento de educação e instrução, mas também de formação do homem, que confirma e desenvolve no homem a humanidade, de maneira efetiva, à medida que o torna mais propenso e aberto para a natureza, a sociedade e seu próprio semelhante⁷⁷.

Ao longo de suas memórias, portanto, o narrador delineia um percurso segundo o qual se construiu sua relação com os livros, que permitiram a ele acumular um capital cultural mais rico e diverso daquele propiciado pelos ambientes que já havia conhecido durante sua vida em casa, nas ruas e na prisão. Esse conhecimento, ao mesmo tempo que o desorientou e o conduziu para um processo de distanciamento do espaço prisional e dos companheiros que ali se encontravam, foi o responsável por orientá-lo ao encontro de leituras mais profundas e complexas, que possibilitaram ao protagonista novas oportunidades, como a sua entrada na universidade.

É importante perceber, contudo, que essa trajetória entre o ambiente carcerário e os conhecimentos que a leitura permitiu, bem como a passagem para o cenário acadêmico, não se deu de modo fácil para o narrador: conforme ia avançando em suas leituras, o narrador se sentia mais desafiado a decifrar aquilo que considerava complexo, chegando ao ponto de buscar uma compreensão no diálogo com os companheiros que, até certo ponto, nutriam os mesmos interesses que ele, o que era a minoria dentro da prisão⁷⁸.

Por conta do grau de instrução mínimo a que o narrador teve acesso, bem como das precárias condições que o protagonista enfrentou durante toda sua vida, seu relacionamento com os livros e com os saberes que eles passavam tornou-se um desafio a ser encarado. Esse caráter desafiador da tarefa, no entanto, não desmotivava o narrador a seguir sua missão de compreender aqueles livros; pelo contrário, apenas o incentivava mais a apreender o quanto fosse possível daquilo que lhe estava sendo ofertado. Essa persistência do protagonista é perceptível nos excertos abaixo:

⁷⁵ CANDIDO, 2011, p. 180.

⁷⁶ CANDIDO, 2002, p. 81.

⁷⁷ “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CANDIDO, 2011, p. 180).

⁷⁸ “À medida que Mendes tornava mais estreita a sua relação com a leitura, sentia-se mais e mais desafiado com os livros que considerava “complexos”, e tentava entendê-los na interação com outros colegas que também os tivessem lido, considerando-se inferior em relação a seus interlocutores, os companheiros de pavilhão, Henrique e Franco” (SALES, 2009, p. 49).

Filosofia era algo extremamente difícil para mim pela minha falta de bases culturais. Os raciocínios eram muito complicados e técnicos demais para meus poucos conhecimentos. Mas, com a ajuda da professora e de meus amigos da Penitenciária, comecei a me desenvolver nesse campo, vagarosamente. E me apaixonei. Era uma luta fantástica contra meus limites quando pegava um texto filosófico para estudar. Apanhei e sofri muito para assimilar o que seria e para que servia, em termos de aplicação, a teoria do conhecimento e a teoria do ser. Aquilo era abstrato demais para minha cabeça pragmática. (MENDES, 2009, p. 405)

O pior de tudo era que, logo depois de ficar convencidos das ideias e vida de algum filósofo (eu era altamente influenciável), estudava outro com ideias diametralmente opostas. Entrava em conflito, não sabia qual a posição mais coerente e não possuía a balança do bom-senso para poder dimensionar com correção. Rapidamente, tive dificuldades para estabelecer uma ideia própria. Acumulava conhecimentos e não extraía deles uma visão pessoal do mundo. (MENDES, 2009, p. 406)

Lutei muito com as matérias para poder fazer um teste razoável [vestibular]. [...] Aqueles conhecimentos todos eram fundamentais. Mas eram um saco. Insuportáveis. Vivi momentos difíceis tentando memorizá-los, sem conseguir. Sofri demais, e me achava burro, estúpido. Aprendia hoje para esquecer amanhã. Inúmeras vezes minha autoestima foi a zero. (MENDES, 2005, p. 11)

Hoje sei que algo que me motivava profundamente em meus estudos era também a dificuldade de penetrar no pensamento dos grandes sábios e de assimilá-lo. Sua imensa complexidade me fascinava. Era desafio. Sempre adorei ser desafiado, porque minha vontade tornava-se poderosa, colocando meus desejos periféricos como secundários, até desimportantes. Ficava altamente receptivo e reunia forças desconhecidas para vencer o desafio. (MENDES, 2009, p. 406)

É interessante observar que o próprio narrador consegue reconhecer as falhas em suas bases culturais e educacionais, e com isso credita parte da dificuldade em adquirir novos conhecimentos e compreender suas leituras a elas. Foi a partir de sua persistência e do apoio daqueles que acreditavam nele que o protagonista conseguiu, com muito custo, apreender os saberes que lhe estavam sendo oferecidos a partir daqueles livros, em sua maioria filosóficos. No entanto, sua luta não era apenas para compreender o que estava escrito naquelas páginas, mas para entender de que maneira aquelas teorias se aplicavam na prática. A vida do narrador foi sempre extremamente pragmática, como ele mesmo afirma, e os conhecimentos abstratos que os livros pareciam conter não eram parte da rotina da personagem principal.

As dificuldades de assimilação desses conhecimentos, principalmente daqueles necessários para sua entrada na instituição de ensino superior, afetavam diretamente sua visão sobre si mesmo, a autoestima que ele já havia construído para si. Para mudar esse cenário e apreender, enfim, os conhecimentos que precisava, a solução encontrada pelo protagonista foi a de aproximar o máximo possível esse processo de aprendizagem de sua vida pregressa, daquilo que ele já conhecia: a maneira de fazer isso era encarar as leituras e a tarefa de assimilá-las como um desafio, que sempre o fascinou e que aguça sua vontade de lutar e concluir a

missão que lhe é proposta. Além disso, seus interlocutores foram extremamente necessários para o sucesso da assimilação dos conhecimentos recém-adquiridos, e o narrador admite isso. Essas vozes que o auxiliam são a exemplificação de uma última etapa reconhecida por Pompougnac (1997) para demarcar definitivamente a inversão da trajetória cultural do leitor e sua passagem para um novo cenário social: a da legitimação, responsável pela certificação das leituras empreendidas e pela continuação do processo de aprendizagem. O protagonista sentia-se inseguro com relação às suas próprias interpretações daquilo que lia e buscava afirmação e certeza em representantes legítimos do mundo dos leitores, dos quais ele poderia receber a “chave” definitiva para ser considerado um participante efetivo desse espaço cultural.

A entrada nesse novo espaço social fez com que o narrador reconhecesse a necessidade de uma reestruturação de suas próprias bases culturais: os conhecimentos que já possuía se tornavam ultrapassados e nada úteis no novo universo do qual desejava participar ativamente e precisavam, portanto, ser substituídos, como destaca o trecho a seguir:

O que acontecia comigo era simples. Possuía um conhecimento do mundo, ao aprender a ler e assim entender melhor esse mundo, tal conhecimento não se sustentava. Só me restava fazer uma releitura e reinterpretar esse mundo. Simples. (MENDES, 2009, p. 400)

Seus objetivos agora eram outros: “Eu queria ser respeitado e conhecido como uma pessoa culta e sábia. O que eu queria mesmo era impressionar os outros. E aprender cultura era o único meio viável de atingir meus anseios. Nada me parecia mais lógico” (MENDES, 2009, p. 407). É claro que a personalidade insegura que precisava da aprovação dos indivíduos que o rodeavam ainda era parte do narrador, mas o fato é que o protagonista já não se contentava com a posição de criminoso que já havia conquistado: ele queria mais, queria ser respeitado dentro de um cenário social cujo acesso lhe fora negado ou impossível até aquele momento. Os livros representaram não apenas o abrir definitivo de olhos do narrador para a necessidade de uma mudança em sua vida, mas também a abertura para esse mundo cultural tão diverso e distante, conforme destaca o narrador no fragmento transcrito abaixo:

O crime, a malandragem, a ideia que perseguira desde a infância, de ser bandido, malandro, foram se afastando do meu foco de visão. Agora aquilo era muito pouco para mim, diante dos horizontes que divisava. A cultura, o aprendizado, levavam-me a fazer uma releitura do mundo. Havia um lado melhor, e eu queria pertencer a ele. Claro, a cultura do crime que assimilara desde a adolescência ainda era, de certa forma, dominante em mim, mesmo que então não conseguisse perceber. Estava no meu sangue, nos meus ossos, demoraria a vida toda para conseguir um certo equilíbrio com a cultura social. (MENDES, 2009, p. 407)

Vale destacar a consciência de si mesmo que os livros conseguiram fazer despertar no narrador. A partir de suas experiências literárias, o protagonista pode, enfim, fazer um balanço sobre sua vida pregressa e delimitar objetivos e métodos para alcançá-los no futuro. A expansão de seus horizontes culturais trouxe consigo a crença firme e precisa de que a vida criminosa já não era mais o grande sinônimo de sucesso para Mendes. O desejo agora era pertencer ao mundo que ele foi capaz de vislumbrar a partir dos livros, isto é, o mundo letrado, culto e no qual as oportunidades iriam surgir mais facilmente. Os livros permitiram ao narrador conhecer outra cultura e, assim, reestruturar sua própria visão do mundo partindo desses novos conhecimentos.

Entretanto, cabe ressaltar a internalização dos valores adquiridos ao longo de seus dias como criminoso: a convivência nesse universo, as atitudes que precisou tomar para sobreviver dentro desse ambiente hostil, a própria cultura das prisões que frequentou e do crime em si eram tão fortes dentro do protagonista que, segundo ele, mesmo depois de ter acesso ao “outro lado” da vida, ela ainda era dominante dentro de si e abalava o equilíbrio que ele pretendia conseguir com a nova sociedade que conheceu através dos saberes recém-adquiridos. É válido ainda observar que essa consciência do quanto a cultura criminosa estava arraigada em si só foi possível depois que o próprio narrador teceu reflexões sobre seus atos e suas experiências até então.

A leitura foi o início de sua entrada num âmbito melhor e mais legitimado socialmente: o do saber culto. Os livros também propiciaram ao narrador conhecimento suficiente para criar suas próprias produções literárias e é a partir dessa vontade, aliada ao já adquirido hábito e paixão pela literatura, que a escrita entrou na vida do protagonista. Além disso, a consciência que o narrador criou de si mesmo, a partir das reflexões propostas pelos livros que lia, acabou por tirá-lo do eixo cômodo ao qual ele já se acostumara, o que acarretou um verdadeiro conflito interno: uma personalidade que havia sido moldada ao longo de toda a vida do protagonista, a partir das condições dos ambientes que frequentava e das escolhas que ele mesmo fazia, e um caráter completamente novo, que estava ainda se formando e que desejava participar do mundo além das grades, com todas as oportunidades e facilidades que ele poderia lhe proporcionar. Essa verdadeira guerra interna é descrita pelo narrador nos trechos que seguem:

Na cela individual, com tempo para refletir, aos poucos minha mente começou a entrar em parafuso. Eu passara cinco anos fugindo. Agora, confrontado pela realidade, não era fácil assumir a cagada que fizera. No tambor das lembranças, as palavras disparavam irreversíveis. Eu sentia muito medo de ser incontrolável, irracional. Medo de que me dominar estivesse além de minhas possibilidades. Eu era alguém guiado por impulsos emocionais. Devagar, sem perceber, fui me calando e fechando numa ratoeira. (MENDES, 2005, p. 236)

Ficou absolutamente claro. Eu poderia ter resistido. Sim, eu tinha forças e apoios que me davam base para ultrapassar as barreiras. Era dotado de todas as condições e capacidades para vencer. Mesmo sem Isa. Quem sabe até melhor sem ela. Poderia me dedicar a um novo amor, Gisela, por exemplo, e ser feliz. O que eu fizera fora loucura. Sentia-me um idiota. Florentino, que eu considerava um alienado, um estúpido, se formara e estava bem. O arrependimento chegou devastador. (MENDES, 2005, p. 237)

A cultura criminoso ainda era extremamente forte dentro do narrador; e foi ela quem venceu quando o protagonista precisou escolher entre continuar na universidade, garantindo seu futuro, ou voltar para os crimes. Depois de colocar em risco sua liberdade, mais uma vez, e a partir do instinto reflexivo aguçado pelas leituras que já fizera, com tempo para questionar suas atitudes (visto estar novamente preso), Mendes se vê arrependido e começa a julgar suas próprias escolhas: “Ficou absolutamente claro. Eu poderia ter resistido”.

Por mais doloroso que fosse admitir, o protagonista já tinha bases suficientes para compreender sua condição e o quanto ela o afetava. Sabia que os impulsos emocionais, ocasionados principalmente pela desistência de Isa da relação que os dois mantinham, poderiam levá-lo a cometer atos dos quais, mais tarde, não se orgulharia. Prova disso era que se encontrava encarcerado uma vez mais, sem possibilidade de saída. O que mais pesava para o narrador, como pode ser percebido no segundo trecho, era comparar-se ao companheiro que havia sido admitido na universidade ao mesmo tempo que ele: formado, Florentino agora tinha uma boa vida. Com um tom culpado, o narrador demonstra todo seu arrependimento por não ter seguido os passos do sujeito, por não ter resistido à tentação do crime: “O que eu fizera fora loucura. Sentia-me um idiota”.

O processo de reflexão acerca de suas próprias experiências conduziu o narrador a uma conclusão sobre seus atos, sobre sua vida, observada no discurso que segue do protagonista:

Comecei a ver minha vida como uma série de consequências. As causas, eu não percebia. Quando dava por mim, já estava nas consequências. A verdade que devia ser assumida: eu não tinha controle sobre minha existência. Vivia uma roda-viva, cujas consequências desencadeavam causas que geravam outras consequências. E eu, no meio, em espaços reduzidos, travado. Lutando, lutando para boiar na tábua escorregadia do meu presente. Passado movediço, futuro ignorado. (MENDES, 2005, p. 237)

O narrador percebe que não é capaz de controlar a si próprio, o que reafirma a ideia de que sua existência e seus atos são movidos por impulsos que dependem de fatores diversos e incontroláveis. O exemplo da “roda-viva” é bastante perspicaz para representar a situação em que o protagonista define se encontrar: sua trajetória até agora foi marcada por uma movimentação inconstante e incessante; o protagonista foi jogado de espaço em espaço, sem

dar-se realmente conta de porquê ou o que o tinha levado ao resultado que alcançara. A inquietação era frequente ao longo de seu cotidiano e a necessidade de movimento é a prova disso. Incapaz de mudar seu passado, o narrador o compara a algo “movediço”, isto é, um elemento com força suficiente para engoli-lo e sufocá-lo, enquanto ele, de mãos atadas, apenas assistia às consequências que ainda se faziam sentir. Seu futuro, no entanto, é comparado com algo “ignorado”, o que apenas reforça o quanto o protagonista foi inconsequente até o momento em que escreve a narrativa, a ponto de não pensar nas possíveis resoluções que suas ações poderiam ter e, assim, fazer de seu futuro imprevisível.

A escrita apareceu na vida do protagonista como uma maneira de tornar possível de delimitação esse processo de movimento incessante que caracteriza sua vida, ponto destacado pelo narrador no excerto abaixo:

Eu queria tornar compreensível à razão esse processo. Refletia, vasculhava e me perdia em pensamentos capilares. Busquei, com unhas e dentes, um método. Durante o tempo em que estudei, o melhor método para apreender fora a escrita. Eu escrevia tudo o que entendia e assim assimilava definitivamente. A ideia de escrever minha vida foi automática. Escrever para mim mesmo, para ninguém mais. Sem receio de ser punido ou censurado. Precisava entender o que havia acontecido. Era isso. Iria escrever minha história para me conhecer. (MENDES, 2005, p. 237)

O narrador pretendia organizar sua história de vida, a partir da escrita, o que reforça a metáfora proposta por Candido (2011)⁷⁹, na qual a estrutura do texto é comparada a tijolos, capazes de ordenar a matéria e, por consequência, ordenar a mente de que escreve. Assim, através da escrita, o narrador é também capaz de organizar seus próprios sentimentos com relação a sua trajetória de vida e à visão de mundo que se origina dela. Partindo do método mais efetivo no que se relacionava aos estudos e buscando uma forma de linearizar sua trajetória até então a fim de torná-la compreensível em sua mente, para que pudesse, então, refletir e questionar-se sobre ela, o narrador tem a ideia de colocar no papel sua própria história, visto que seu pensamento, agora, estava condicionado a apreender melhor aquilo que via escrito a sua frente.

O protagonista ressalta, porém, que essa escrita serviria apenas para ele mesmo, para ninguém mais que pudesse, de alguma maneira, julgar seus atos ou censurar suas escolhas. Nesse momento, a escrita aparece, mais do que como uma forma de organização do pensamento e do percurso percorrido pelo narrador, como uma maneira de autoconhecer-se, de se relacionar

⁷⁹ CANDIDO, 2011, p. 177.

consigo mesmo e fazer as pazes com seu sujeito interior, para que então fosse possível à personagem principal seguir em frente sem arrependimentos, incertezas ou inseguranças relacionadas ao indivíduo que havia se tornado, à sua própria identidade. A necessidade do autoconhecimento que é própria do sujeito destas memórias reafirma o pressuposto de Lemos (2009)⁸⁰ ao postular a importância da autobiografia para os detentos: é ela que possibilita a este indivíduo se autoconhecer a partir de “outro lugar” ou do “outro” no qual se transformou. Dessa forma, o retorno ao passado torna-se fundamental e indispensável no processo existencial desses sujeitos: “Nos últimos quatro meses, revivi este livro todinho, página por página, palavra por palavra. Foi uma viagem muito difícil. [...] Doeu, doeu fundo, mas eu precisava mergulhar naquilo de novo” (MENDES, 2009, p. 412-413).

O narrador conta com detalhes o processo de escrita e o quanto ele foi necessário para que ele pudesse conhecer a si mesmo e conscientizar-se sobre as causas e os resultados de seus atos. Desde a infância e o relacionamento conturbado com o pai, passando pela adolescência e todas as sensações que ela trouxe consigo e chegando, enfim, à fase adulta, cujo maior período foi passado dentro das prisões, atrás das grades. É interessante perceber que, mesmo sendo sua própria história que estava sendo ali narrada, o protagonista se surpreende com os sentimentos que vêm à tona no momento da escrita: era como se ele se tornasse um observador distante de sua trajetória, que era capaz de sofrer e reviver aquilo que escrevia. As sensações despertadas pelo processo de escritura são descritas ao longo de várias passagens pelo narrador, como estas que foram selecionadas abaixo:

Fui escrevendo e me surpreendendo comigo. Não tinha a mínima consciência do que eu fora. Via-me na figura daquele menino e me desconhecia. Às vezes ele era eu mesmo, e chorava me descrevendo, com profunda piedade daquele garoto. (MENDES, 2005, p. 238)

O desespero me tomou. A vida escorria mais do que duramente. Cada linha foi extraída como que com as unhas, de grossas paredes. Parei muitas vezes. Ficava dias sem escrever. Em recuperação. Quando me sentia forte, retomava. A história foi se desenrolando. [...] Foram cinco meses mergulhado no meu passado. Sofrendo, vivenciando tudo com intensidade. No fim, a conclusão de que, diante de tanto sofrimento e perigo, o fato de eu ter sobrevivido e ainda estar lúcido, sensível e consciente era quase um milagre. Sem dúvida, eu tinha uma proteção. Era Deus, era não-sei-quê. Alguma coisa, além do físico, que me amava e que, a despeito de mim mesmo, me levava sempre para a frente. Logicamente seria impossível que eu houvesse escapado tantas vezes. (MENDES, 2005, p. 239-240)

⁸⁰ “A autobiografia, para estes detentos, exerce uma importante função de autoconhecimento a partir de ‘outro lugar’ ou do ‘outro’ que se tornou. A transformação efetuada pela leitura, pelo conhecimento de outros mundos e outras possibilidades de vida é profundamente marcada pelo desejo de se conhecer e compreender a complexa vida passada, geralmente envolta num véu turvo de sentimentos, traumas e emoções indecifráveis. O retorno ao passado, às experiências vividas, revisitadas com um novo olhar, torna-se essencial como um desejo quase intuitivo no processo existencial destes sujeitos” (LEMOS, 2009, p. 65).

O momento da escrita foi, também, o instante em que o próprio narrador tomou consciência de quantas vezes havia chegado ao limite e conseguido escapar das consequências mais radicais dessas situações. Depois de tanto tempo e de todas as mudanças que ocorreram interna e externamente, o protagonista não se reconhecia mais naquela personagem que criara e saltava para fora das páginas: “Via-me na figura daquele menino e me desconhecia”. Sua história despertou a piedade daquele autor, que já não era o mesmo sujeito protagonista das memórias que escrevia. A partir dessa constatação, é possível afirmar que as instâncias de personagem e autor começam a se separar já no momento da escrita, quando não há mais uma identificação do autor consigo mesmo dentro do relato. Ao mesmo tempo, a consciência sobre sua própria vida trouxe desespero e angústia ao narrador.

A dificuldade de escrever aquelas páginas é perceptível e vivenciada com bastante intensidade pelo protagonista. A metáfora utilizada (“Cada linha foi extraída como que com as unhas, de grossas paredes”) dá a noção mais ou menos exata do sofrimento e dor que tomaram o narrador ao lembrar os episódios relatados nas memórias. As frases curtas remetem o leitor a essa dificuldade e representam a angústia enfrentada pelo narrador ao longo da escrita. A importância da escrita e a relevância que ela tem para o protagonista é descrita logo nos trechos que seguem à narração desse processo de composição de suas memórias, transcritos abaixo, e reitera o postulado de Palmeira (2011) ao afirmar que, “na construção de suas narrativas, esses escritores procuram evidenciar a importância que teve a escrita durante a estada na instituição penal” (p. 77).

Aprendi algumas coisas sobre mim. Principalmente percebi que me tornei mais humano. Os sofrimentos podem causar diversas reações e consequências. Reagimos diferentemente, cada um à sua maneira. Mesmo dentro de nós mesmos; reagimos hoje de um modo, e, amanhã, diante o mesmo sofrimento, será de outro modo que nos manifestaremos. (MENDES, 2009, p. 413)

Por outro lado, foi maravilhoso [a escrita do livro], porque pude perceber que, por mais que eu mesmo, burro, idiota, jogasse pelo ralo todas as oportunidades que a vida me ofereceu para me reerguer, elas continuaram a surgir, como que do nada. [...] Isso me fez confiar na vida e saber que há algo, sei lá o quê, ou quem, que deve nos querer bem, apesar de nós mesmos, e que nos ajuda, sei lá como. (MENDES, 2009, p. 415)

A escrita foi responsável não apenas pela consciência do narrador sobre si mesmo, mas também por dar a ele maiores motivos para confiar na vida, confiança essa que havia perdido ao longo de sua caminhada. O protagonista, mais uma vez, se refere a alguém que cuida dele, independentemente de suas escolhas e atitudes erradas, e reafirma o quanto foi “maravilhoso, mesmo que doloroso” lembrar e colocar no papel as memórias de sua trajetória, porque esse

ato possibilitou a ele aprender algumas coisas sobre si mesmo, fato que não seria possível sem essa rememoração e consequente escrita.

Novamente, a relevância da escrita para o sujeito, neste caso, é relacionada à oportunidade do autoconhecimento, do reconhecimento de si mesmo e de suas falhas, fato que permite uma transformação no sujeito, que o diferencia do espaço carcerário e da maioria dos indivíduos que ali residem. A escrita torna-se tão fundamental na vida do narrador que, por várias vezes, ele repete que sua intenção é levá-la consigo pelo restante de seus dias, mesmo depois de alcançar sua liberdade: “Particularmente, recomecei a escrever em setembro e não parei mais. Não sei quantos contos já criei” (MENDES, 2009, p. 412); “No final deste livro, o que mais posso dizer? Que não vou parar de escrever; acho que deve ter ficado claro que não vou mesmo, por mais que em nada resulte” (MENDES, 2009, p. 416).

Vale reiterar, uma vez mais, que são esses processos de leitura e escrita, que permitem ao narrador dessas memórias não apenas acessar outros ambientes, mas também modificar suas perspectivas de vida, expandindo suas possibilidades e encontrando outras razões suficientes, diferentes da vida criminosa, para superar a caminhada árdua até aquele momento. Além de serem um passatempo indispensável durante o tempo em que o protagonista esteve atrás das grades, encarcerado, a leitura e a escrita transfiguram-se também em uma maneira de redenção social e pessoal, à medida que permitem a conscientização do narrador sobre seus tropeços, erros e equívocos, ao mesmo tempo que dão a ele a responsabilidade de transmitir o conhecimento adquirido, capaz de transformar outras vivências: “Não recomendo a ninguém o caminho das pedras que segui. Até muito pelo contrário” (MENDES, 2009, p. 414). A partir da escrita e da leitura surge, assim, um outro sujeito, consciente sobre si mesmo e suas próprias capacidades, mas, principalmente, confiante e otimista: “Principalmente preciso dizer que ainda estou na luta, que ainda quero ser feliz e, mesmo que não seja, jamais me conformaria com menos. Vou morrer tentando” (MENDES, 2009, p. 416).

A escrita das memórias, portanto, não foi pensada pelo autor, primeiramente, como uma possibilidade de publicação. A colocação desse relato no papel serviu de base para as reflexões do narrador sobre si mesmo e o autoconhecimento que ele alcançou a partir desse processo. Levando em consideração, no entanto, a posterior edição dessas memórias para o público em geral, pode-se afirmar que elas correspondem a um documento histórico também, no sentido de que trazem em si um panorama político-cultural bastante preciso da época em que ocorreram os episódios narrados ao longo das memórias. É este cenário que se desenha ao longo de ambas

as narrativas selecionadas como *corpus* dessa pesquisa que será objeto de análise do próximo capítulo desse estudo.

4 SUJEITO E HISTÓRIA: O PANORAMA POLÍTICO NAS OBRAS DE MENDES

4.1 LITERATURA E HISTÓRIA: INTERSECÇÕES

Antes de adentrar na análise propriamente dita acerca do panorama político que é desenhado ao longo das narrativas de Luiz Alberto Mendes, vale enfatizar alguns pressupostos acerca da relação que se estabelece entre História e Literatura, visto que essas duas áreas do conhecimento se interligam formando um recurso do qual o narrador se utiliza para contar sua história. Essa história, em certo sentido, corresponde à trajetória política e cultura do país nos períodos retratados em ambas as obras do autor.

De acordo com Sena Junior (2010), a produção historiográfica mais recente vem passando por uma reestruturação constante. Dessa maneira, a partir das mudanças no modo de se pensar a história, surge a necessidade de incorporação de novas possibilidades de adentrar e compreender o universo sociocultural de determinado espaço e tempo. A literatura chega, assim, como uma dessas novas “fontes” possíveis para o fornecimento de informações relevantes na construção da historiografia da sociedade de dado período. Cabe destacar, nesse momento da discussão, que os conceitos mobilizados neste tópico correspondem ao campo da História Cultural, entendida por Sena Junior (2010) como a corrente de produção do âmbito histórico que abre possibilidades mais concretas para a incorporação de novas formas de conhecimento.

A corrente da História Cultural nasce como uma maneira de contraposição à produção historiográfica considerada tradicional e tem por principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1994, p. 16-17). Desse modo, é possível afirmar que é a partir dos avanços da História Cultural que as mudanças nos paradigmas da historiografia, tal como já são internalizados como convenções, acontecem, com a incorporação definitiva de novas fontes e elementos (principalmente os culturais) nas produções deste campo⁸¹.

A cultura surge como um elemento fundamental e indispensável para reconstituir os grupos sociais de uma determinada época e seus modos de vida e visão do mundo. Vale ressaltar que os conceitos que mais habitualmente se acoplam a essa noção de cultura dentro da História Cultural são os de “linguagem” (ou comunicação), de “representações” e “práticas” (tanto as discursivas quanto as não-discursivas). Por isso é que a nova corrente historiográfica se

⁸¹ “Nos últimos dez anos foram essas certezas, longa e amplamente partilhadas, que foram abaladas. De um lado, sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares” (CHARTIER, 1994, p. 98).

interessa pelos sujeitos como produtores e receptores de cultura, o que dá abertura tanto para a função social dos “intelectuais” de todo tipo quanto para o público receptor, isto é, os leitores comuns.

O grande avanço trazido pela área da História Cultural é a demonstração de que toda história é sempre constituída através de fórmulas que remetem à produção das narrativas. Assim sendo, os aspectos sociais, culturais e políticos com quem os historiadores lidam são tratados quase como personagens dentro das narrativas⁸².

Dessa maneira, o principal objeto de estudo da História Cultural é, antes de tudo, o sujeito participante da sociedade a ser estudada e compreendida. É ele a porta de entrada para se apreender e entender valores, costumes, hábitos e características de um determinado espaço e tempo. Ressalta-se que essa noção de sujeito se emprega para qualquer indivíduo que se encontre inserido naquela sociedade, exercendo aquelas práticas culturais. Nesse sentido, pode-se perceber a tomada da análise cultural como método para a historiografia a partir da perspectiva de sintoma: incluído nessa nova tendência, está a saturação acerca de uma história carregada de estruturas, hierarquias, modelos de produção, sistemas, enfim, uma história sem sujeito, totalmente impessoal e objetiva.

Em resumo, a abordagem adotada pela História Cultural transformou-se na principal fronteira dos estudos históricos atuais, à medida que não exige entradas privilegiadas ou conhecimentos prévios para o estudo de determinadas culturas. O que se busca a partir do surgimento dessa área de conhecimento é o indivíduo considerado comum, suas produções culturais e suas diversas formas de sociabilidade. Neste universo complexo que acabou por surgir com a História Cultural, a literatura fixou-se como uma fonte altamente produtiva, à medida que permitiu aos pesquisadores considerar novas maneiras de pensar a história, ao mesmo tempo em que possibilitou o questionamento dos antigos padrões e verdades pré-estabelecidos. É preciso ressaltar, porém, que a incorporação do âmbito literário dentro do campo da história não se deu de forma totalmente unânime e pacífica entre os estudiosos. Isso se deve, principalmente, às dúvidas levantadas com relação à validade e à legitimidade da literatura como fonte histórica empírica e irrepreensível.

Esses questionamentos estão ligados ao fato de que a literatura foi, por muito tempo, considerada como uma produção na qual os elementos fantasiosos advindos da imaginação do autor predominavam: os materiais surgidos desse processo eram, portanto, fictícios. Como

⁸² “As entidades com que os historiadores lidam (sociedade, classes, mentalidade etc.) são ‘quase personagens’, dotadas implicitamente das propriedades dos heróis singulares ou dos indivíduos ordinários que compõem as coletividades que essas categorias abstratas designam” (SENA JUNIOR, 2010, p. 3).

destaca Sena Junior (2010), no entanto, é impossível negar que qualquer produção literária mantém fortes relações com o espaço, o tempo e as condições socioculturais nas quais é construída. Assim sendo, a ficcionalidade não é o único aspecto a ser considerado dentro de uma obra literária, no sentido de que todas elas guardam em seu bojo características ou aspectos do contexto em que são produzidas e essas ligações influenciam diretamente na composição do material.

Torna-se importante destacar que “a produção da obra literária está associada ao seu tempo, refletindo em suas narrativas *angústias* e *sonhos* de agentes sociais contemporâneos à sua criação” (SENA JUNIOR, 2010, p. 5, grifo do autor), dessa forma mesclando os elementos ficcionais utilizados como recurso na construção dessas obras e as possíveis realidades existentes no momento da criação literária. Assim, a obra literária constitui-se como parte do mundo e das criações humanas, alcançando o estatuto de relato representativo de um determinado contexto histórico, social e político. A literatura passa, então, a fornecer uma perspectiva da “história real” através dos olhos de um observador privilegiado, isto é, um participante de dado período histórico.

Cabe, ainda, lembrar que a literatura é uma das instâncias responsáveis por dar oportunidade de fala àqueles cuja história oficial não quer ouvir: minorias marginalizadas que são ocultas ou excluídas quase totalmente das produções consideradas importantes e dignas de leitura e valorização. Por isso, mesmo sem a intenção explícita de “fazer história”, o escritor reúne em sua obra elementos suficientes para “dizer a história” em que se insere⁸³. Para Sevcenko, o estudo da literatura traz à tona a possibilidade de análise do passado por meio da fala daqueles que não são considerados ajustados socialmente. Permite, com isso, o conhecimento de uma nova realidade, diferente da já sacralizada pelos vencedores, isto é, àqueles a quem é dado o direito da palavra para contar sua versão da história. Existe ainda, porém, uma certa hesitação em colocar a literatura como um material possível para se chegar à história, por conta da oposição entre o que é considerado história verídica e a ficção, matéria-prima principal do fazer literário. A partir da abolição do estudo das técnicas ficcionais de representação, tornou-se uma convenção, pelo menos entre os historiadores, identificar a verdade como fato passível de comprovação por meio da história e considerar a ficção como o contrário dessa verdade. Nessa perspectiva, a história seria, portanto, oposta à ficção, postulado que ignora completamente a noção de representação. Essa noção passa, então, a ser fundamental

⁸³ “[...] a literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 2003, p. 30).

para se compreender a aproximação entre história e literatura, uma vez que é a literatura pertencente a este campo.

Levando em conta essas constatações, é possível perceber que a literatura como fonte tem o papel principal de fornecer informações e subsídios suficientes para a construção de uma versão diferente da verdade dos fatos. Assim sendo, todo testemunho histórico traz implícito a si significações que só serão entendidas como um todo quando analisadas em sua relação com o contexto espaço-temporal no qual foi produzido. Essa análise tem como resultado principal a revelação das lutas, das reivindicações, da realidade de sujeitos que a vitória de um determinado “projeto de cultura” manteve presa a uma determinada posição social, no seio de um grupo oculto e marginalizado. Com isso, é correto afirmar que a matéria social e histórica é a base para toda produção literária, por mais ficcional que ela seja, e é possível observar e reconhecer dentro dessas produções muito do que condicionou-se chamar de “realidade”.

Com a inclusão da literatura dentro da história, amplia-se a possibilidade do acontecimento histórico, à medida que as ações acontecem independentemente das vivências do sujeito histórico real ou das regras convencionadas socialmente, transmutando o campo literário em terreno fértil para dar vazão aos anseios e desejos mais íntimos dos indivíduos. A tomada da “verdade literária” como fato histórico pode ser legitimada se for levado em conta que a representação do imaginário social coletivo é tão “real” quanto os fatos em si. Mesmo que a história e a literatura ofereçam papéis diversos na construção de uma identidade, ambas podem ser encaradas como representações do mundo social no qual se inserem⁸⁴. Nesse sentido, Pesavento (2004) enfatiza que tanto a história quanto a literatura “são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro” (p. 80-81).

Vale destacar, no entanto, que, apesar de as semelhanças entre história e literatura serem muitas, ambas se diferenciam na medida em que a “invenção do passado” para a história tem o objetivo de alcançar a “verdade” que ele comporta, o que realmente aconteceu, enquanto que a literatura não nutre essa preocupação⁸⁵. Essa afirmação reforça o pensamento de Helena Bomeny (1990) quando postula que a história e a ficção se assemelham no sentido de serem as duas narrativas de eventos e ações, mas se distinguem no modo como captam essa representação

⁸⁴ “A ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a representação do mundo que comporta a forma narrativa” (PESAVENTO, 1995, p. 117).

⁸⁵ “A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. [...] O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção” (PESAVENTO, 2006, p. 22).

da realidade. Desse modo, é preciso levar em consideração que a fonte literária possui suas especificidades e particularidades e é a partir delas que deve ser interrogada e analisada, sob o risco de se comprometer o acesso a sua historicidade.

Sobre a necessidade de se considerarem as características particulares da literatura em sua análise, Le Goff (1976) destaca que “é nas profundezas do cotidiano que se capta o estilo de uma época” (p. 72) e que os documentos literários e artísticos se constituem fontes privilegiadas se pensadas como representação da realidade: nesse sentido, elas passam a fornecer um “retrato” representativo de um determinado espaço, tempo e grupo social, que irá servir como base para a análise, compreensão e interpretação de dada época. Ao se buscarem formas de representação de uma identidade social na literatura, portanto, deve-se entender que as “imagens” transpostas nos textos literários não se configuram nem como reflexo do real, nem como oposição a ele. Elas são representações historicamente construídas que colocam em campo forças capazes de definir o imaginário social a partir de sua relação com ele. Assim sendo, o que se deve ler dentro destas fontes literárias é a representação que elas comportam, buscando-se a compreensão de suas imagens e metáforas. A literatura permite, se analisada dessa forma, uma maior aproximação com os fragmentos do “real” de uma época determinada, podendo ser utilizada pelos historiadores e estudiosos para que seja possível o acesso à visão do mundo, aos costumes, aos comportamentos, às dúvidas e às certezas que emanam das páginas de obras literárias e das personagens que as povoam.

Portanto, o objetivo central de se tomar a literatura como fonte historiográfica é a procura pela sua historização, isto é, investigar não sua suposta independência em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa sua relação com uma determinada realidade social. Para os historiadores, a literatura se configura, enfim, como um testemunho histórico. A partir dessa definição, cabe ao estudioso analisar além do caráter manifestadamente ficcional de um texto literário: observa-se a necessidade de entender as características particulares de cada testemunho; desvendar aquilo que o sujeito que testemunha, mesmo sem a intenção de fazê-lo, revela; investigar as interpretações e leituras suscitadas pela intervenção do autor; enfim, é necessário buscar a chamada “lógica social” do texto.

Pode-se afirmar, assim, que as obras literárias mantêm um vínculo estreito com a história, da qual tiram a matéria-prima necessária para sua construção, que será apropriada esteticamente; ao mesmo tempo, a história, embora trabalhe com evidências da realidade, não pode eliminar de sua escrita o elemento da imaginação, visto que o produto de suas investigações é, na verdade, também uma interpretação de dados e informações aos quais o

historiador tem acesso⁸⁶. Dessa forma, a literatura constitui-se como fonte privilegiada também para o estudo da história, uma vez que é necessário buscar as diferentes representações que se podem encontrar sobre o real.

Inclui-se nessa necessidade o postulado de que os fatos em si não passam de versões sobre os fatos e sua descrição costuma envolver, em qualquer área de conhecimento, uma eminente e imediata interpretação, na qual muitas vezes estão inseridos preconceitos de classe, de raça, de gênero; até mesmo a linguagem utilizada para a descrição dos fatos, em grande parte dos casos, é altamente contaminada por ideologias, sendo politicamente comprometida⁸⁷.

Isto não significa, entretanto, colocar em equivalência história e ficção. Significa somente compreender que o produto final de ambas, ou seja, a historiografia sobre determinado episódio, período, sujeito ou espaço, é na verdade uma aproximação da realidade por meio da utilização de recursos diferentes, dentre os quais se destacam os narrativos. Cabe ressaltar também que não é possível igualar todas as narrativas: algumas delas constituirão aproximações mais precisas ou mais significativas de uma determinada realidade. No entanto, todas permanecem sob essa definição: aproximações. Nenhuma delas é capaz de esgotar essa realidade e todos os elementos que ela comporta; essas aproximações configuram-se como recortes de olhares de um observador privilegiado, lançados sobre determinados períodos. O que se pode apreender depois dessas constatações é que o ideal entre as narrativas histórica e literária não é que uma se curve diante da outra, mas que cooperem entre si, questionando-se e iluminando-se reciprocamente.

Ao longo da análise de *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, será efetuada a tentativa de aproximar essas duas instâncias, da história e da literatura, para que seja possível a compreensão e a identificação do panorama político e social desenhado durante as páginas de ambos os livros, à medida que a história do protagonista dessas memórias confunde-se, em muitos momentos, com a do próprio país em determinado período, ao mesmo tempo que denuncia e critica desigualdades, injustiças e abusos ocultos da história oficial. O próximo tópico será inteiramente dedicado à interpretação dessa relação.

⁸⁶ “O que o discurso histórico produz são interpretações de seja qual for a informação ou o conhecimento do passado de que o historiador dispõe. Essas interpretações podem assumir numerosas formas, estendendo-se da simples crônica ou lista de fatos até “filosofias da história” altamente abstratas, mas o que todas elas têm em comum é seu tratamento de um modo narrativo de representação como fundamental para que se perceba seus referentes como fenômenos distintivamente “históricos” (WHITE, 1994, p. 24).

⁸⁷ “[...] as verdades (já não é possível admitir o singular) estão sob camadas de interpretação” (DALCASTGNÈS, 2001, p. 485).

4.2 MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE E ÀS CEGAS: REALIDADE E FICÇÃO

Memórias de um sobrevivente e *Às cegas* são duas obras que se assemelham entre si por apresentarem a realidade de um sujeito marginalizado socialmente a partir de sua própria voz: ambas possuem como narrador um preso comum, condenado por crimes que vão contra o que é considerado legal pelas leis do país. Dessa forma, além de se aproximarem em definitivo da tendência da literatura carcerária (cujas principais características são o destaque dado ao indivíduo encarcerado e não digno de direitos, social e politicamente falando), o *corpus* desta pesquisa se alia à corrente da História Cultural, sob duas perspectivas: em primeiro lugar, por se contrapor à história considerada oficial, que exclui e oculta as vivências de sujeitos considerados desimportantes ou desvalorizados socialmente; em segundo lugar, por buscar a representação não apenas de uma realidade individual e particular do sujeito, mas de todo um determinado período e grupo social.

Pode-se afirmar, portanto, que independentemente do caráter ficcional inegável às obras e que faz parte de sua construção (visto serem ambas interpretações particulares de um indivíduo específico sobre dadas situações e realidade), o narrador se utiliza do contexto externo em que se insere para a composição final de suas obras, o que vai ao encontro da visão de Antonio Candido, que afirma que os problemas sociais e individuais (isto é, o panorama externo às obras) são também peças na composição de textos literários, sendo responsáveis por fazer a ligação entre esses discursos ditos ficcionais e o mundo no qual eles existem⁸⁸. Com isso, essas produções podem ser encaradas como documentos históricos, que guardam representações bastante precisas de eventos, espaços e práticas de determinado período de tempo⁸⁹. Antes de passar às análises de cada obra, cabe destacar que as memórias foram compostas em momento distintos da vida do narrador e, portanto, ilustram também diferentes épocas do país. Por conta desse fato, as análises de ambas serão realizadas em dois momentos, de forma separada.

A trajetória narrada em *Memórias de um sobrevivente* abrange um período de tempo que vai de 1960 a 1980. Pensando no país durante essa época, a primeira coisa que se identifica é o desenvolvimento do regime ditatorial que se instaurou a partir do golpe de 1964, perdurou até meados de 1984 e culminou com a extinção dos direitos políticos, dos partidos, da liberdade de pensamento e de expressão e o desaparecimento de vários sujeitos que, de alguma forma, eram considerados ameaças ao governo em curso. Portanto, a narrativa de Mendes acontece em

⁸⁸ CANDIDO, 2002.

⁸⁹ Defendida por Candido em texto intitulado *A literatura e a formação do homem*, advém a ideia de que a literatura se configura como “representação de uma dada realidade social e humana, que faculta maior inteligibilidade com relação a esta realidade” (2002, p. 86)

concomitância a esse espaço temporal tão emblemático na história do Brasil. Algumas passagens ao longo da obra trazem explícito esse contexto e servem de base para compreender o cenário político e social que se desenhava naquele período, como é o caso do fragmento abaixo:

Na época já se começava a sentir as garras do autoritarismo que caracterizaria a tomada do poder no golpe militar de 1964. Mas, para o povo, pouca coisa parecia haver mudado. O militar era acreditado, digno de crédito, era bom que o militar colocasse ordem na casa. Comunismo era palavrão. Comunista era alguém a ser combatido, visto pelo povo como uma espécie de monstro. Julgava-se que o militar não fosse corrupto, como era o político. Não se falava em golpe, e sim em revolução gloriosa. Para o povo, era algo bom. Nem se imaginava o que se fazia ou se maquinava por trás de portas fechadas. (MENDES, 2009, p. 113)

É interessante ver a forma como o povo era facilmente manipulado pelos militares. Isso, talvez, tenha contribuído de forma direta para o sucesso do golpe que deu origem ao período ditatorial brasileiro. Neste fragmento, pode-se já observar o tom crítico que vai envolver boa parte do relato do narrador, bem como o posicionamento do protagonista acerca do governo militar e suas decisões. Posicionamento este que se desenha como a visão de alguém inserido nas estruturas prisionais e, mais exatamente, alguém que sofre as consequências desse governo e de todas as medidas tomadas por ele, que visavam excluir, marginalizar e exterminar a parte da população da qual ele fazia parte.

Além do caráter sombrio, cruel e brutal desse período para os brasileiros e para a própria história do país, o período ditatorial trouxe consigo o fim da democracia no Brasil, à medida que os habitantes deixaram, por aquele espaço de tempo, de eleger seus próprios governantes, ficando o país sob o comando do autoritarismo. Para garantir que suas decisões fossem acatadas, o Estado se utilizava da violência contra todos aqueles que se mostrassem contrários às medidas proclamadas por ele. Obviamente, essa violência alastrou-se para os mais variados âmbitos e instituições, incluindo o sistema prisional. Esse é um tipo de violência que apresenta o intuito de extermínio dos segmentos que a sociedade previamente marginalizou e condenou, considerados dispensáveis e, por isso, não valorizados ou vistos como dignos de direito. A presença desses indivíduos no espaço social, por vezes agressiva, é encarada como indesejável e a solução para este impasse está em encarcerar a todos eles, retirando-lhes do convívio humano, em sociedade. Cabe destacar, neste momento, que o conceito de violência utilizado neste estudo é postulado por Ginzburg (2012) e entende a violência como a situação em que um

ser humano é capaz de produzir danos físicos em outro ser humano ou em um grupo. Dessa forma, a violência é um fenômeno que inclui, necessariamente, dano corporal⁹⁰.

Vale ressaltar ainda que a violência precisa ser entendida como um construto no tempo e no espaço⁹¹. As configurações estéticas inerentes a ela estão articuladas com processos históricos e, portanto, uma tentativa de interpretação deve levar em conta essas relações. A violência tem a tendência a aparecer, dentro do sistema prisional, aliada à tortura. Segundo o dicionário de Vocabulário Jurídico (2006), a palavra tortura origina-se do latim *tortura*, e tem o mesmo significado de “tormento”, isto é, “o sofrimento ou a dor provocada por maus-tratos físicos ou morais” (p. 1411). Em seu livro *Observações sobre a tortura* (2000), Verri entende que a tortura é “uma pretensa busca da verdade por meio dos tormentos” (p. 77). Dessa forma, pode-se afirmar que o núcleo da tortura é não apenas a imposição do sofrimento a alguém, mas também a finalidade com que isso é feito, sendo estas as duas características básicas do processo. Ao longo da narrativa de *Memórias de um sobrevivente*, o leitor encontrará várias cenas de tortura, em sua maioria com o objetivo de fazer com o que o preso confesse seus próprios crimes, delate outros companheiros ou seja punido por atos cometidos.

As cenas violentas relatadas pelo narrador durante a maior parte da narrativa são frequentes ao longo de todo o livro e constituem um documento do autoritarismo e da discriminação que predominavam naquele contexto. A relação abusiva e violenta entre detento e policial é retratada em vários trechos ao longo da narrativa, deixando claro que não se restringia a um prisioneiro específico ou a um único grupo de policiais: essas práticas eram comuns a grande parte dos batalhões da época. Os dois trechos abaixo são apenas exemplos de episódios em que a violência policial é retratada:

Despiram-me inteiramente. Passaram panos, tipo faixa, pelos meus braços e pernas. Estávamos em uma sala minúscula, cheia de pneus e bicicletas velhas. Enquanto amarravam-me feito um porco, já comecei a chorar, estava desesperado, não sabia o que iam fazer comigo, só sabia que ia doer. Passaram um cano de ferro por trás de meus joelhos. Quando ergueram o cano, fiquei pendurado nele feito um frango assado. [...] Muito assustado, observei-os desenrolando fios de uma pequena máquina com uma manivela. Amarraram os fios em meus dedos do pé. Já ouvira falar que era assim, mas nada me preparou para o que veio a seguir. Quando o tira virou a manivela da máquina, já fixada na escrivania, tudo repuxou. Dei um salto involuntário e um berro de dor e surpresa que deve ter assustado a todos na delegacia. (MENDES, 2009, p. 59)

⁹⁰ “Aqui a violência é entendida como uma situação, agenciada por um ser humano ou um grupo de seres humanos, capaz de produzir danos físicos em outro ser humano ou outro grupo de seres humanos. Estou entendendo a violência como um fenômeno que inclui um deliberado dano corporal. A violência, tal como entendida aqui, envolve o interesse em machucar ou mutilar o corpo do outro, ou levá-lo à morte” (GINZBURG, 2012, p. 11).

⁹¹ GINZBURG, 2012.

O tira mais novo, rapaz alto, bem-apeesoado, cabeludo e com pinta de galã de novela, trouxe um pedaço de pau cuja ponta era redonda e cheia de furinhos. A famosa palmatória. Meus pés estavam virados para o alto, assim como minha bunda. Ele erguia a palmatória bem alto, com as duas mãos, e com toda força arriava-a na sola de meus pés. Aquilo era golpe tão violento que eu balançava no cano como uma gangorra. A dor não ocorria na hora, o efeito era retardado. Quando a madeira deixava a sola, então doía. Era um estilhaçamento, desintegração da carne dos pés e dor nos ossos, qual não houvesse carne protegendo-os. Gritei, mesmo sem voz, do fundo do estômago. E deve ter sido um grito tão poderoso que já, de imediato, atocharam uns panos com gosto de óleo e terra em minha boca. (MENDES, 2009, p. 61)

Diverso era o repertório de práticas de tortura infligidos ao preso, sempre com uma finalidade específica; ao longo dos trechos acima, o leitor pode reconhecer dois desses métodos: o choque e a palmatória. Todas elas, no entanto, tinham em comum um aspecto: “Real pain, agonizing pain, is inflicted on a person” (SCARRY, 1985, p. 27). A amplitude dessa dor pode ser observada a partir das expressões utilizadas pelo narrador para descrever a sensação que permanecia mesmo após o ato da tortura: “estilhaçamento” e “desintegração”, ambos os termos demonstrando a intensidade do sofrimento e dando noção mais ou menos precisa de como o corpo apreendia esse sofrimento. Cabe destacar ainda que a dor não é algo momentâneo, automático ou sentido apenas no instante da tortura: a preparação do sujeito para a tortura pode ser considerada, já, uma violência psicológica, à medida que gera no indivíduo desespero, medo e impotência, tudo isso resultando nas lágrimas, incontroláveis: “Enquanto amarravam-me feito um porco, já comecei a chorar, estava desesperado, não sabia o que iam fazer comigo, só sabia que ia doer”.

É válido enfatizar também que não apenas a tortura em si ou os instrumentos utilizados ao longo do processo são os causadores da dor no protagonista; no momento da tortura, todo o ambiente se transfigura em amedrontador e repulsivo: desde a descrição da sala (“Estávamos em uma sala minúscula, cheia de pneus e bicicletas velhas”) até a posição em que o narrador se encontrava, comparada a termos como “porco” e “frango assado”. Todos os elementos servem para transmitir a brutalidade tamanha com que esse processo de tortura acontecia. Essa afirmação vai ao encontro do que Scarry já postulava ao constatar que independentemente da arma primária escolhida para este episódio de violência, ela não é a única agente da dor dentro daquela situação: a tortura tem o poder de converter todo o espaço em elemento capaz de causar dor e aversão no torturado⁹².

⁹² “Whatever the regime's primary weapon, it is only one of many weapons and its display is only one of many endlessly multiplied acts of display: torture is a process which not only converts but announces the conversion of every conceivable aspect of the event and the environment into an agent of pain” (SCARRY, 1985, p. 27-28).

O interrogatório é uma parte praticamente inseparável do processo de tortura⁹³, visto ser essa [a tortura] um instrumento para arrancar à força as verdades e as respostas que os policiais procuram. Esse interrogatório aparece como uma motivação válida para a prática da tortura: as perguntas são anunciadas pelo torturador, como se a busca empreendida por suas respostas fossem as reais razões para a crueldade cometida. Contudo, na realidade, como argumenta a autora, o torturador e o prisioneiro vivenciam a experiência da tortura de forma oposta, no sentido de que, enquanto o torturado experimenta a brutalidade dos atos cometidos, o torturador vê seu poder cada vez maior, à medida que o resultado da tortura se faz visível no corpo do prisioneiro⁹⁴. Isto significa que, para o agente da violência, a resposta não é o que satisfaz dentro do ritual da tortura; o que importa de verdade é infligir dor ao torturado, porque isso se transmuta em poder e autoridade ao torturador e, conseqüentemente, aumenta o prazer sentido com as atitudes brutais. Dessa forma, pode-se afirmar que o torturador se transmuta em uma extensão do Estado, e o autoritarismo deste último é representado pelas atitudes violentas cujo objetivo é anular o indivíduo torturado, tornando-o submisso. Essa hipótese explicaria o sadismo dos guardas descrito pelo narrador de *Memórias de um sobrevivente*, que ficava visível nas sessões de tortura a que a personagem era submetida, como é ilustrado no excerto abaixo:

O tira girava a manivela e ria. Ria às gargalhadas, como se eu estivesse fazendo a maior graça do mundo. Aquilo me enlouqueceu, via a mim mesmo refletido nas gotas de suor que desciam pela cara do animal que me torturava. Sem dúvida, era um especialista. Devia ter muita experiência no assunto. Levava-me ao máximo da voltagem do choque e me mantinha lá, retesado como um fio de aço, por alguns segundos. Depois ia me trazendo de volta da loucura que me dava, lentamente e, parecia, com muito prazer. (MENDES, 2009, p. 60)

A palmatória descia e subia, numa sucessão de dores e sensações dilacerantes que, de repente, uniam-se num estado único e insuportável de dor. O rapaz parecia disputar com o tira mais velho quem era mais competente em provocar dor. Era uma luta, e eu, o alvo, não tinha nem quinze anos. (MENDES, 2009, p. 61)

Nestes dois fragmentos, é possível perceber o prazer sentido pelos guardas no processo de tortura do prisioneiro, a partir de palavras como “ria”, “gargalhadas”, “prazer”, todas pertencentes ao campo semântico da alegria, da descontração, do contentamento. Através dos termos escolhidos para a descrição pelo narrador, percebe-se que o torturador é, na realidade, um agente da dor que observa o ato da tortura de um outro lugar, privilegiado e de destaque, e faz todo o possível para atender às suas necessidades e expectativas sobre essa ação, sem se

⁹³ SCARRY, 1985.

⁹⁴ “The larger the prisoner's pain (the smaller the prisoner's world and therefore by comparison) the larger the torturer's world... pain becomes power... the torturer uses the prisoner's aliveness to crush the things that he lives for” (SCARRY, 1985, p. 37).

importar com o sofrimento do sujeito considerado alvo da violência. Isso significa que ele não é apenas capaz de suportar a violência contida naquele episódio, mas é também o responsável por sustentar a tortura de forma contínua e ininterrupta⁹⁵.

Ao longo das páginas em que descreve cenas de tortura infindáveis, o narrador discorre sobre a dor inimaginável e incompreensível para alguém que não tivesse passado por aquela violência. A maior parte da tortura ocorrida na prisão, como relatado pelo protagonista, acontecia para que as delações surgissem e, assim, os guardas pudessem tirar das ruas o maior número de delinquentes possível. O “cagete”, como era classificado o indivíduo que cedia à violência dos PM’s e delatava seus companheiros, era um ser desqualificado dentro da cadeia, julgado por todos como traidor.

No entanto, como destaca o narrador, é possível compreender essas atitudes desesperadas levando-se em consideração o contexto em que elas aconteciam: “Só hoje sei que é muito mais fácil suportar uma surra geral do que sofrer tortura. Dói mais fisicamente, mas é muito menos danoso no nível psicológico” (MENDES, 2009, p. 100). A partir dessa confissão, a personagem deixa clara a impossibilidade não apenas dos outros indivíduos externos ao ato brutal compreenderem o sofrimento a que o encarcerado é submetido, mas também a incapacidade do próprio sujeito de relatar essa violência de forma inteligível para alguém que não viveu esse processo. Assim, tem-se duas perspectivas do ato da tortura: a do observador ou ouvinte, que é externa ao ato, e ligada ao julgamento daquele que cede à violência; e a do torturado, interna ao processo brutal e ligada a uma possível condenação por suas reações à tortura. Scarry compreende essas duas instâncias e as retrata em uma afirmação bastante precisa, ao afirmar que, mesmo aqueles sujeitos simpáticos à dor dos feridos, o desdém pela confissão feita a partir da tortura existe, configurando-se como uma manifestação do quão inacessível é a realidade da dor física promovida durante esses atos de violência a qualquer um que não tenha vivido essa experiência⁹⁶.

Considerando essas duas espécies de indivíduos englobados no processo da tortura e os julgamentos que um faz sobre o outro, pode-se dizer que, além da violência visível e física (porque sofrida pelo corpo do torturado), a polícia é responsável por violar também a personalidade do sujeito, “roubando ao homem os precários recursos de equilíbrio de que

⁹⁵ “He is so without any human recognition of or identification with the pain that he is not only able to bear its presence but able to bring it continually into the present, inflict it, sustain it, minute after minute, hour after hour” (SCARRY, 1985, p. 36).

⁹⁶ “There is not only among torturers but even among people appalled by acts of torture and sympathetic to those hurt, a covert disdain for confession. This disdain is one of many manifestations of how inaccessible the reality of physical pain is to anyone not immediately experiencing it” (SCARRY, 1985, p. 29).

usualmente dispõe: pudor, controle emocional, lealdade, discrição – dissolvidos com perícia ou brutalidade profissionais” (CANDIDO, 1980, p. 3). Isto significa que, a partir da violência sofrida na tortura, o sujeito é obrigado a abrir mão dos valores que conduziam sua conduta e suas relações até aquele momento e reconfigurado como um novo indivíduo, afastado de tudo que, anteriormente, lhe era fundamental, inclusive seus companheiros de prisão, cujo respeito, agora, o torturado não possui mais.

A polícia tem necessidade de esculpir esse “outro eu”, até o ponto em que o sujeito de antes do processo de tortura seja completamente absorvido por essa nova identidade e esteja pronto para a submissão, a colaboração, omissão e o silêncio que dele se espera⁹⁷. Esse outro “eu” é moldado a partir de novos valores, advindos do medo e da violência a que foi submetido. Para o narrador (e seus companheiros), a brutalidade com que foram tratados gerou um desejo de vingança arrebatador: o ódio passa a ser o maior incentivo do indivíduo, como é explicitado nos fragmentos que seguem:

Aos poucos, fui introjetando o ambiente violento, até modificando meu jeito um tanto meigo e infantil. Fazia parte de tudo aquilo já. Se não fosse pequeno, talvez estivesse abusando dos menores, como faziam os grandes. (MENDES, 2009, p. 110)

Odiava os guardas. Odiava do fundo do coração. Eram nossos carrascos e torturadores, maus e impiedosos. Daí para a frente, usou farda, era meu inimigo pessoal, nem bombeiro escapava a meu ódio. Não éramos flores que se cheirassem. Se não fôssemos tratados com disciplina, dificilmente seríamos mantidos ali presos ou os respeitáramos. Mas eles eram sádicos. Exageravam e tinham prazer mórbido em nos bater. (MENDES, 2009, p. 129)

Uma revolta densa ia tomando conta de meu ser. Queria agora era ser bandido mesmo. Viver armado para nunca mais me sentir fraco e indefeso. Queria matar policiais, assaltar qualquer um, sem dó ou piedade. Abrir cabeças a coronhadas, dando tiros, cortando em tiras as vítimas. Todos tinham culpa do que eu passara. [...] Odiava policiais. Jamais tivera qualquer preconceito, mas isso acho que valia como preconceito. Polícia para mim não era gente, e todos mereciam ser mortos da forma mais bárbara possível. Os outros pensavam como eu. Os policiais seriam nossos inimigos vitais, para sempre. (MENDES, 2009, p. 132)

Nossos diálogos eram todos dirigidos para o crime. A polícia era nossa inimiga. Os que não eram malandros como nós, eram otários. Todos os otários, manés, júlios, eram nossas vítimas, e para nós, pelo menos teoricamente, suas vidas não valiam um tostão furado. [...] Criava-se uma geração de predadores que iria aterrorizar São Paulo. A maioria seria morta pela polícia em pouquíssimo tempo, mas antes disso... (MENDES, 2009, p. 154)

O ambiente violento e brutal da cadeia fazia com que os indivíduos perdessem qualquer resquício de humanidade que poderia restar depois do processo de ser pego, torturado e

⁹⁷ CANDIDO, 1980.

encarcerado. Aqueles sujeitos tornavam-se violentos, sedentos por vingança e consideravam seus inimigos os policiais que tiraram sua vida deles próprios. Não só isso, como também o ódio, era um combustível tão forte dentro daqueles homens que eles se sentiam compelidos à violência contra todas as pessoas que julgavam culpadas pela situação em que se encontravam, e isso incluía a sociedade no geral, que eles classificavam como “otários”. Palavras como “ódio”, “revolta” e “crime” eram comuns no vocabulário do narrador e nos diálogos com seus companheiros. O protagonista se refere ao seu grupo social como “geração de predadores”, demonstrando a força da vingança que crescia dentro deles a cada abuso que sofriam.

Assim como a vida deles não tinha valor algum para a polícia ou para a sociedade externa àquele ambiente prisional, a piedade por essas pessoas também não existia neles: “Todos os otários, manés, júlios, eram nossas vítimas, e para nós, pelo menos teoricamente, suas vidas não valiam um tostão furado”. A única vida que aqueles sujeitos conheciam era carregada de violência, crueldade, abusos e injustiças, e eram esses os sentimentos que eles internalizavam em si mesmos e que moldavam a nova personalidade, adquirida no espaço da prisão e tão fortemente introjetada que era levada para a vida pessoal daqueles homens mesmo fora daquele cenário.

Essa personalidade nova e vingativa que surge nos indivíduos encarcerados tem muita relação com a violência sofrida ao longo do tempo dentro do cárcere. E vale lembrar que um dos instrumentos mais utilizados para a imposição dessa violência no preso é a tortura, mascarada sob pretextos de extração de uma confissão ou de uma delação. A partir do processo da tortura, que se configura como um nível específico de infligir dor a outro, a violência, como destaca Ginzburg (2012), está associada “àquele que sustenta a ordem e as leis, que tem o poder de determinar como o universo deve funcionar naquele espaço” (p. 6), isto é, à própria polícia. Essa violência apresentada ao longo da narrativa de Mendes é responsável não apenas por denunciar o ambiente repressor e violento das prisões, mas também por enfatizar ainda mais o pertencimento de *Memórias de um sobrevivente* à literatura de cárcere, visto que essa temática é uma das características mais marcantes dessa tendência literária, especificamente no Brasil.

Cabe destacar, neste ponto da narrativa, que a tortura era empregada em um nível secreto, sem que a sociedade no geral, ou pelo menos a parte que importava dela, tivesse conhecimento desse instrumento policial e do tratamento a que os presos eram submetidos dentro do cárcere. Para tanto, a polícia utilizava vários métodos como forma de ocultar suas ações, alguns deles descritos pelo próprio narrador:

O ato dos PMs era tão conscientemente criminoso, que procuravam bater apenas onde não ficassem marcas duradouras. As palmas das mãos e as plantas dos pés. Só quando a vítima não se submetia àquele tipo de tortura é que eles batiam às queimas. E tínhamos pavor às surras às queimas. Eram borrachadas para todos os lados. (MENDES, 2009, p. 99)

Quando judiavam muito de um de nós, vigiavam-no para não lhe dar chances de denunciar. Quando as marcas eram muitas, colocavam-no no castigo, na cela-forte da triagem, para escondê-lo da família. Depois, quando sumiam as marcas, procuravam dar doces, balas, cigarros para comprar a vítima. E, por incrível que pareça, éramos tão carentes que aceitávamos suborno. Mesmo porque, se denunciássemos a tortura a nossos pais, em geral não fariam nada. E se fizessem, denunciassem a tortura, difícil acreditar que isso redundasse em alguma punição para os PMs. Tortura era uma instituição no país, praticada nos mais altos escalões da nação. Não acreditávamos em justiça. Quem iria se importar conosco? (MENDES, 2009, p. 100)

Eles ainda passariam por um médico que lhes mediria a pressão sanguínea e auscultaria o coração. Se não houvesse anormalidades perceptíveis, ele dava o sinal de positivo. Aquele não era doente, podiam arrancar o couro que aguentava. Quando o sujeito possuía alguma anomalia, o médico acompanhava a tortura, tirando sua pressão e o auscultando para que os tiras não ultrapassassem os limites. A tortura, agora, era uma instituição até científica. (MENDES, 2009, p. 260)

A polícia tinha consciência do caráter criminoso de seus atos e sabia que a sociedade não poderia conhecer aquela realidade⁹⁸. A polícia se configura, assim, como uma ferramenta de repressão e opressão, designada para retirar do convívio social àqueles indivíduos cuja presença era considerada indesejável ou desagradável. Não importavam os meios utilizados para essa exclusão, mas eles não poderiam vir à público. Para a sociedade no geral, a tarefa do sistema prisional era reeducar aqueles indivíduos para que eles pudessem, enfim, contribuir ativamente para o bem-estar e crescimento social. Os trechos abaixo ilustram a máscara que envolvia o sistema prisional e os métodos utilizados para isso:

A horta produzia verduras unicamente para as vender para os funcionários. Mas sua finalidade era mascarar o modo desumano e brutal como éramos tratados. Pretendiam, com aquilo, demonstrar que faziam uma terapia de trabalho conosco. De mais de duzentos menores, apenas uns quinze trabalhavam na horta. Nosso trabalho jamais foi pago. Era tido como privilégio o fato de trabalharmos naquele local oito horas por dia com a enxada na mão. (MENDES, 2009, p. 114)

A sociedade da época, enganada, julgava que estávamos sendo reeducados. Mas estávamos era desenvolvendo, ampliando e trocando nossos conhecimentos relacionados com o crime. Tenho certeza de que aquele que executavam aquele trabalho de nos manter presos, como o juiz de menores, guardas e funcionários públicos, sabiam que não estavam nos reeducando. (MENDES, 2009, p. 153)

⁹⁸ “A tarefa policial deve ser executada implacavelmente, mas sem ferir demais a sensibilidade dos bem-postos na vida. Para isso, é preciso esconder tanto quanto possível os aspectos mais desagradáveis da investigação e da repressão” (CANDIDO, 1980, p. 2).

Fica implícita nestes trechos e confissões do narrador uma crítica social ao papel do sistema prisional: visto como falido, o protagonista denuncia a pouca importância que a função de reeducação do indivíduo tem para todas as instâncias responsáveis pelas prisões: “Na verdade, jamais houve nenhuma preocupação em nos reeducar. O Instituto era apenas uma vitrine que o Estado ditatorial mostrava para a sociedade. E esta engolia, aliviando sua consciência de comunidade culpada” (MENDES, 2009, p. 154). Cabe destacar que essa falta de preocupação com o sujeito encarcerado, bem como a crítica social feita pelo narrador, não é exclusivamente dirigida à polícia em si, mas também às várias camadas de instituições e pessoas que, direta ou indiretamente, apoiavam a corrupção e a inversão do sistema prisional como se explicita nos excertos a seguir:

Em geral, a população da cidade era extremamente preconceituosa e desumana conosco. Jamais houve nenhuma preocupação das autoridades ou pessoas da cidade pelos nossos direitos humanos violados, quando os soldados nos massacravam até quase nos matar. Os soldados eram da região. Os chamados cidadãos evitavam até de nos olhar quando nos encontravam suando de limpar suas ruas imundas. Parecia-me uma gente individualista e medrosa. Aquela cidade só me atraía por ser a única para mim. Mas aquele povo... Não foi à toa que muitos de nós, depois de sairmos do Instituto, enfrentamos quatro horas de viagem de carro para ir atacar aquela cidade. Os bancos dali foram assaltados várias vezes. Era um prazer a mais. (MENDES, 2009, p. 152)

Nunca ninguém se preocupou em nos trazer uma mensagem positiva, nos transmitir valores ou discutir os nossos. Não havia nenhum movimento religioso ali, nem o padre da cidade se interessava por nós. Estávamos abandonados à nossa capacidade de produzir uma cultura nossa e à mercê de nossos sicários. A cultura que conhecíamos era a que milhares de meninos que ali sofreram nos deixaram. A cultura do oprimido que espera sua oportunidade de vingar-se. (MENDES, 2009, p. 154-155)

Sociedade era o nome que dávamos à civilização dos otários. E a polícia era sua arma de opressão contra nós. Julgávamos que eles nos batiam, judiavam, prendiam em infectas celas-fortes e cafuas porque estávamos à mercê deles. Logo escapávamos de suas garras, e então nos pagariam caro, muito caro.

Era uma guerra, era a guerra. Havia grupos mais radicais que já falavam em entrar atirando em mansões e estabelecimentos comerciais antes de dar voz de assalto. Nossa preocupação não era só o dinheiro. Era vingança, explosão de uma revolta contida e cultivada em longos anos de cativo, nas mãos de sádicos carrascos torturadores. (MENDES, 2009, p. 155)

A despreocupação da polícia com os sujeitos encarcerados, com as condições de vida que eles possuíam e com seus direitos como seres humanos era, de alguma forma, ou pelo menos de acordo com o julgamento dos próprios presos, apoiada e até subsidiada por instâncias que não eram internas à prisão, como o Estado, as autoridades que deveriam inspecionar os presídios e a população no geral. A revolta contra todos esses grupos crescia a cada abuso sofrido pelos indivíduos no cárcere e o resultado disso era uma consequência lógica: a vingança.

Dentro da prisão, os indivíduos eram controlados durante todo o tempo, tinham seu espaço e individualidade reduzidos e precisavam se adaptar àquele cenário, que exigia total subordinação e obediência às ordens dos guardas, fato corroborado pela comparação feita pelo narrador entre o espaço da prisão e um quartel: “Percebi que aquilo parecia um quartel, os PMs nos tratavam como a recrutas do exército, disciplina militar; éramos os órfãos da ditadura” (MENDES, 2009, p. 97). O termo “órfãos” enfatiza ainda mais a desvalorização dos indivíduos que residiam no cárcere e a falta de preocupação de todas as instâncias com sua vida lá dentro: não havia ninguém para defendê-los ou protegê-los das mazelas das quais era constituída a prisão. A violência sofrida, muitas vezes gratuitamente, dentro do espaço carcerário, levava à perda de todo e qualquer sentimento de compaixão e amor dos indivíduos, que eram transfigurados em verdadeiros animais⁹⁹. O narrador faz pensar, no entanto, qual o verdadeiro culpado desse processo de desumanização do ser humano:

Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí é para se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos ou “marginalizados” e “criminalizados”? (MENDES, 2009, p. 125)

A partir dessa reflexão proposta pelo narrador, o leitor é conduzido a questionar o julgamento pré-estabelecido acerca desses indivíduos encarcerados. Um questionamento que engloba desde as condições dadas a esses sujeitos ao longo da vida, as oportunidades oferecidas a eles, até as próprias situações enfrentadas durante a estada no sistema prisional. Ao final dessas constatações, o leitor é levado a encarar a mesma pergunta que o protagonista destaca em suas memórias: em outro cenário, esses sujeitos seriam mesmo criminosos? Ou, de alguma maneira, uma parte do que passaram, e que foi infligido a eles por condições que não podiam controlar, contribuiu para a criação dessa personalidade?

Memórias de um sobrevivente é um livro carregado de violência, crueldade e brutalidade, capaz de dar ao leitor uma noção próxima do que foi realmente a ditadura. Enquanto representação, as memórias de Mendes nesta primeira obra se constituem em um documento de valor histórico e testemunhal, à medida que ilustram, com a propriedade de um indivíduo que viveu esse período e sofreu suas consequências, a sociedade da época ditatorial,

⁹⁹ “Nessas obras vislumbramos, portanto, uma reflexão sobre os limites do *humano* e do *animal*. A violência extrema sofrida pelos prisioneiros desencadeia um processo de desumanização. Nesse sentido, também aparecem com toda força nessa literatura os temas [...] da redução do ser humano à animalidade e à massa de tecidos do corpo sem vontade própria via humilhação, onipresença do olhar, exposição à falta de higiene e tortura” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 9).

o papel que cada instância tinha neste estrato político e os instrumentos utilizados para reprimir qualquer individualidade que fosse considerada dispensável ou ameaçadora da ordem e das normas legalizadas pelo Estado autoritário.

O valor histórico e testemunhal ainda existe em *Às cegas*, apesar de seu relato representar outro contexto político do país: o período da redemocratização. Iniciando em meados de 1980, a narrativa de Mendes, neste segundo livro, é carregada de um teor intimista ainda mais forte que em *Memórias de um sobrevivente* e acompanha as modificações ocorridas na prisão e na vida dos presidiários a partir da mudança no governo, já prevista. Esse processo de redemocratização e queda do governo ditatorial no país, conforme Lima (2012), teve início no ano de 1979, quando “a ditadura estava encurralada pela pressão popular” (p. 80). O governo autoritário já contava com a antipatia da maior parte da população, não satisfeita com os resultados catastróficos obtidos nos setores econômicos e sociais. No espaço prisional, as consequências positivas da queda do regime ditatorial já podiam ser sentidas, como se dá a conhecer no fragmento abaixo:

As coisas estavam mudando na prisão. Mas muito lentamente. A visitação, que por décadas durara só quarenta minutos e na qual era permitido apenas um contato físico mínimo, agora se alongava. Podíamos nos sentar ao lado de nossos visitantes. E por três horas seguidas. A mesa, que antes nos separava, hoje escondia o que as mãos faziam debaixo dela. Beijos, que outrora significavam trinta dias de castigo, passaram a ser tônica. (MENDES, 2005, p. 9)

É possível reconhecer que a simples mudança política, que ainda nem havia sido efetivada, já permitiu aos presidiários outro tipo de tratamento. Agora, eles começavam a ser vistos como humanos, necessitados de atenção e apoio, e uma das primeiras mudanças sentidas foi exatamente com relação às visitações. A visão sobre o preso e sobre seus direitos acompanhava a democracia brasileira: estava crescendo positivamente de forma gradativa, mas constante. Tanto isso era verdade, que mais uma medida em prol do encarcerado já havia sido aprovada já no primeiro ano em que o processo de redemocratização começou a ser pensado: “Em 1979 fora promulgada uma lei que, entre outras coisas, facultava ao presidiário o direito de frequentar um curso superior. Até então, eu havia lido bastante, mas somente o que me interessava. Estudos curriculares não me chamavam a atenção” (MENDES, 2005, p. 7). Essa resolução abriu espaço para o próprio narrador, já sem esperanças de um rumo diferente para sua vida, de frequentar uma universidade, de realmente voltar a conviver em sociedade e tecer perspectivas de futuro.

Cabe destacar, no entanto, que mesmo essa oportunidade, que devia ser vista como positiva, transformou-se em um jogo político de interesses, no qual o indivíduo encarcerado era somente uma parte da encenação para garantir ou manter os cargos e funções no novo governo que se formaria: “Estávamos no final do mandato de Paulo Maluf, o último dos governadores paulistas imposto ao povo pelo regime militar. O diretor da penitenciária tentava, através de nós, presos vestibulandos, conservar seu posto, um cargo de confiança” (MENDES, 2005, p. 12). Neste circo, participavam vários atores: os dirigentes do presídio onde se encontrava o narrador, os próprios presos e a mídia. Para conseguir privilégios, que nesse caso era o acesso à universidade, e apoio para deles usufruir, era necessário entrar no jogo, como o narrador explica no trecho selecionado abaixo:

À noite, quando fui assistir à reportagem, a revolta me sufocou. Informaram à repórter que eu tinha saído recente do castigo. Comportamento péssimo. Havia cerca de oito anos que eu andava na linha; não recebera uma única advertência sequer! Foi então que desconfiei que seria boicotado em favor do Florentino. Ele fazia o jogo deles. (MENDES, 2005, p. 19)

Nessa época, a situação dentro do sistema prisional ainda era caótica, conforme especifica o excerto a seguir:

A prisão vivia em desespero. Direitos humanos, nem se cogitava nisso. O tema do discurso da diretoria era “trabalho para o preso”. Mostravam o registro de todos os presos nas oficinas. Mas só no papel. Mais da metade da população vivia trancada feito bicho. Apenas duas horas de recreação em três dias da semana. Os guardas do Choque espancavam acintosamente. Os que mais sofriam nas mãos deles eram aqueles que enlouqueciam e perdiam a noção de tudo. Não havia quem os protegesse. A lei do cano de ferro imperava. (MENDES, 2005, p. 12)

Pode-se perceber que a violência e a corrupção ainda eram uma realidade dentro do presídio. Os abusos seguiam constantes e era preciso viver dentro de determinadas regras. Todas essas atitudes ainda eram resquícios do regime ditatorial, que ainda não se encerrara por completo. Vale destacar que a corrupção não funcionava apenas dentro da própria instituição prisional, mas também era a responsável por todos os direitos que os presos conseguiam. Para ter acesso a eles, era necessário utilizar-se de técnicas de suborno, oferecendo recompensas em troca dos serviços prestados, situação apresentada no discurso abaixo transcrito:

Institucionalizada como gratificação, a corrupção funcionava com a maior naturalidade. Um presentinho aqui, um brinde acolá, e meus processos [que o mantinham preso] tramitavam com a leveza e a rapidez necessárias. O grande problema era o preço daquilo tudo. E, claro, seus honorários. (MENDES, 2005, p. 103)

A grande esperança de mudança para o preso deu-se com a chegada das eleições diretas, ocorrida em 1982, que decretaria o fim do governo militar imposto aos cidadãos brasileiros a partir do golpe de 1964. Nas palavras do próprio narrador:

Enfim, em 1982 ocorreu a primeira eleição direta para governador desde o golpe de 64. Em São Paulo venceu o grande senador André Franco Montoro. Dr. José Carlos Dias, ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos, foi nomeado secretário de Justiça. Dizia-se que sua escolha se devia à indicação de d. Paulo Evaristo Arns. (MENDES, 2005, p. 21)

É importante destacar o recurso utilizado pelo autor que permite ao leitor estabelecer ainda maior correspondência entre o período histórico representado ao longo da narrativa e aquele empiricamente vivenciado durante essa época no Brasil: a menção a figuras exemplares e importantes desse espaço temporal, principalmente do contexto político brasileiro retratado na obra. De acordo com o autor, é a eleição de Franco Montoro que abre possibilidades para a concretização das maiores mudanças dentro do ambiente prisional. Bresser-Pereira, em artigo publicado na *Folha de São Paulo* em maio de 1982, já afirmava que Montoro tinha claro para si que “o principal significado de sua candidatura é o de ela se constituir em um caminho para a redemocratização do país” (p. 2). Dessa forma, as mudanças na diretoria dos presídios eram quase consequências diretas de seu governo, visto que para ele “a política se constituía na missão de compor a ordem pública, assegurar a convivência social e o respeito pelo ser humano” (DORIA, 2016, p. 1). Ao longo de seu governo e sob a determinação do secretário de Justiça por ele nomeado, modificações profundas ocorreram na administração da prisão onde o narrador se encontrava, modificações responsáveis por darem maiores condições e qualidade de vida aos indivíduos que conviviam naquele espaço. Quem assumiu a diretoria do presídio foi uma figura que o protagonista chama de “dr. Ruy”, um ser humano exemplar que procurava apoiar e fazer o melhor para o bem dos sujeitos encarcerados nas celas que administrava. Os excertos a seguir retratam a visão do narrador acerca dessa personagem:

Eu o conhecia havia anos. Fora meu assistente social no período em que fiquei preso no Juizado de Menores. Já naquele tempo, gostava muito dele. Um homem enorme de gordo, cerca de cento e oitenta quilos mal distribuídos. Jamais ouvi um só presidiário falar mal do dr. Ruy. Mais que querido, era amado. Menos pelos guardas, claro. (MENDES, 2005, p. 22-23)

Também viera com a missão de humanizar o presídio, por ordem expressa do secretário de Justiça. Os companheiros representantes dos pavilhões foram chamados. Muitos o conheciam. Convocou uma eleição geral para formar uma comissão. Queria representantes de cada um dos raios. A coisa era séria e viera para ficar. A prisão começou a respirar aliviada. Enfim haveria progresso, e em ritmo de paz e diálogo. (MENDES, 2005, p. 23)

A participação dos presidiários nas decisões administrativas da prisão, propiciada pelas comissões formadas por dr. Ruy, deu aos presos maior liberdade para expressarem suas necessidades e desejos, o que acabou por construir um ambiente mais agradável e justo, que teve reflexo direto na convivência entre os próprios detentos: “Dr. Ruy conquistara a população carcerária inteiramente. A comissão dos presos controlava tudo. Fazia seis meses que não acontecia nenhuma violência. Um fim de ano inusitado” (MENDES, 2005, p. 25). Tudo isso se devia às modificações possibilitadas não apenas pelo mandato do diretor da prisão, mas também pela administração do secretário da Justiça, sempre a par da situação do presídio. Foram vários os privilégios conquistados nesse período e isso modificou por completo a dinâmica interna do sistema carcerário para aqueles sujeitos.

Em seis meses, o dr. Ruy tinha promovido uma revolução. Maior trânsito e mais acesso a advogados e estagiários de direito. Campeonatos de futebol de salão e de campo eram organizados. Uma comissão foi criada para enfeitar a penitenciária para o Natal. Parecia outro mundo. A civilização, finalmente, chegava até nós. Andávamos desarmados, sem receio de sermos esfaqueados pelas costas. Todas as guerras e desafetos foram resolvidos pelo diálogo. Colocou-se uma pedra de gelo em cima das encrencas e inimizades. (MENDES, 2005, p. 16)

Agora tínhamos acesso aos diretores e chefes de seção. Os funcionários pareciam-se mais com os servidores públicos que eram. O secretário de Justiça vinha conversar com nossos representantes da comissão constantemente. Nomeara uma assessora especial, dra. Maria Inês, para representá-lo junto a nós. Eu estava razoavelmente bem. Cheio de esperanças de sair para a faculdade, participando ativa e emocionalmente das mudanças. (MENDES, 2005, p. 26)

Os indivíduos encarcerados passaram a ser vistos como seres humanos, detentores de necessidades de convivência, de interação e de comunicação uns com os outros. Além disso, os direitos a muito tempo retirados deles foram, aos poucos, realocados e dirigidos para setores dentro da prisão, que ouviam e atendiam às reivindicações dos detentos. Essas informações chegavam até eles através da comissão organizada, cuja obrigação era representar todos os setores da penitenciária. Assim, os presos participavam ativamente dessas melhorias e podiam sentir os resultados delas efetivamente, o que gerava a dissolução das rivalidades, a abertura ao diálogo e um ambiente de paz dentro do presídio.

Essas modificações e direitos adquiridos pelos detentos, no entanto, incomodavam profundamente não apenas aos guardas, mas a diversas outras instâncias, que ainda estavam ligadas à época ditatorial que começava a se deteriorar e virar passado no país. Conforme ilustra o próprio narrador, de forma perspicaz:

Eu aprendera na universidade que uma das piores consequências da ditadura militar no Brasil era o ranço do autoritarismo. Havia uma consciência de domínio e superioridade nos responsáveis pela organização e condução da pátria. Policiais, juízes, políticos e funcionários públicos se apartavam a igualdade constitucional. Criavam relações de exceção. Esqueciam que a primeira condição funcional deles era de servidores públicos. (MENDES, 2005, p. 94)

Percebe-se a partir deste fragmento que a visão crítica do narrador continua em *Às cegas*: através de reflexões bastante contundentes e bem colocadas ao longo da narrativa, o protagonista conduz o leitor a questionamentos específicos sobre o sistema prisional em voga naquele período, sobre suas discrepâncias e pontos frágeis, sobre sua função e sobre as consequências de um regime ditatorial para todos os setores do país, principalmente para os que eram considerados secundários, como o prisional.

A insatisfação dos guardas e dos demais setores da sociedade com a política de redemocratização dentro dos presídios e de abertura às reivindicações dos detentos ficava clara em todas as atitudes que esses sujeitos tomavam para reverter essa situação e no clamor intenso pela retirada do diretor Ruy da administração da penitenciária. Os fragmentos a seguir apresentam esse conflito com precisão:

Claro, como não podia deixar de ser, existia oposição. Havia guardas que buscavam nos boicotar. Sentiam-se lesados com as inúmeras transformações ocorridas no regime de ferro que defendiam. Queriam que cumpríssemos nossas penas debaixo de humilhações, opressão, e com sofrimento. Nada de direitos humanos. O diretor penal os apoiava. Dr. Ruy pelejava sozinho contra esses guardas e alguns diretores. Nosso comportamento ordeiro e pacífico era seu argumento, afirmava. (MENDES, 2005, p. 29)

A ala reacionária dos guardas exigia a lei do cano de ferro e domínio total sobre nós. Quase nenhum deles havia concluído o primeiro grau. Não possuíam mentalidade para perceber que não éramos nós, os presos, os inimigos. Não pagávamos seus salários reduzidos. Os companheiros, com raras exceções, nem sequer consideravam os guardas os verdadeiros opressores. Não nos prendiam ou condenavam. Muito menos eram os responsáveis pelo caos social para onde caminhava o país e do qual éramos a ponta. (MENDES, 2005, p. 29)

Os guardas faziam tudo para demonstrar que não estavam contentes. Eles, que eram trabalhadores, não tinham bolsa de estudos. Nós, criminosos condenados, estudávamos de graça. Achava até que estavam certos. Só que deviam reivindicar bolsas para eles sem desautorizar as nossas. (MENDES, 2005, p. 55)

Na época, muitos eram a favor da tortura. Repressão a cano de ferro e paulada. Os guardas forneciam munição a abutres da comunicação, que exageravam. Era fácil nos atacar. Não tínhamos como nos defender nem quem o fizesse. Diziam que não nos faltava nada, tínhamos até direito a visita íntima. (MENDES, 2005, p. 91)

Existiam, como pode ser observado e como é confirmado pelo narrador, revolta e ódio por parte dos guardas e funcionários da prisão, por conta de todas as transformações e

modificações em benefício dos detentos: “Havia desprezo e revolta nos funcionários. Um insulto, presos saírem para passar o Natal na rua. Voltar para dar trabalho a eles era ainda pior” (MENDES, 2005, p. 47). Essa revolta e a defesa veemente da tortura como único tratamento para disciplinar os presidiários e mantê-los sob controle têm ligação direta com o fato de a violência ser, de alguma maneira, transfigurada em poder, como já afirmava Scarry (1985)¹⁰⁰: ao massacrar o indivíduo encarcerado, sem dar a ele o direito à defesa ou a condições diferentes de vida, os guardas e demais responsáveis pela implantação desses métodos têm o total controle sobre aquele sujeito, o que os faz sentir-se detentores de poder, no sentido de que cabe a eles decidir sobre a vida e o sofrimento que virá a ser infligido àquele ser humano.

A crítica social está presente, também, neste momento, quando o narrador tece reflexões acerca da pressão sofrida pelos políticos para reverter as transformações já institucionalizadas na penitenciária. Segundo ele, essa pressão surgia de todas as instâncias com maior influência dentro da política do país, o que incluía a mídia e todas as suas extensões, como é percebido no trecho transcrito abaixo:

Radialistas e deputados atacavam a política do secretário de Justiça. Acusavam a unilateralidade da referida orientação, questionavam sobre os direitos humanos das vítimas. Afirmavam que elas não tiveram direitos respeitados ao serem agredidas. Para quem refletisse linearmente, o argumento seria imbatível. Mas um erro não justifica o outro. Vingança nunca foi solução. A sociedade dava um tiro no pé ao maltratar os custodiados da Justiça. Pois estes retornariam mais revoltados ao convívio social, já que violência gera violência. (MENDES, 2005, p. 90)

A partir de uma argumentação de propriedade, uma vez que ela parte de alguém que realmente viveu aquele universo e conhece as consequências dele dentro do indivíduo, o narrador faz o leitor questionar-se acerca das vantagens que trariam a violência policial contra os detentos: “violência gera violência”, enfatiza. Refletindo sobre os resultados que essa brutalidade policial traria, o protagonista traz mais uma vez à tona a função de reeducação, que deveria ser o principal papel e prioridade do sistema prisional. O objetivo, portanto, seria devolver esses indivíduos à sociedade em algum momento, ressocializá-los ao ambiente, de forma que esses sujeitos contribuíssem de maneira efetiva para o bem comum e pudessem exercer seus direitos de cidadãos legalmente. Outra visão da situação do sistema prisional é

¹⁰⁰ “It then goes on to deny, to falsify, the reality of the very thing it has itself objectified by a perceptual shift which converts the vision of suffering into the wholly illusory but, to the torturers and the regime they represent, wholly convincing spectacle of power” (SCARRY, 1985, p. 27).

transmitida ao leitor, a partir de uma perspectiva interna àquele espaço, conforme pode ser percebido no excerto que segue:

Não éramos nós o inimigo. E sim os dirigentes da máquina que administrava o Estado, já que eles não assistiam as vítimas e não ofereciam uma polícia adequada às necessidades da sociedade, ou seja, um número suficiente de policiais bem equipados e bem pagos. A Academia de Polícia deveria formar seus alunos com mais critério, com mais excelência. As autoridades deveriam ser escolhidas por carreira e capacidade, não por indicação. (MENDES, 2005, p. 90-91)

O narrador quebra o argumento utilizado pela mídia e mostra outra perspectiva do problema: as autoridades competentes não desenvolviam programas de auxílio às vítimas e, assim, não davam assistência necessária depois do crime cometido. Era mais cômodo culpar o detento, em vez de olhar para a situação como um todo complexo, em que vários setores poderiam ser responsabilizados por não cumprirem com sua função. Assim, a questão de que os sujeitos encarcerados são muito mais “criminalizados” do que “criminosos”, proposta em *Memórias de um sobrevivente*, vem à tona novamente.

O resultado desse clamor popular pela mudança na administração da penitenciária, como já era previsto, foi o afastamento do diretor Ruy, o único que realmente se preocupava com os detentos e queria vê-los sendo bem tratados:

A pressão, o clamor foram tamanhos que o secretário de Justiça roeu a corda. Provavelmente fora ameaçado de cair, caso não o fizesse. Dr. Ruy foi afastado. As forças repressoras e contra a política dos direitos humanos venceram. No lugar do único diretor que controlara a brutalidade, as mortes e abusos na prisão, colocou-se um delegado de polícia. Sua missão seria disciplinar a penitenciária. Por muito pouco não mergulham a prisão num banho de sangue. Mas isso não demoraria a ocorrer. Em 1987 aconteceria de fato, com dezenas de mortos e centenas de feridos. (MENDES, 2005, p. 91)

Pode-se observar a mudança nos paradigmas da prisão: o novo diretor tinha a função de disciplinar os presos, tarefa que deveria ocorrer de qualquer modo, contanto que fosse concluída. Isso fez com que a violência voltasse à prisão e as mortes se sucedessem, cada vez mais frequentes, até culminar em uma revolta dos detentos, em 1987, à qual o narrador descreve nos excertos a seguir:

Em 1987, Carlão Guri, companheiro com quem eu sempre mantivera uma relação bastante agradável, juntou-se a outros desesperados, numa tentativa de fuga. [...] O plano de fuga, em sua origem, parecia bastante razoável, factível. [...] Mas o guarda da muralha estava atento, e avisou o comando. Em pouco tempo a cena de cinema ficava pronta. A muralha repleta de soldados empunhando metralhadoras. A prisão alerta, o alarme a mil. No fundão, a cadeia estava dominada. Não demorou para que

os demais presos tomassem o resto do local. [...] Instantaneamente a penitenciária estava virada. [...] Todos os funcionários encontrados viraram reféns e foram levados para juntos dos outros sequestrados, no terceiro pavilhão. [...] Décadas de ódio romperam em fúria incontrolável. (MENDES, 2005, p. 229-230)

Não demorou, e o Choque da PM, por ordem do governador e do secretário da Justiça, invadiu atirando. Um ano depois, todos os que passaram por aquele trauma tremiam ao narrá-lo. Diziam que escaparam por muito pouco da morte. Foi um desespero, uma loucura. Não esperavam por aquilo. Procuraram se esconder. Mas os soldados os caçavam e atiravam onde os encontravam. Os presos corriam como ratos, por entre cadáveres e gente ferida. Sangue em todos os pisos. E o Choque atrás, atirando, matando. Os que foram selecionados para serem rendidos eram encaminhados à galeria baixa. Ali os policiais os barbarizavam. (MENDES, 2005, p. 231)

Ouvi muitos relatos sobre os guardas. Depois de libertados, eles passaram às represálias. Alguns, munidos de armas automáticas e facas, saíram caçando presos que haviam participado da rebelião. A desforra foi sangrenta. Falava-se de diversos companheiros assassinados a faca por funcionários. Dizia-se que o número oficial de mortos, trinta e sete, fora mentiroso. A conversa era que aqueles que não recebiam visita simplesmente desapareceram. (MENDES, 2005, p. 231)

A rebelião foi contida com a maior violência possível, como pode ser observado a partir do relato do narrador. Com motivo justificável para suas ações, os funcionários do presídio descarregaram toda sua raiva, seu desprezo e sua insatisfação nos presos que se rebelaram, agindo de forma bárbara mesmo em uma situação como aquela. É notável que as consequências desse episódio foram sentidas ainda por longo período após o evento fatídico. O trauma permaneceu nos sobreviventes e podia ser sentido sempre que o massacre era trazido à conversa.

Mesmo em meio a essa convulsão social intensa, o narrador encontrou uma maneira de manter-se são e fora de toda a violência que permeou o presídio, ainda mais após a rebelião fracassada e a retomada do controle pelos guardas. A essa altura, o protagonista já não era o mesmo que o leitor conheceu em *Memórias de um sobrevivente* e que foi moldado pelo ambiente violento e degradante da prisão durante o regime ditatorial. Essa mudança é percebida pelo leitor nos trechos a seguir:

Meu pensamento crescia, me afastando de tudo o que se relacionasse ao crime. Eu não voltaria a ser criminoso, assim convicto. Aliás, estava convencido do contrário. Vivi muitas ilusões e sonhos mirabolantes. Naquela época eu não era nada, e ser criminoso era alguma coisa. Mas esse tempo passara havia muito. As ilusões diluíram-se, dramaticamente, nos anos de prisão. (MENDES, 2005, p. 252)

Queria fazer faculdade, conhecer o mundo universitário e me formar. Tinha 31 anos, e o que mais queria mesmo era estar livre. Chegava a sufocar quando pensava nisso. Se liberdade fosse estar onde o coração manda, eu estava bem. Minha maior vontade era: estar solto e depois, se pudesse, em espaço de natureza cultural. Queria aprender

o máximo. E uma universidade como a PUC, naquele tempo, era o melhor dos mundos possíveis. (MENDES, 2005, p. 28)

Chegava a hora de pensar em ser honesto. Não importava que todos roubassem. Eu não queria mais isso para mim. Queria um pacto de paz com o mundo. Precisava de paz para amar e ser feliz. Queria ter algo além de palavra e coração para oferecer à namorada. [...] Eu queria ter orgulho de vencer, superar e ultrapassar. (MENDES, 2005, p. 253)

A partir do contato com a cultura letrada, propiciado a partir das leituras a que o protagonista já tinha acesso¹⁰¹, seus objetivos mudam e seu horizonte se amplia (“Meu pensamento crescia, me afastando de tudo o que se relacionasse ao crime”). Dessa forma, a possibilidade de adentrar o ambiente acadêmico se torna seu maior anseio, à medida que aumenta no protagonista a ansiedade de entrar em contato cada vez maior com o cenário letrado, para que, dessa maneira, pudesse expandir os conhecimentos que já tinha e, com isso, fosse capaz de mudar não apenas sua visão do mundo, mas também a perspectiva de futuro que sempre fez parte de seu universo: a da criminalidade (“Eu não voltaria a ser criminoso, assim convicto. Aliás, estava convencido do contrário”). Palavras como “orgulho”, “honestidade”, “paz”, amor e superação passaram a ser constantes nas reflexões e anseios do narrador.

Agora ele conseguia ver sua vida como um todo e faz um balanço sobre ela, o que o leva a reconhecer seus erros e equívocos para só então fazer as pazes consigo mesmo. Aquela figura amarga, melancólica e carregada de ódio que protagonizava as memórias no livro anteriormente analisado não mais existe. A partir de seu contato com outras culturas e indivíduos e da mudança de perspectiva que acontecia internamente nele mesmo, a personalidade do protagonista também se modificou. “Não havia revolta nem ódio em mim contra os outros. Nem contra aqueles que me prenderam. Eu me revoltava contra mim mesmo, contra minhas fraquezas e falhas” (MENDES, 2005, p. 253).

Ler *Às cegas* dá ao leitor uma ideia generalizada de como foi gradativo e difícil o processo de redemocratização do país após o término do regime ditatorial. A partir do relato de Mendes é possível perceber as consequências e a mentalidade brutal e cruel que se perpetuou por muito tempo depois da restauração da democracia no Brasil, resultado direto do governo autoritário implantado através do golpe de 1964. Para além disso, as memórias de Mendes acerca desse período permitem a quem as lê refletir sobre a criminalidade e os grandes responsáveis pelos índices assustadores que se registram ao longo dos anos no país, como é discutido no fragmento a seguir:

¹⁰¹ Ver tópico “*O poder dos livros*”, na página 82, no qual se analisa a relação da leitura e escrita para a mudança de perspectiva do narrador e a consequente criação de uma nova personalidade a partir desses processos.

O crime não nasce por geração espontânea, também. Não é uma manifestação individual apenas, mas um fenômeno coletivo e global. A ideia de que o elemento que comete um crime tem uma natureza anti-humana, perversa, não é sustentada por nenhuma pesquisa ou estudo. (MENDES, 2005, p. 91)

A ideia de que o crime não nasce por “geração espontânea” proposta pelo protagonista traz à tona o lado social e político da criminalidade: a falta de programas sociais e educacionais que possam dar condições para que esses indivíduos consigam ter outras perspectivas de vida que não a vida criminosa. O panorama, no geral, depende de diversas instâncias, principalmente políticas, no sentido de reestruturar o sistema em vigor no país e construir realmente a igualdade de direitos, oportunidades e qualidade de vida prevista na constituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há algum tempo, uma luta se coloca em destaque no cenário político, social e cultural em nosso país: as classes minoritárias buscam seus direitos constitucionais e humanos, procurando expressar sua voz na tentativa de conquistar um espaço dentro da sociedade contemporânea, tão prioritariamente elitista e carregada de valores que se baseiam na hierarquia e nas possibilidades de aquisição do indivíduo. A escrita foi um dos instrumentos encontrados por esses sujeitos para agregar valor e tornar sua história relevante no contexto histórico-cultural. Uma das consequências da apropriação dessa ferramenta por essa parte da população é o nascimento de uma tendência cada vez mais enfatizada no âmbito literário nacional: a literatura de cárcere.

Com base nos elementos identificados ao longo das análises anteriores e dos conceitos discutidos no capítulo teórico, pode-se construir uma tentativa de definição para essa literatura. Em suma, essa tendência literária tem como autores de seus textos indivíduos que já experienciaram uma situação de confinamento prisional. Dessa forma, o espaço do cárcere se torna figura de fundamental relevância dentro deste tipo de literatura, isto é, o sujeito dessas narrativas precisa, necessariamente, possuir uma vivência interna da prisão, que pode ser de dois tipos: como detento, como é o caso de Luiz Alberto Mendes, ou como uma espécie de voluntário em algum programa em vigor dentro da prisão, como acontece com Drauzio Varella em *Estação Carandiru* (1999). Além do mais, os relatos destes sujeitos, em sua maioria, tendem a enfatizar a importância que tiveram a leitura e a escrita no processo de sobrevivência ao espaço carcerário e de mudança de perspectiva de vida e futuro do encarcerado. A descrição específica da dinâmica dos presídios e dos valores disseminados ali dentro, a denúncia de abusos e injustiças sofridos dentro do espaço prisional e o destaque dado ao preso como autor de sua própria história são também características definidoras dessa literatura. Todos esses aspectos são os responsáveis por distinguir de forma efetiva a literatura de cárcere da literatura de testemunho, destacando elementos exclusivos da primeira corrente que podem ser observados na maior parte dos textos desta categoria. A primeira e principal função dessa literatura é, portanto, não apenas desmistificar os conhecimentos na maioria das vezes errôneos com relação a essa realidade, mas também construir uma identidade para esses sujeitos encarcerados, tanto individual quanto coletiva, a partir de recursos como a memória e a expressão de sentimentos e emoções.

Cabe destacar, no entanto, que a definição proposta acima ainda não é capaz de abarcar todos os textos englobados dentro da temática da literatura de cárcere. Algumas destas

narrativas possuem características distintas daquelas já percebidas em grande parte dos relatos pertencentes a essa tendência literária, inclusive nas memórias de Mendes, aqui analisadas. Como exemplo, pode-se citar os relatos do cárcere que apresentam a figura do mediador letrado, um sujeito, normalmente, de uma posição social diferente e mais elevada do que a da própria testemunha (aquela que viveu empiricamente a experiência do confinamento prisional) e que se torna responsável por ouvir o testemunho e transcrevê-lo para a palavra escrita, como é o caso de *Sobrevivente André du Rap, do massacre do Carandiru* (2002). Conclui-se, portanto, que a corrente da literatura de cárcere ainda é carente de uma teorização mais precisa, que dê conta das várias vertentes de narrativas existentes nessa tendência literária, visto que ela se constitui por uma gama bastante variada de textos que se diferenciam entre si e que transformam essa literatura em um construto múltiplo de vozes e histórias.

Memórias de um sobrevivente e *Às cegas*, de Luiz Alberto Mendes, correspondem ao *corpus* desta pesquisa e também são exemplares dessa nova tendência literária ainda em crescimento dentro do cenário cultural brasileiro. O objetivo principal deste estudo, vale lembrar, era a análise dessas obras sob duas perspectivas: elementos que possam, de alguma maneira, aproximar ambos os livros à literatura de cárcere e à literatura de testemunho, principalmente ao *testimonio* latino-americano, e a representação construída dentro das narrativas do cenário político e social que dominava o país na época dos episódios retratados dentro dessas obras.

Os resultados encontrados a partir da análise de fragmentos selecionados dentro dos livros demonstram que ambos os intentos foram alcançados: as obras apresentam um panorama social e político do país, dentro de determinado período de tempo, bem demarcado por datas, fatos e nomes históricos, assim como possuem características em comum tanto com o *testimonio* latino-americano e com a literatura de testemunho em si como com a literatura de cárcere. Os parágrafos que se seguem têm a intenção de especificar esses aspectos comuns entre os livros de Mendes e as duas correntes literárias acima mencionadas.

As obras são separadas, uma vez que retratam e foram escritas em diferentes períodos da vida do autor-personagem; no entanto, são interligadas de forma indissociável se considerado o fato de ambas configurarem-se como uma autobiografia do mesmo sujeito. Essa autobiografia traz em si um caráter bastante intimista e quase confessional: a partir de reflexões acerca dos eventos de determinado espaço e tempo, o escritor é conduzido a um processo de autoconhecimento, ao mesmo tempo que dá ao leitor a oportunidade de também conhecê-lo. Esse caráter autobiográfico é uma das marcas do gênero testemunhal, aspecto que acaba por

aproximar definitivamente as obras de Mendes desse âmbito da literatura, principalmente se pensarmos na corrente do testemunho difundida em larga escala na América Latina, o *testimonio*.

As narrativas de ambos os livros se dão sob a ótica do narrador que, muitas vezes, nas obras, confunde-se com o autor empírico dos livros, mas que se constitui como uma entidade separada deste último, à medida que foi criado por Mendes para cumprir a tarefa de narrar essa história. Todas as informações a que o leitor tem acesso, portanto, são de responsabilidade desse narrador, que seleciona os acontecimentos e questionamentos importantes para a construção de sua trama. Por conta disso, a narrativa possui uma voz em primeira pessoa, que conta toda a história e conduz o público ao longo das páginas e eventos que elas abrigam. Essa é mais uma característica que aproxima as obras da literatura testemunhal: os títulos deste gênero, em sua grande maioria, se utilizam da primeira pessoa na narração.

As narrativas contam a vida da personagem principal ao longo das diversas fases pelas quais esse protagonista passou: *Memórias de um sobrevivente* inicia-se na infância do narrador, passa pela sua experiência vivendo nas ruas e pelos perigos que enfrentou lá e culmina com a sua definitiva entrada no mundo do crime e, conseqüentemente, no sistema prisional. Esse é o ponto de partida de *Às cegas*, que se encarrega de relatar ao leitor todo o tempo que o narrador passou atrás das grades, mas também dá conta da narração de uma das maiores conquistas dessa personagem: sua entrada na universidade, que corresponde ao seu ingresso na cultura letrada a partir dos livros e produções escritas e é também responsável pela mudança de perspectiva que ocorre na vida e nos objetivos do protagonista. Essas histórias, logicamente, fazem parte do passado do narrador e, para acessá-las, ele faz uso da faculdade da memória, que é aqui utilizada como instrumento de rememoração e autenticidade dos fatos. A importância da memória dentro da composição do relato é aspecto comum também tanto no gênero testemunhal quanto na literatura de cárcere, o que mais uma vez dá a noção de proximidade das obras de Mendes com essas duas correntes literárias.

Cabe destacar, a essa altura, que a literatura de cárcere e a literatura de testemunho mantêm entre si diversas ligações, podendo ser a primeira considerada, inclusive, como um ramo da segunda, apesar de não se constituírem exatamente como continuações. Entretanto, algumas características da literatura de cárcere são específicas a ela. Essas características cobrem instâncias como narrador, espaço e até mesmo composição narrativa das obras. Dentro do *corpus* selecionado para análise nesta pesquisa, esses elementos tendem a aparecer com bastante frequência, como foi constatado a partir das análises.

Em primeiro lugar, ocorre uma mudança de voz narrativa entre a literatura de testemunho e a literatura de cárcere: quem toma posse da fala, agora, é o presidiário, sujeito considerado criminalmente culpado por atos ilegais previstos por lei. Esse indivíduo, como é possível prever, é marginalizado dentro do cenário social e sua reputação é negativa se comparado ao preso político, cuja posição social privilegiada e cultural altamente elevada fazem com que a visão da sociedade sobre ele seja carregada de uma perspectiva positiva. É exatamente este sujeito excluído socialmente e condenado à prisão que narra suas memórias nas duas obras de Mendes, proporcionando ao leitor mais do que apenas o conhecimento de si próprio como ser humano: a narração da história do autor permite ao público uma reflexão acerca do papel social designado a esse indivíduo e dos fatores que o levaram a ocupar essa posição. Assim sendo, o leitor é convidado a questionar o julgamento já internalizado culturalmente acerca do homem encarcerado, reformulando seus conceitos a partir de um relato de propriedade ímpar, uma vez que parte de um sujeito que realmente viveu e experienciou esse universo.

A partir da voz desse sujeito, o espaço prisional é apresentado em detalhes ao leitor: seu espaço é descrito, bem como as consequências da restrição dele para o preso; a dinâmica de sobrevivência e convivência dentro da penitenciária é também tema da narrativa, que apresenta uma cultura completamente nova e desconhecida do público através da visão de um indivíduo inserido dentro dessa sociedade distinta, que tem suas próprias regras e costumes. A exposição do sistema prisional em todos os seus detalhes, sejam eles relacionados ao espaço físico da prisão ou aos valores adquiridos dentro daquele espaço, é também elemento comum dentro de obras pertencentes à literatura de cárcere no Brasil. Vale destacar que não apenas a descrição, mas também as reflexões sobre esse construto social interno à cadeia e os valores apreendidos no convívio com esses grupos sociais são temas de debate, tanto nas obras de Mendes quanto em grande parte dos títulos classificados dentro do escopo dessa tendência relativamente nova no país. Principalmente o questionamento acerca da permanência desses valores no cenário pós-prisional e o quanto essa fidelidade às regras e hábitos da penitenciária pode interferir na dinâmica social do indivíduo fora daquele espaço.

Nessa mesma linha de pensamento, inserida dentro das reflexões acerca do espaço prisional, está a construção de uma memória coletiva, que se une à individual no relato do narrador. Dessa maneira, as experiências ali ilustradas, mesmo que individuais, adquirem uma dimensão de coletividade, no sentido de que, assim como o protagonista dos livros, outros sujeitos também estão submetidos às mesmas condições e vivências dentro do sistema da prisão.

Essa perspectiva de grupo, de coletivo, é algo inerente à escrita de cárcere como um todo, e é também uma característica apresentada por grande parte das obras pertencentes a essa corrente literária.

Nessa descrição do sistema prisional, o tema da violência, em todos os níveis em que ela pode ser encontrada, é bastante recorrente dentro das obras da literatura de cárcere. Não é diferente com *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*: as obras de Mendes abordam a temática da violência em vários âmbitos, sendo ela instrumento utilizado nos interrogatórios da polícia ou nas punições entre os próprios presos ou reflexo e resultado do ambiente de brutalização e desumanização encontrado nos presídios retratados pelo narrador ao longo dos livros. Dentro dessa apresentação da violência, inclui-se também uma crítica social presente durante a narrativa, acerca do sistema prisional como um todo e de sua falha em cumprir a missão de reeducar o preso e reinserir à sociedade como cidadão ativo e participante.

Ao mesmo tempo, existe também uma problematização sobre o posicionamento (ou não posicionamento) das autoridades competentes com relação à situação das prisões brasileiras. Essa problematização se amplia também sobre a própria visão da sociedade no geral do indivíduo encarcerado, descrita como carregada de preconceito e julgamentos equivocados. Pode-se, assim, entender a designação de literatura-denúncia proposta para essa tendência literária, e reforçada pela crítica apresentada ao longo da narração nas obras de Mendes, entendendo essa denúncia também no sentido prático de identificar os abusos e as atrocidades cometidas dentro das prisões do país naquela época determinada, assim como reconhecer as desigualdades sociais que estão na base dos problemas do Brasil, de acordo com o autor das memórias aqui analisadas.

Um aspecto também indispensável e fundamental para caracterizar a literatura de cárcere e os livros escritos por Mendes é a explanação da relevância que tiveram as práticas da leitura e da escrita na vida do indivíduo encarcerado. Mendes dedica boa parte de sua narração à descrição de seu contato com os livros e à afirmação do quanto eles foram (e continuam sendo) importantes pilares de sustentação e superação em sua rotina, tanto prisional quanto fora do ambiente da penitenciária. De acordo com o autor, foi a partir de seu acesso à literatura que nasceu não só sua capacidade e paixão pela escrita, mas também as possibilidades de transformações completas em sua perspectiva de futuro. A cultura letrada foi a entrada do narrador em um mundo totalmente diverso do que sempre conheceu, com o qual ele se identificou e que permitiu a ele tecer sonhos e planos de uma vida longe da criminalidade. Percebe-se, aqui, mais um elemento que aproxima as obras de Mendes da literatura de cárcere:

em grande parte das experiências relatadas dentro de obras pertencentes à literatura de cárcere, essa vivência com os livros, seja ela em produções escritas, nas próprias leituras ou em outros gêneros aos quais esse material dá acesso (como a música e a poesia, por exemplo) sempre é apresentada como a passagem da vida criminosa para uma outra dimensão do social, que abre possibilidades de reinserção dentro de cenários culturais diferentes daqueles a que o sujeito já tinha acesso.

Um último ponto bastante enfatizado dentro de títulos da literatura de cárcere é a fusão que ocorre entre as instâncias do real e do ficcional dentro das narrativas. Real porque esses relatos dão conta da vida empírica de um protagonista (na maior parte das vezes o narrador das histórias), apresentando, inclusive, fatos históricos e nomes de figuras exemplares de um determinado período. Ficcional porque, por se tratar de interpretações de fatos, de lembranças, não é garantida a total veracidade da narrativa, principalmente pensando nas lacunas que o tempo pode fazer surgir dentro da memória do indivíduo que narra, lacunas essas preenchidas, muitas vezes, por uma versão não-real do acontecido. Nas obras de Mendes, essa mistura fica ainda mais explícita se o leitor considerar a contextualização histórica que o narrador realiza.

A partir de datas, símbolos de época e nomes importantes e facilmente reconhecíveis, o público-leitor consegue identificar com certa rapidez o contexto externo aos livros de Mendes e os acontecimentos que marcaram aquele período. Dessa maneira, é possível afirmar que a história do narrador se confunde, em muitos momentos, com a própria história do Brasil: tem-se ali representado o período ditatorial, em *Memórias de um sobrevivente*, suas consequências, suas repercussões e as marcas permanentes que este regime deixou no país e nos brasileiros; em *Às cegas*, o leitor é conduzido através dos processos lentos e gradativos da redemocratização do país, passando pela revolta de todos aqueles que apoiavam a repressão aos ideais democráticos imposta pela ditadura. Todo esse panorama histórico factual é entremeado aos acontecimentos próprios da vida do protagonista, situações que, em sua grande maioria, eram reflexões do contexto político do país durante aquele determinado período. É possível ao leitor, dessa maneira, conhecer não só a história do Brasil, mas vê-la a partir da perspectiva de um indivíduo que vivenciou aquele espaço temporal e que foi obrigado a arcar com os resultados e as consequências que os processos políticos, sociais e culturais trouxeram à sociedade brasileira, principalmente à parcela marginalizada dessa sociedade, da qual o narrador-protagonista fazia parte.

A partir dos conceitos já trazidos sobre a História Cultural¹⁰², pode-se concluir que as memórias de Mendes, nesse sentido, constituem-se como um verdadeiro documento histórico, que pode auxiliar na compreensão de um período definido da história do país, partindo da visão particular e peculiar de um indivíduo que fez parte dessa época, mas, ao mesmo tempo, pode ser considerado um sujeito comum, que cultivava práticas culturais representativas deste tempo e compartilha as mais variadas formas de sociabilidade dentro daquele grupo. Como peça constituinte do todo dessa sociedade, ele se torna porta de entrada para entender valores, costumes, hábitos e características de um determinado espaço e tempo. Dessa maneira, as memórias de Mendes, transformadas em literatura, se configuram como uma nova “fonte” possível para o fornecimento de informações relevantes na construção da historiografia da sociedade de dado período.

Para finalizar essas considerações, é preciso dizer que a conclusão deste trabalho, bem como os resultados obtidos, não esgota a capacidade analítica intrínseca ao material aqui selecionado como *corpus* de pesquisa. As memórias de Mendes constituem um documento histórico e o testemunho de um indivíduo e permitem a quem as lê reconhecer ali oportunidades que vão além da pesquisa acadêmica. Existe nelas o retrato do ser humano, nu e cru, como ele precisa ser.

O leitor é colocado como espectador de uma vida inteira, de todas as mazelas e os obstáculos que se interpõem a essa personagem, que se confunde com o próprio Mendes em experiências e vivências. E assim, como observador distante, é que o público é conduzido à reflexão acerca de todo o panorama humano e social que cerca o sistema prisional, espaço totalmente distinto daquele que o imaginário social dá por construído de forma completa e imutável. As obras de Mendes permitem pensar o cenário cultural brasileiro fora do já institucionalizado como natural, bem como possibilitam a entrada em um universo diverso e ainda desconhecido quase em sua totalidade, repensando conceitos e noções estigmatizadas acerca do preso e do que o cerca. Neste sentido, as memórias de Mendes podem ser encaradas como narrativas carregadas de uma função ética, que ocorrer sob duas perspectivas: uma política; outra social.

Política à medida que dá a conhecer uma parte da história do país que contraria a versão considerada factual, tradicionalmente disseminada nos livros e documentos oficiais do Brasil. Essa versão inclui denúncias às práticas autoritárias e abusivas do Estado que, na grande maioria das vezes, ficam ocultas através de mecanismos construídos especificamente para essa

¹⁰² Ver tópico 4.1 *Literatura e história: intersecções*.

função. A voz de Mendes representa aqui as minorias silenciadas pela historiografia oficial, que não possuem espaço ou direito de contar a própria experiência por não ser ela conveniente às práticas governamentais em vigor.

Social levando-se em consideração a reflexão empreendida a partir das narrativas acerca do panorama que cerca o sistema prisional e todas as falhas que ele possui. Partindo da visão já determinada por Wacquant (2001) de que as prisões brasileiras podem ser comparadas a “campos de concentração para pobres”, as memórias de Mendes questionam, a partir de episódios de violência e sofrimento, não apenas a verdadeira função das prisões, mas também os fatores que levam o sujeito ao sistema penitenciário. A maior crítica apreendida através do raciocínio que compõe as obras de Mendes envolve a questão da criminalização do indivíduo e os critérios sociais, culturais e políticos que se contribuem nesse processo.

O narrador dos livros analisados defende a ideia de que, muito antes de criminosos, os indivíduos encarcerados são criminalizados antes mesmo de adentrar o espaço prisional, pelas condições a que são submetidos: má qualidade de vida, falta de oportunidades educacionais e financeiras, desestruturação familiar. Esses aspectos condenam o sujeito a uma vida de ausências e necessidades, que o levam, muitas vezes, para o mundo do crime, como forma de sobrevivência. Dentro do sistema carcerário, estes indivíduos são esquecidos e desumanizados, através das sucessivas práticas violentas e da dinâmica agressiva e opressiva que constitui as prisões.

A apresentação dessas situações de injustiça leva o leitor a questionar as diferenças no tratamento dado a determinados sujeitos, tratamento esse que depende, em primeira instância da hierarquia social à qual esse indivíduo pertence. A perspectiva de reeducação e reinserção do encarcerado à sociedade, que devia ser a principal tarefa do sistema carcerário, acaba em segundo plano, sendo substituída pela exclusão e conseqüente reclusão destes sujeitos ao regime fechado do cárcere, onde seus direitos são suspensos e suas vozes, mais uma vez, silenciadas. A relevância das memórias de Mendes está exatamente em derrubar os muros da prisão, destrancar as celas, e apresentar sem rodeios a situação por trás das grades, os segredos escondidos por entre as paredes dos presídios.

Além da dupla função ética dos livros de Mendes, o estudo desse tipo de literatura também abre as portas para questionar o cânone tradicionalmente convencionado, ampliando sua abrangência e repensando os critérios norteadores para a inclusão ou exclusão de determinadas obras e autores. O estudo de obras como *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas* faz emergir o questionamento acerca do cânone já institucionalizado, que remete à ideia de

seleção, de norma, seja para fins de estudo ou imitação, e, por isso mesmo, traduz-se em modelo. Esse modelo, no entanto, é definido e influenciado (muitas vezes até realizado) pelos grupos dominantes na sociedade, e segue seus critérios com base na conveniência, nos interesses e na ideologia que mais lhes beneficia e represente. Dessa maneira, cabe aqui a afirmação de que o cânone, da forma única e singular que costuma ser visto, liga-se estreita e diretamente às instituições responsáveis por sua criação e manutenção¹⁰³. A verdadeira relevância desse tipo literário a que as obras de Mendes e tantos outros títulos contemporâneos pertencem é exatamente a quebra de paradigmas social e culturalmente transmitidos, transmutando-os em algo passível de discussão e reorganização. A partir da leitura de relatos como os da literatura de cárcere, o leitor é levado a despertar para a possibilidade da existência de cânones¹⁰⁴, no plural, em processos permanentes de abertura e atualização.

Daí a importância de disseminar a literatura que surge das minorias, das classes marginalizadas: é esse tipo de obra que traz à luz a história daqueles por tanto tempo silenciados e faz o público compreender com mais clareza os fatores que interferiram na ocultação destes nomes e experiências. Levando em consideração que, em cada época, atribui-se valores distintos a discursos diferentes e completamente novos, pode-se afirmar que, nos dias de hoje, aliadas às discussões atuais de caráter político e social, as obras da literatura de cárcere e de tantos outros estilos literários ainda não reconhecidos ou valorizados são as responsáveis por fomentar visões não-estigmatizadas de determinadas parcelas da população, deixando para trás possíveis preconceitos e julgamentos equivocados. Assim, a partir desse processo de reconhecimento e aprendizagem do Outro, será possível não apenas a reorganização dos cânones existentes, mas também as modificações necessárias a uma sociedade plural e justa, mais humana, enfim.

¹⁰³ BLOOM, 1998.

¹⁰⁴ Ideia discutida por Maria Eunice Moreira, em texto de 2003, intitulado *Cânone e cânones: um plural singular*.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, H. *En otras palabras, otras historias*. Montevideo: Universidad de la República, 1992.
- ACHUGAR, H. La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa. *Lima: Revista de Crítica Literária latinoamericana*, n. 36, ed. especial, jul. – dez. 1992. p. 181-201.
- AGAMBEN, G. A Testemunha. In: *O que resta de Aushwitz*. Trad. ASSMANN, S. J. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 25-48.
- ALMEIDA, L. P. Literatura e experiência no escrever: algumas reflexões sobre a resistência no seio da linguagem. *Aurora: Revista de Filosofia, Curitiba*, v. 21, n. 28, p. 87-106, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/download/1147/1072>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- ALÓS, Anselmo Peres. Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de *testimonio*. *Revista Espéculo*, Madrid, ano XII, n. 37, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em: <pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero37/nartesti.html>. Acesso em: 06 abril 2018.
- AMAR SÁNCHEZ, A. M. La ficción del testimonio. *Revista Iberoamericana*, Pittsburg, n. 151, p. 447-461, abr./jun. 1990. Disponível em: <<http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/download/4724/4886>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- ARAÚJO, F. P. Entre o lembrar e o esquecer: a construção da memória e a validade do testemunho. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 16, p. 49-62, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/21504/13027>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- ARNOLD, D. A. *Testemunho e violência na literatura de cárcere brasileira*: Diário de um detento e Memórias de um sobrevivente. 2014. 89 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/ri/2667/5/VERS%C3%83O%20FINAL%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20MESTRADO.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- BARBON, J.; JR., R. T. Brasil ultrapassa Rússia e agora tem 3ª maior população carcerária do mundo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-agora-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- BARTHES, R. Escrever, verbo intransitivo? In: BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BEVERLEY, J. Introducción. In: BEVERLEY, J.; ACHUGAR, H. (Ed.) La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa. *Lima: revista de crítica literária latinoamericana*, n. 36, ed. especial, p. 07-18, jul./dez. 1992.

BERGSON, H. A consciência da vida. In: *Os pensadores*. Trad. SILVA, F. L. São Paulo: Nova Cultural, 1989a, p. 191. Conferências.

BERGSON, H. Introdução à metafísica. In: *Os pensadores*. Trad. SILVA, F. L. São Paulo: Nova Cultural, 1989b, p. 114. Conferências.

BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. SILVA, P. N. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 119.

BLOOM, H. Elegía al canon. In: SULLÀ, E. (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, p. 208, 1998.

BOMENY, H. Encontro Suspeito: História e Ficção. *Revista Dados de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, p. 83-118, 1990.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A proposta de governo de Franco Montoro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 maio de 1982. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/OsAnosFigueiredo1978-1985/pdf/82.05.23.A_proposta_de_governo_de_Franco_Montoro.pdf>. Acesso em: 06 de abr. de 2018.

BROMBERT, V. *La prison romantique: essai sur l'imaginaire*. Paris: Librairie J. Corti, 1975.

CALADO, E. A. F. Da história ou da literatura? O limbo das autobiografias. *S/eculum: revista de História*, João Pessoa, v. 20, p. 103-110, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11441/6554>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

CAMPIGOTO, J. A. *Hermenêutica da fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78455/182087.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. Trad. FERREIRA, M. L. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

CANDIDO, A. A verdade da repressão. In: *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo: Ouro sobre Azul, p. 169-191, 1995.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

COELHO, E. C. Oficina do diabo. In: *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Brasil. Constituição (1988). *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 26. ed.: atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

CUNHA, E. L. Margens e valor cultural. In: MARQUES, R.; VILELA, L. H. (Orgs). *Valores, arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Abralic, p. 159-169, 2002.

DALCASTAGNÈ, R. Da senzala ao cortiço: história e literatura em Aluísio Azevedo e João Ubaldo Ribeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 483-494, 2001.

DORIA, J. O legado de Franco Montoro. *Folha VP Online*, São Paulo, 24 jun. 2016.

Disponível em:

<[http://www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3057:o-
legado-de-franco-montoro&catid=94:artigos&Itemid=163](http://www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3057:o-legado-de-franco-montoro&catid=94:artigos&Itemid=163)>. Acesso em: 06 de abr. de 2018.

ESLAVA, F. V. Literatura marginal: o assalto ao poder da escrita. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 24, p. 35-51, jul./dez. 2004.

ESLAVA, F. V.; PEREIRA, L. A narrativa de testemunho: um caso exemplar. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 213-223, jan./jul. 2008.

FAULHABER, G. M. A autobiografia e o romance autobiográfico. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LITERATURA, CRÍTICA, CULTURA – DISCIPLINA, CÂNONE: CONTINUIDADES E RUPTURAS, 6., 2012, Juiz de Fora. *Anais*. Juiz de Fora: Revista Darandina, 2012. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/darandina/files/2012/09/A-autobiografia-e-romance-
autobiogr%C3%A1fico.pdf](http://www.ufjf.br/darandina/files/2012/09/A-autobiografia-e-romance-autobiogr%C3%A1fico.pdf)>. Acesso em: 06 de abr. de 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. VASSALO, L. M. P. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, W. (Org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: Edufes, p. 19-29, 2011.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012.

GIRON, L. A. Pena de sangue. *Revista Brasileira de Cultura Cult*, São Paulo, n. 59, p. 34-44, jul. 2002.

GONZÁLEZ, R. S. Direitos humanos na América Latina hoje: heranças de transições inconclusas. In: KEIL, I.; ALBUQUERQUE, P.; VIOLA, S. (Org.). *Direitos humanos: alternativas de justiça social na América Latina*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, p. 169-189, 1999.

HAISKI, V. A. Os limites éticos da representação: narrativas da *Shoah*. *Revista Nau Literária: crítica e teoria de literaturas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan./jun. 2014.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. SILVA, T. T.; LOURO, G. L. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. SIDOU, B. São Paulo: Centauro, 2006.

KESSEL, Z. *Memória e memória coletiva*. Disponível em: <www.museudapessoa.net/.../zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. LEITÃO, B. et al. 5. ed. Editora da Unicamp: Campinas, 2003.

LE GOFF, J. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

LEITE, C. S. *Vozes do Carandiru: estudo comparativo de quatro narrativas do massacre*. Encontro da Ulepicc – Brasil, I: Niterói, 2006.

LE MOS, M. T. C. O textemunho. *Terra Roxa e Outras Terras*, Londrina, v. 15, p. 64-74, jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol15/TRvol15g.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018.

LEVI, P. *The Drowned and the Saved*. London: Abacus, 1989.

LIMA, L. C. *Trilogia do controle: o controle do imaginário, sociedade e discurso ficcional, o fingidor e o censor*. 3. ed. Topbooks: Rio de Janeiro, 2007.

LOPES, R. F. B. Estudo sobre a literatura de cárcere: a liberdade de um discurso. 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/530/1/ricardoferrazbraidalopes.pdf>>. Acesso em 06 abr. 2018.

MARCO, V. A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado. *Lua Nova*, v. 62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

- MARTINS, A. M. O corpo e a voz da prisão: testemunho e experiência na literatura de cárcere. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v. 35, n. 3, p. 193-202, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/17732/pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- MENDES, L. A. *Memórias de um sobrevivente*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- MENDES, L. A. *Às cegas*. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.
- MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 01, p. 93-117, jan./abr. 2013.
- MORAÑA, M. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX. *América latina: Palavra, Literatura e Cultura*, São Paulo, v. 3, p. 479-515, 1995.
- MOREIRA, M. E. Cânone e cânones: um plural singular. *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 89-94, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11883/7310>>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- PALMEIRA, M. R. S. S. “Neste mundo fora do mundo”: estigma e literatura nas escritas prisionais recentes. *Itinerários*, Araraquara, n. 32, p. 75-82, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/4577/3979>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- PALMEIRA, M. R. Cada história, uma sentença: anotações sobre Sobrevivente André du Rap. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 27, p. 59-77, 2006.
- PENA, J. C. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- PEREIRA, L.; ESLAVA, F. V. A narrativa de testemunho: um caso exemplar. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 213-223, jan./jul. 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/18-A-narrativa-de-testemunho-um-caso-exemplar.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- PESAVENTO, S. J. Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, dez. 1995.
- PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PESAVENTO, S. J. História e literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos. *Debates*, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em 06 abr. 2018.
- POMPOUGNAC, J. Relatos de aprendizado. In: FRAISSE, E. et al. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de Identidade em lingüística: é chegada a hora de uma consideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicada*. Mercado das letras: São Paulo, 1998.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. FRANÇOIS, A. et al. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, E. K. Literatura e alteridade: matizes do neofantástico em Lejana, de Julio Cortazar. *Linguasagem*, São Carlos, v. 18, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/032.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. de 2018.

SALES, K. L. As letras por entre as grades: representações da leitura em “Memórias de um sobrevivente”. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 17., 2009, Campinas. *Anais*. Campinas: ALB, 2009. Disponível em: <http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem19/COLE_231.pdf>. Acesso em 06 de abr. de 2018.

SALGUEIRO, W. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/22610/16155>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SCAPINI, C. Z. *Hoje é dia de visita: o testemunho carcerário brasileiro do início do século XX*. 2015. 186 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4013/SCAPINI%2C%20CARLA%20ZANATTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SCAPINI, C. Z. *O documental, o testemunhal e o romanesco na narrativa autobiográfica: sobre como Luiz Alberto Mendes veio a ser*. 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9830/SCAPINI%2c%20CARLA%20ZANATT A.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SCARRY, E. *The Body in Pain: The Making and Unmaking of the World*. Oxford University Press: New York, 1985.

SELIGMANN-SILVA, M. Violência, Encarceramento, (In) Justiça: Memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista Letras*, São Paulo, n. 43, p. 29-47, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Editora da UNICAMP: Campinas, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. Novos escritos dos cárceres: as Memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes. In: DALCASTAGNÈ, R. (Org.). *Ver e imaginar o outro; alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. Vinhedo: Horizonte, p. 108-127, 2008.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura da *Shoah* no Brasil. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

SENA JUNIOR, G. F. Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da história. SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: CULTURA, 6., 2010, Sergipe. *Anais*. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

SILVA, R. L. A Questão da memória em narrativas de testemunho. *Revista do SEEL*, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/viewFile/459/640>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

SILVA, S. A. *Acenos e Afagos: o romance queer de João Gilberto Noll*. 2010. 115 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp129745.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SILVA, D. P. *Vocabulário jurídico*. SLAIBI FILHO, N.; CARVALHO, G. (Orgs.). Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TEIXEIRA, L. C. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 37-64, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42390/46061>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

VALLE, E. G. História, Memória e Literatura de Testemunho: uma análise do Holocausto na obra de Primo Levi. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: 2011.

VAVAKOVA, B. Lógica Cultural da Pós-Modernidade: moderno/pós-moderno. *Revista de comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 6/7, p. 103-116, mar. 1988.

VERRI, P. *Observações sobre a tortura*. 2. ed. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

VILLARRAGA, F. Literatura Marginal: o assalto ao poder da escrita. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 24, jul./dez. 2004, p. 35-53.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas 7, p. 21- 48, 1994.

ZIMMERMAN, M. *Rigoberta Menchú, David Stoll, narrativa subalterna y la verdad testimonial: una perspectiva personal*, 2004. Disponível em: <Istmo@acs.wooster.edu>. Acesso em: 06 de abr. de 2018.